

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

LUCAS PEIXOTO DE LIMA

DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
aspectos da relação entre cultura e tecnologia no sul de Minas Gerais

Itajubá – MG

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E SOCIEDADE

LUCAS PEIXOTO DE LIMA

DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
aspectos da relação entre cultura e tecnologia no sul de Minas Gerais

Dissertação submetida à defesa no Programa
de Pós-Graduação em Desenvolvimento,
Tecnologias e Sociedade.

Área de concentração: Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade
Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Sociedade

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta

Itajubá – MG

2019

LUCAS PEIXOTO DE LIMA

**DESENVOLVIMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
aspectos da relação entre cultura e tecnologia no sul de Minas Gerais**

Esta dissertação foi julgada e aprovada para obtenção do título de mestre no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade da Universidade Federal de Itajubá.

Itajubá, 25 de fevereiro de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro
Avaliadora externa

Profa. Dra. Denise Pereira de Alcântara Ferraz
Avaliadora interna

Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta
Orientador

Dedico essa dissertação ao Ministério da
Cultura (*in memoriam*)

Agradecimentos

Foi longo e tortuoso o caminho trilhado durante a realização deste trabalho. A viagem só foi possível devido a muitas companhias que tive durante o trajeto e que me auxiliaram, de uma maneira ou de outra, a chegar até o destino.

Primeiramente, agradeço a Cinthia, pela constante presença, auxílio, dedicação e carinho ao longo de todos estes anos. Sem ela nada disso seria possível.

Agradeço aos meus pais, Eliane e Moacir, a motivação e o suporte deles foram cruciais. E também aos meus irmãos, Tiago, Carol, Cássia e Rodrigo, por tudo.

Sou grato também ao PPG DTecS e todos os seus professores, pela oportunidade que tive de fazer esta pesquisa em um tema que me é tão caro, em um lugar tão importante em minha vida.

Ao professor Carlos Pimenta, pela paciência durante a orientação, pelas viagens a congresso, pelas conversas de bar e parcerias. Aos membros do NEID, que tornaram esses anos mais divertidos e a pesquisa mais prazerosa, Sabrina, Elô, Natácia, Júlia, Silas, Lucas e Madalena.

Aos guerreiros de extensão do Mapa da Cultura de Itajubá, Ariane, Braga e Augusto, pelos cafés da manhã, pelos diálogos e troca de experiências. Sem vocês esse trabalho seria muito mais difícil. Ao professor Adilson também, por tornar este projeto possível.

Aos companheiros de luta e de bar do DTecS, Will, Stéfano, Lucas, Júlia, Ju, Matheus, Edi, Pedro, Tay e Vivi, que nossos caminhos ainda possam se cruzar pelos congressos da vida.

Aos queridos da Casa Ítaca, Rafa, Gabriel, Clever, Yollanda, Penélope e Tito, pelos almoços, jantares, conversas, companhia e conforto.

Aos amigos da vida, presentes mesmo à distância, Gabs, Cângero, Mammoli, Isa, Doug, Destiny, Matheus e Ralf, por tudo o há, houve e ainda haverá.

À Guilda D20, pelo suporte durante tempos de recesso, pelos dados rolados e copos brindados, Fábio, Elínis, Danone e Celinho.

Às amigas Itajubenses que topam todos os rolês, Amanda, Babu, Marco, Paulinha, Thiaguinho, Nestor, Talita e Fébba.

Por fim, agradeço a Capes pelo financiamento desta pesquisa.

Também era bom que não viesse tantas vezes quantas queria: porque ela poderia se habituar à felicidade. Sim, porque em estado de graça se era muito feliz. E habituar-se à felicidade, seria um perigo social. Ficaríamos mais egoístas, porque as pessoas felizes o eram, menos sensíveis à dor humana, não sentiríamos a necessidade de procurar ajudar os que precisavam – tudo por termos na graça a compreensão e o resumo da vida.

Clarice Lispector

Resumo

Este trabalho tem como tema a relação entre desenvolvimento e cultura, em que se estuda alguns aspectos de políticas públicas da cultura em municípios do Sul de Minas Gerais, com foco em editais municipais, estaduais e federais; políticas que inferem no planejamento e na estruturação de projetos de organizações, movimentos e agentes culturais que fazem uso, ou não, destas políticas públicas. Justifica-se no sentido de explorar as formas que estas políticas públicas da cultura refletem na geração de renda local, levando-se em conta o uso de tecnologias para difusão de seus saberes e fazeres. Parte-se, então, da pergunta: de que forma as políticas públicas da cultura refletem na obtenção de fomento e geração de renda dos agentes e organizações culturais? Problematisa-se a partir da ausência de políticas culturais que abarcam agentes e artistas em situação de subalternidade, com acesso restrito à internet e, conseqüentemente, a editais culturais. Objetiva-se verificar se as políticas públicas afetam a dinâmica, em nível econômico, estrutural e social destes agentes. A metodologia baseia-se na aplicação e análise de entrevistas semi-estruturadas feitas junto aos gestores públicos e aplicação de questionário aos agentes culturais atuantes na microrregião de Itajubá. Como resultados, verificou-se que as pastas de cultura nos municípios estudados apresentam problemas fundamentais, tais como a falta de pessoal para tocar os assuntos pertinentes à pasta e o baixo orçamento da cultura. Com isso, os gestores buscam meios alternativos de financiamento da pasta, como a participação em editais e a utilização do ICMS Patrimônio Cultural. A redação dos projetos inscritos em editais torna-se inefetivo, uma vez que não há pessoal ou tempo disponível para tal, não gerando o retorno esperado. O complemento do orçamento da pasta provém do tombamento dos patrimônios históricos e inscrição no ICMS Patrimônio Cultural, viabilizado pela contratação de terceiros para elaboração do dossiê do patrimônio. São escassas as políticas públicas municipais as quais os agentes culturais fazem uso. Estes relatam, em sua maioria, que não participam de editais, garantindo em seus saberes e fazeres artísticos uma parcela considerável de sua fonte de renda, impulsionados pela divulgação de seus trabalhos via meio digital.

Palavras-chave: políticas culturais, tecnologias digitais, diversidade cultural, desenvolvimento.

Abstract

This work has as its theme the relationship between development and culture, in which the public laws of culture are studied in municipalities of the South of Minas Gerais, focusing on municipal, state and federal edicts; Policies of Planning and Planning of Infrastructure Projects, Public Policies and Public Policies. It justifies itself taking into account the use of technologies for the diffusion of its cultural knowledges and doings. The question is: How public policies about culture are encouraging and working towards income generation by cultural agents? It is problematic due to the absence of cultural policies that include agents and artists in a situation of subalternity, with restricted access to the Internet and, consequently, to cultural announcements. It aims to verify, in particular, the statistics on the economy, the economic and social structure. The methodology is based on the application and analysis of semi-structured interviews of the Itajubá micro-region. As we have seen, how the masses of culture in the countries studied presented fundamental problems, such as the lack of personnel for the exercise of the disease and the low budget of the culture. With this, managers seek alternative means of financing the mass, such as participation in publishing houses and a use of ICMS Cultural Heritage. The writing of the projects registered in editors becomes ineffective, since there is no time or time available for this, not generating the expected return. The supplement of the budget of the mass is not charged by the ICMS Cultural Heritage, made possible by the contracting of third parties to prepare the dossier of equity. Municipal public policies such as the ones that clients use the culture are scarce. Most of these reports do not participate in edits, ensuring that your emails are made into a large portion of your media source, driven by the dissemination of your work through the digital medium.

Keywords: cultural policies, digital technologies, cultural diversity, development.

Lista de Figuras

Figura 1 - Representação das interseccionalidade dos temas abordados.....	14
Figura 2 - Dicotomias de Canclini.....	24
Figura 3 – Mapa do estado de Minas Gerais, com destaque na microrregião de Itajubá	33
Figura 4 - Microrregiões do Sul de Minas Gerais	35
Figura 5 – Frequência das palavras mais utilizadas pelos entrevistados	70
Figura 6 – Grafo do vocabulário de palavras utilizadas pelos entrevistados.....	71
Figura 7 – Campos de sentido destacados no grafo	73
Figura 8 – Campo de sentido Artista	74
Figura 9 – Campo de sentido Município	78
Figura 10 – Campo de sentido Secretaria.....	80
Figura 11 – Campo de sentido Turismo	82
Figura 12 – Campo de sentido Cidade	84
Figura 13 – Campo de sentido Prefeitura	87
Figura 14 – Campo de sentido Patrimônio	89
Figura 15 – Campo de sentido ICMS	91
Figura 16 – Campo de sentido Conselho.....	94
Figura 17 – Campo de sentido Sistema	97
Figura 18 – Campo de sentido Edital	100
Figura 19 – Campo de sentido Artesanato	102
Figura 20 - Formação em Produção Cultural	107
Figura 22 - Área de atuação na Cultura.....	108
Figura 22 - Geração de renda a partir da atuação com agente cultural	109
Figura 23 - Patrocínio para os agentes.....	110
Figura 24 - Quais editais os entrevistados já participaram.....	111
Figura 25 - Projetos contemplados em editais.....	112
Figura 26 - Benefícios na participação em editais.....	113
Figura 27 - Uso de ferramentas digitais	114
Figura 28 - Utilização das interfaces	115

Lista de Quadros

Quadro 1 - Teses e dissertações correlatas	36
Quadro 2 - Nós e ramos do campo de sentido Artista	74
Quadro 3 - Nós e ramos do campo de sentido Município	78
Quadro 4 - Componentes validados do Sistema.....	79
Quadro 5 - Nós e ramos do campo de sentido Secretaria	80
Quadro 6 – Nós e ramos do campo de sentido Turismo.....	82
Quadro 7 – Nós e ramos do campo de sentido Cidade.....	85
Quadro 8 – Nós e ramos do campo de sentido Prefeitura	87
Quadro 9 – Nós e ramos do campo de sentido Patrimônio	89
Quadro 10 – Nós e ramos do campo de sentido ICMS	91
Quadro 11 – Nós e ramos do campo de sentido Conselho	94
Quadro 12 – Nós e ramos do campo de sentido Sistema.....	97
Quadro 13 – Nós e ramos do campo de sentido Edital.....	100
Quadro 14 – Nós e ramos do campo de sentido Artesanato	103

Lista de abreviaturas e siglas

CTS	Ciência, Tecnologia e Sociedade
DTecS	Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade
FICA	Festival Itajubense de Cultura e Arte
GATT	Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IEPHA	Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais
IRaMuTeQ	Interface R para Análises Multidimensionais de Textos e Questionários
MinC	Ministério da Cultura
NEID	Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento
OMC	Organização Mundial do Comércio
PIB	Produto Interno Bruto
PMC	Plano Municipal de Cultura
PNC	Plano Nacional de Cultura
PPG	Programa de Pós-Graduação
Salic	Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura
SAM	Semana da Arte Moderna
Sebrae	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal
SNC	Sistema Nacional de Cultura
SNIIC	Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNIFEI	Universidade Federal de Itajubá

Sumário

Introdução	13
Apresentação do tema	15
Objeto de pesquisa	17
Percurso metodológico	21
1 Elementos para pensar o desenvolvimento local	32
1.1 A microrregião de Itajubá	32
1.2 Pesquisas correlatas	36
2 Dimensões do desenvolvimento, da tecnologia e da cultura: delineamentos e aproximações.....	43
2.1 O desenvolvimento de uma nação	43
2.2 A não-neutralidade da tecnologia	51
2.3 A cultura e sua diversidade	56
2.4 Políticas públicas da cultura	61
3 O cenário das políticas culturais no Sul das Gerais	68
3.1 O olhar da coisa pública.....	68
3.1.1 Artista	73
3.1.2 Município	77
3.1.3 Secretaria	80
3.1.4 Turismo.....	82
3.1.5 Cidade.....	84
3.1.6 Prefeitura	87
3.1.7 Patrimônio	89
3.1.8 ICMS	91
3.1.9 Conselho	94
3.1.10 Sistema	96

3.1.11	Edital.....	99
3.1.12	Artesanato.....	102
3.2	Os agentes culturais de Itajubá.....	105
3.2.1	Formação, atuação e geração de renda.....	106
3.2.2	A participação em editais de fomento.....	110
3.2.3	Ferramentas digitais e interface das políticas culturais.....	113
	Considerações finais.....	116
	Referências bibliográficas.....	120
	Apêndice A - Formulário de Pesquisa de Campo.....	126
	Apêndice B - Termo de Compromisso Pós-Informado.....	128
	Apêndice C - Questionário aos Agentes Culturais.....	129

Introdução

No século XXI, a tecnologia conecta-se intrinsecamente ao cotidiano não só do indivíduo, mas também a todos os meios e entornos de suas relações, como na escola, na família e no trabalho, seja pelos meios de transporte ou de comunicação. Não se restringindo à mera ferramenta, na qual delimita-se em executar funções e servir de instrumento, alarga-se sua definição enquanto vista como um ator, que influencia, é influenciada, transforma e é transformada, dilata (e também contrai) as fronteiras das redes nas quais se faz presente. A cultura, em sua forma mais ampla, antropológica, por sua vez identifica-se como saberes e fazeres, signos e símbolos, tradições e costumes, perpassando práticas e códigos de sociedades e seus coletivos, no que toca à sua organização, dogmas e, também, o uso da tecnologia de seu tempo.

Tais conexões e intersecções entre a tecnologia e a cultura despertam a curiosidade e o interesse de diversos pesquisadores e estudiosos, como Néstor Garcia Canclini¹ e Jorge A. González², que buscam entender como se dão estas relações, apreendendo as minúcias, os entranhas e as complexas implicações, dados os conceitos disformes e voláteis destes dois termos. Foi nesse emaranhado de significados que o autor desta dissertação se viu intrigado a investigar tal tema, desperto pela relevância que o estudo possui às esferas tocantes nos universos público e privado.

Para este trabalho leva-se em consideração, também, a localização geográfica da cidade de Itajubá, sobre como é importante ressaltar as questões políticas e econômicas que permeiam em torno de uma cidade interiorana de um país periférico. A cidade, na borda de seu Estado, longe das capitais. O país, na periferia do globo, distante do mundo dito desenvolvido (ARRIGHI, 1997). As dificuldades encontradas nestas condições são fatores relevantes quando se trata de direitos fundamentais, como acesso à saúde, à moradia, à segurança, à educação, à cultura e à tecnologia, estes dois últimos os condicionantes deste trabalho.

Este novo aspecto levantado, o desenvolvimento, é o terceiro item a ser abordado, juntamente com cultura e tecnologia. Pretende-se tensionar este conceito, o qual coloca os países da América Latina, entre outros, como subdesenvolvidos, dando a entender que estão sob, são deficitários, inferiores e, segundo a lógica global do capital, apenas enfrentam um estágio, pelo qual irá se superar através de industrialização, avanços tecnológicos, bem-estar

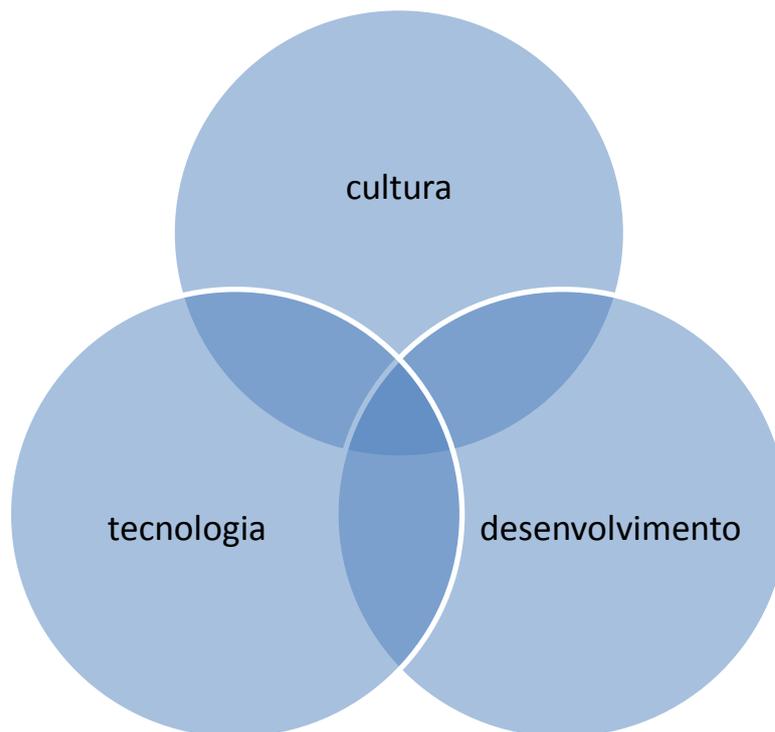
¹ Ver Culturas híbridas (1990).

² Ver Entre cultura(s) y cibercultur@(s) (2012).

social, segurança e pleno emprego. Como será demonstrado, é possível estabelecer uma condição alternativa para este conceito, sob a ótica de autores, como Celso Furtado, que veem na América Latina um potencial emancipador das forças políticas e econômicas externas dos países do Norte.

Estabelece-se, desta maneira, um tripé interdisciplinar que sustentará a argumentação teórica e os caminhos a serem percorridos ao longo de todo o trabalho: a cultura, o desenvolvimento e a tecnologia. A todo momento estes três elementos serão permeados e entrelaçados, conjecturando sobre suas fronteiras, limites e relações, como representado na Figura 1. Tratados de maneira interdisciplinar, estes temas são enriquecidos com abordagens desafiantes, com questionamentos que tangenciam assuntos referentes aos diversos campos de conhecimento tratados. A interdisciplinaridade, portanto, está presente por toda a pesquisa, discutindo os assuntos presentes sempre se levando em consideração suas adjacências.

Figura 1 - Representação das interseccionalidade dos temas abordados



Fonte: elaborada pelo autor

Entre cultura e tecnologia, aborda-se o tema de cibercultura. Entre cultura e desenvolvimento, aborda-se o hibridismo das culturas tradicionais com a modernidade. Entre desenvolvimento e tecnologia, aborda-se a questão sociotécnica que permeia a ciência e suas tecnologias. No centro, encontra-se o tema deste trabalho, unindo estes campos de conhecimento.

Teóricos, como Latour (2011) e Morin (2015), entendem que é impossível tratar sobre qualquer um destes temas sem considerar os outros dois, intrincados numa complexa rede com inúmeras variáveis, que se alteram a todo instante. Os tensionamentos provocados em cada uma destas esferas reverbera de maneira indissociável às outras, de modos visíveis e invisíveis, perceptíveis ou não.

Os pilares teóricos são erigidos conforme três autores fundamentais, cujos trabalhos circunscrevem-se nas interseções das áreas de conhecimento supracitadas. Entre cultura e desenvolvimento situa-se a obra de Nestor García Canclini, *Culturas Híbridas* (2015), uma vez que o autor compreende em seus estudos como a arte e a cultura se relacionam com o desenvolvimento dos países da América do Sul e sua condição de colonizados, periféricos. Neste mesmo sentido de desenvolvimento, a obra de Manuel Castells, *A Sociedade em Rede* (2016), dialoga com a tecnologia, como esta acontece e é apreendida pela sociedade e pelo Estado. Por fim, entre tecnologia e cultura, se fará uso das teorias de Jorge A. González, em *Entre cultura(s) y cibercultur@(s)* (2012), cujo estudo entre as mediações de cultura e cibercultura no contexto sul americano vão ao encontro desta dissertação.

Sem perder de vista o contexto local, a participação do Estado e a presença da tecnologia, a pesquisa se guiará por estes três caminhos a fim de compreender uma parcela das práticas e dos costumes culturais da região de Itajubá.

Apresentação do tema

A relação do autor com o tema surgiu com sua participação na produção, coordenação e organização do Festival Integrado de Cultura e Arte, a partir daqui identificado como FICA, realizado anualmente de 2011 a 2015 na cidade de Itajubá e seus contornos, no sul de Minas Gerais. O evento congrega apresentações artísticas de teatro, música, dança, intervenções, instalações e afins, oferecendo também oficinas e práticas coletivas dentro destas expressões. Objetivando não só o entretenimento, mas a formação de um público crítico e participante, trazendo questionamentos acerca da política, da lógica capitalista, do dogma religioso e do cidadão como parte integrante e fundamental dentro destes contextos, que se entrelaçam e dialogam na sociedade. Ao organizar este festival, teve-se contato com os mais diversos grupos e coletivos artísticos, de variadas regiões do país, com diferentes visões, posicionamentos e comportamentos, dentro e fora do palco, que reverberavam em cada contato com o público.

Um festival com programação simultânea em 10 cidades da região, centenas de artistas envolvidos e dezenas de produtores, fomentado pela Lei Rouanet, exigiu minucioso cuidado com a organização e a circulação da informação entre a equipe e seu público, de modo a garantir que cada ação proposta fosse devidamente efetivada conforme prevista e acordada entre coordenadores, produtores e artistas. Para isso foi necessário o uso de recursos tecnológicos e práticas organizacionais que suprissem as demandas de planejamento e controle do festival. O autor desenvolveu então um software, ambientado na web, por onde grupos e artistas poderiam se inscrever para participar do festival e os organizadores pudessem selecionar e verificar as necessidades de cada um destes.

Em uma avaliação sobre o FICA, perguntou-se sobre o uso destas tecnologias, na qual os artistas e os produtores foram questionados acerca de suas impressões gerais sobre o software e sua utilização. Foram positivas as opiniões sobre os aspectos facilitadores, democráticos e de acessibilidade do sistema³. Entretanto, os entrevistados conformavam uma classe econômica favorecida, jovens e de alta escolaridade, características que indicam aproximação e maior familiaridade com o uso da internet, segundo identificado por Botelho e Piesco (2017, p.82)⁴. É diferente como esta relação de acesso à internet se dá em regiões mais ruralizadas, de baixo poder aquisitivo e baixa escolaridade, repercutindo de maneiras singulares quanto a democratização e acessibilidade dessas interfaces tecnológicas.

A aproximação com o FICA fez surgir a implicação inicial do autor com a problemática: seria democrático limitar a participação no FICA a uma parcela da sociedade que possui acesso à internet e, além disso, que domina o uso desta tecnologia? Este foi o primeiro questionamento feito acerca do tema desta pesquisa. A organização do evento não recebeu reclamações sobre este fato em específico, entretanto, isso não traz a certeza de que não houve aqueles que foram excluídos, impedidos de fazer a sua inscrição devido a esta restrição tecnológica. Atenta-se, a partir disso, ao acesso à informação e recursos tecnológicos, uma vez que o festival se encontra no interior do Estado, região cujas características não auxiliam nestes processos, como será visto nos próximos capítulos.

Outros questionamentos podem ser tecidos frente a este assunto: de que maneira as expressões artísticas presentes nas periferias e fora da lógica de mercado, que se encontram afastados dos centros catalizadores de políticas públicas da cultura, poderiam fazer parte de

³ Pesquisa ainda não publicada.

⁴ Neste estudo foram pesquisados 24 grupos focais, de todas as regiões do Brasil, das classes sociais de A a E, de escolaridade do ensino médio completo e superior e de 4 faixas etárias (de 15 a 17 anos; de 22 a 26 anos; de 30 a 40 anos; e de 45 a 60 anos). Entre os resultados alcançados, percebeu-se que os jovens são os protagonistas no uso das tecnologias e sua apropriação.

um quadro instituído e, de certa forma, homogeneizado por uma estrutura econômica de exclusão? A distância dos grandes centros urbanos é uma barreira natural para as oportunidades que possam surgir de superação desta condição informal de trabalho, como será visto no referencial teórico.

E ainda: levando em consideração que o FICA recebe fomentos via Lei Rouanet, que prescreve locuções acerca de democratização, acessibilidade e sustentabilidade do festival, como se dão estas questões no que concerne a estes artistas e o público em situação de subalternidade⁵? Uma vez que se faz uso de recursos públicos, é primordial que este seja diluído de forma homogênea em todas as esferas da sociedade, sem privilegiar grupos ou setores específicos.

São estas e outras questões que deram início ao tema e à pesquisa deste trabalho, partindo do contexto social e econômico regional, ampliando-se para as questões políticas de nível nacional e então retornando à sua origem, na realidade local. Intenta-se estudar as redes de produção cultural no sul de Minas, mais precisamente na microrregião de Itajubá, da perspectiva de acesso aos recursos públicos da cultura e na geração de renda a partir de saberes e fazeres artístico-culturais. Permeia-se as ações e a dinâmica, por meio dos instrumentos tecnológicos existentes, dos Planos Municipais de Cultura, inscritos no Sistema Nacional de Cultura.

Cabe deixar consignado que este trabalho trata do tema do desenvolvimento atrelado à cultura, no sentido de estudar as políticas públicas de cultura. Dentro desta proposição a tecnologia se apresenta como uma ferramenta ou um processo “facilitador” de acesso à cultura e às políticas culturais. Portanto, a tecnologia referenciada textualmente nesta pesquisa tem limitações por ser entendida dentro das questões pertinentes às políticas públicas culturais ou às implicações entre desenvolvimento e cultura.

Objeto de pesquisa

Parte-se, então, para a formulação da pergunta da pesquisa: de que forma as políticas públicas da cultura refletem na obtenção de financiamento e geração de renda dos artistas, agentes, organizações culturais e poder público da microrregião de Itajubá? Também irá se considerar o uso da tecnologia, enquanto ferramenta, nas práticas artístico-culturais destes agentes. A presença do poder público no meio cultural se faz importante uma vez que este

⁵ Aquele que não está entre a elite, que não goza dos frutos do capitalismo moderno (Silva, 2015, p.132-133).

atua diretamente no cenário cultural dos municípios, criando leis que facilitem (ou dificultam) a fruição do trabalho dos agentes da cultura.

A pesquisa foi realizada na cidade de Itajubá e municípios vizinhos pertencentes à sua microrregião, inscritos no Sistema Nacional de Cultura⁶, sendo eles Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis e Piranguçu. Não são estudados os cinco municípios restantes da região, pois estes não aderiram ao SNC⁷. Ao longo de sua história a pluralidade cultural e artística da região sempre foi muito diversa, com nomes importantes que influenciaram gerações e deixaram um grande legado (GUIMARÃES, 1999), a exemplo dos músicos Frutuoso de Lima Vianna, Dércio Marques e os atuais Ivan Vilela, Grupo Telhado e cantos corais, os artistas plásticos Amilcar de Castro, Leonardo Bueno, Domingos Tótora e André Vizzoto, os escritores e poetas Gildes Bezerra e José Nogueira da Costa, além dos patrimônios históricos e culturais tombados. Segundo dados do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA, 2017), a microrregião soma 74 bens protegidos, pela União e pelo Estado, até o ano de 2017.

Em tempos recentes, surgiram diversos institutos, escolas, coletivos, agentes, gestores e produtores culturais que atuam como vetores de saberes e fazeres locais, trabalhando na fruição, fomento e democratização da cultura. É possível citar como exemplo o Instituto Mantiqueira de Música e Arte, a Ré-Mi-Fó Produções, Coletivo das Minas e Ateliê Ponto de Cultura. Muitos destes grupos são enviesados pela lógica capitalista e oferecem seus serviços visando o lucro, outros são viabilizados graças a patrocínios privados, investimento público ou editais de fomento. De qualquer maneira, as ações destes grupos muitas vezes são as únicas formas de acesso à arte e a manifestações culturais que as populações periféricas e rurais possuem.

A organização de eventos, oficinas, escolas e afins não depende somente da equipe organizadora e sua produção. É necessária uma rede de profissionais que oferecem seus serviços específicos para que determinado projeto aconteça, como artistas, oficinairos, fornecedores, professores etc., cuja função possa abordar transmissão de práticas e conhecimentos para o seu público-alvo. Essa atividade não só possibilita obtenção de renda

⁶ Entende-se que os municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura (SNC) e criaram o seu Plano Municipal de Cultura possuem melhor compreensão sobre os ditames atuais das políticas culturais praticadas não somente no Brasil, mas em diversos outros países que ratificaram a Convenção sobre a proteção e a promoção da Diversidade das Expressões Culturais, de 2005. As ações com base no SNC convergem para o fortalecimento e preservação das expressões culturais presentes nos municípios. Mais detalhes no capítulo Políticas públicas da cultura.

⁷ Até a data de conclusão desta dissertação, em janeiro de 2019.

para o agente vetor, mas também para o público, que ao fazer uma oficina possa vir também a aprender uma nova prática e uma oportunidade de geração de renda.

Portanto, são estudados grupos, coletivos e institutos que atuam na região de Itajubá como agentes fomentadores da cultura e a rede nas quais estão inseridos, possibilitando movimentos e oportunidade de geração de renda e fruição de saberes e fazeres. Esta escolha foi feita pensando na conjuntura do projeto Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais, inscrito no Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre Desenvolvimento (NEID), dentro do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (DTecS) da Universidade Federal de Itajubá, cujas intencionalidades convergem com o tema desta dissertação.

Um agente cultural não é “necessariamente um artista, intelectual, cientista, mestre da cultura popular, gestor, produtor, curador, programador, museólogo, professor, crítico, comunicador, pesquisador, restaurador, arquiteto etc.” (RUBIM, 2017, p.25), ele pode se ocupar destas funções simultaneamente, ou parte delas. Acima de tudo, para Rubim, um agente cultural é um militante da cultura⁸. Sua militância compreende, transforma e age em seu ambiente, nos espaços coletivos ou comunitários, sempre conectado ao cenário cultural, instituições e redes. O agente cultural “encara o relacionamento com o território que dá sentido à sua experiência de vida como dimensão vital para desenvolver a cultura, a cidadania e os direitos culturais” (RUBIM, 2017, p.25), sem desconsiderar as contradições e tensões envolvidas nestes processos. É aquele que realiza o exercício de consolidação da cidadania e dos direitos culturais.

A partir deste ponto o termo agente cultural irá se referir a indivíduos, grupos, organizações ou instituições que estejam ligadas a saberes e fazeres culturais, atuantes no cenário político, econômico, social ou artístico que permeiam a cultura. Estes agentes podem pertencer ao poder público, como secretários e diretores de cultura, podem pertencer ao poder privado, como empresas, consultores e prestadores de serviços, ao terceiro setor, como organizações não-governamentais e, por fim, à sociedade civil, como coletivos e produtores independentes. Serão incluídos nesse leque os artistas e artesãos, uma vez que estes papéis se

⁸ Cultura em seu sentido mais restrito, sociológico, que se refere “ao campo das institucionalidades, constituindo um circuito institucional. Nesse caso, a produção de sentidos é construída intencionalmente e, de modo geral, busca algum tipo de público, utilizando-se de linguagens específicas ou criando mediações também intencionais. [...]. Em outras palavras, a dimensão sociológica da cultura se refere a um conjunto diversificado de demandas profissionais, amadoras, institucionais, políticas e econômicas, o que a torna visível e palpável. Ela é composta por circuitos organizacionais variados e complexos, passando a ser naturalmente o foco de atenção de políticas culturais.” (BOTELHO, 2016, p.22).

misturam aos dos agentes, assumindo suas facetas quando necessário. Caso seja relevante, em cada momento que forem citados estes serão especificados a qual esfera pertencem.

Tem-se então, como objeto de pesquisa, a relação que os agentes culturais possuem com as políticas públicas da cultura, a partir do uso das tecnologias digitais e dos processos de geração de renda. Leva-se em consideração o conjunto de saberes e fazeres artístico-culturais apresentado pelas falas e argumento desses agentes.

Por ser uma pesquisa que aborda discussões sobre os temas de tecnologia, cultura e desenvolvimento, esta se encontra no campo da interdisciplinaridade. Pesquisas interdisciplinares se fazem relevante no momento em que vivemos por uma série de motivos. Limitando-se aos temas indicados, têm-se: a tecnologia é ubíqua em nossa sociedade; a cultura representa, mas não somente, os modos, costumes e práticas desta sociedade, inclusive o uso, ou não, da tecnologia; o processo de desenvolvimento de um país inclui, entre tantos outros, aspectos econômicos, sociais, ambientais e, também, tecnológicos e culturais.

É pertinente capturar e compreender estas complexas relações, uma vez que são assuntos intrinsecamente ligados não só entre si, mas entre pessoas e entre as esferas público e privado. Estes domínios de conhecimento, quando transpostos para a vivência na prática, são elementos expressivos que permeiam a família, a educação, o trabalho e demais aspectos do cotidiano.

Com base no exposto, as contribuições teóricas desta pesquisa se enquadram nos três temas alvos (desenvolvimento, tecnologia e cultura), alargando-se em duas frentes. A primeira, macro, analisando os contextos políticos e socioeconômicos do Brasil, o uso da tecnologia pelo povo e pelo Estado e as leis de promoção, proteção e incentivo da cultura no âmbito municipal, estadual e federal. A segunda, micro, analisando os processos e possibilidades de geração de renda de artistas e artesãos, o deslocamento das fronteiras ocasionado pela tecnologia, bem como suas limitações e entraves, e a organização dos agentes culturais frente a tudo isso.

De um ponto de vista geral, aprofunda-se a discussão acadêmica no âmbito tecnológico a partir das questões da não neutralidade da ciência, sobre como tendências e escolhas econômicas e políticas são capazes de moldar os ditos avanços tecnológicos e sua utilização. No âmbito cultural são tratados os assuntos da diversidade cultural, os conflitos que esta possui com o mercado, e quem são os favorecidos pelas leis de incentivo da cultura. Por fim, no âmbito do desenvolvimento se tensionará as definições de modernidade e subdesenvolvimento, pela ótica de um país colonizado.

No recorte local da pesquisa, as contribuições residem no levantamento de dados sobre os agentes culturais e artistas do *locus* estudado, o que porventura possa vir a auxiliar em seus processos e dinâmicas, através das devolutivas do trabalho. Há também a possibilidade de sugerir modificações na realidade abarcada, subsidiando o poder público e privado em suas tomadas de ações.

Como último elemento da justificativa da pesquisa têm-se a possível descoberta de caminhos a serem percorridos a fim de solucionar as dificuldades encontradas pelos gestores públicos, agentes culturais e artistas e artesãos que residem no *locus* ou que vivenciam situações semelhantes. Isso somente será possível por meio da resolução de pontos obscuros encontrados ao se traçar um paralelo entre a teoria macro e o que é encontrado no micro, dando aporte para a clarificação do campo teórico como um todo.

Esta pesquisa tem por objetivo geral interpretar a forma como as políticas públicas da cultura alteram e modificam a gestão e a produção da cultura, junto aos agentes culturais atuantes na microrregião de Itajubá.

Como objetivos específicos destacam-se:

- Compreender a relação dos agentes culturais com as políticas públicas da cultura, entendendo de que maneira a atuação de agentes culturais implicam nos saberes e fazeres de artistas e artesãos nos processos de geração de renda a partir de suas atividades artístico-culturais.
- Identificar o uso de editais de fomento e das tecnologias na gestão e na produção cultural dos agentes culturais de Itajubá;

Os objetivos propostos foram elaborados como pressuposto de partida da pergunta formulada, em que se leve em consideração a tensão entre os agentes culturais e o conjunto normativo das políticas no campo da cultura. Neste sentido, importante descrever o percurso metodológico da proposta para buscar responder os objetivos, pergunta e problematização contidas neste esforço.

Pilares epistemológicos e percurso metodológico

O percurso metodológico deste trabalho é dividido em três partes. A primeira aborda alguns pilares epistemológicos guiam a pesquisa, nos quais a teoria é construída ao redor. Tem-se como princípio os três autores citados na introdução, explorando os temas do desenvolvimento, da cultura e da tecnologia.

Em seguida, são apresentadas as ferramentas utilizadas para a coleta de dados, a fim de obter informações a serem trabalhadas junto à teoria. A pesquisa foi conduzida em dois passos, sendo o primeiro com foco nos gestores culturais do poder público dos municípios estudados e o segundo com os agentes culturais de Itajubá.

Por fim, são estabelecidos os critérios de análise dos dados, sobre como as informações obtidas nas entrevistas e questionários serão tratadas e traduzidas, em conformidade com as teorias expostas. É aqui que a pesquisa se concretiza de fato, interpretando uma parcela do cenário cultural da região, possibilitando uma colaboração tanto para a academia quanto para os agentes culturais atuantes nos municípios.

Do ponto de vista dos processos de produção de conhecimento, a demanda por estudos interdisciplinares vem ganhando cada vez mais espaço entre a academia e vem se fortalecendo a cada pesquisa, dissertação e tese finalizadas. Temas atuais raramente podem ser discutidos e abordados por um olhar disciplinar, restrito, que não dialoga com a complexidade dos problemas enfrentados nos meios sociais, econômicos e políticos, centros de disputas de poder que impactam diretamente na sociedade como um todo.

A esta compartimentalização do conhecimento científico, Morin (2015, p.11) deu o nome de “paradigma da simplificação”. Neste paradigma imperam os princípios de *disjunção*, que separa o que está ligado, e o de *redução*, que unifica o que é diverso. Ao se pesquisar bases de ciências ditas duras, como as exatas, e das ciências ditas maleáveis, como as humanas, e até mesmo as biológicas, não se deve ignorar as inter-relações que estas possuem entre si e para com as outras. “A consciência da multidimensionalidade nos conduz à ideia de que toda visão unidimensional, toda visão especializada, parcelada, é pobre” (MORIN, 2015, p.69). A *disjunção* de estudos econômicos de estudos sociais certamente terá como resultados somente um espectro da verdade, não denunciando a realidade da forma como ela se apresenta. Neste mesmo sentido, a *redução* em estudos culturais torna-se impraticável, dada as múltiplas facetas e canais de associação com as demais áreas, dentro e fora dos campos da sociologia.

Uma pesquisa interdisciplinar exige um estudo complexo. Mas o que é a complexidade? Para Morin (2015, p.34-35), a complexidade “é um fenômeno quantitativo, a extrema quantidade de interações e de interferências entre um número muito grande de unidades”. Visão adequada para os problemas enfrentados por políticas culturais que abrangem uma nação de mais de 200 milhões de habitantes, sendo o quinto país do mundo em

população⁹ e extensão geográfica¹⁰. A complexidade compreende também incertezas, indeterminações, fenômenos aleatórios, mas não somente, “é a incerteza no seio de sistemas ricamente organizados”. Adentrar o universo das estruturas políticas que regem um país de proporções continentais é apreender a ordem dada e agir sobre as desordens, sobre o acaso, sobre a (falta de) organização da economia, da tecnologia e da cultura.

É imprescindível que os campos de conhecimento aqui tratados sejam trabalhados de maneira interdisciplinar, de maneira complexa. Antes de abordar as teorias que fundamentam esta pesquisa, se fará uma breve análise sobre o estado da arte nas dissertações e teses que envolvem temas semelhantes já pesquisados. Faz-se importante averiguar em qual patamar do conhecimento estão as pesquisas atuais sobre o tema, a fim de se poder contribuir para a área de maneira sólida e concreta, se evitando cometer os mesmos erros ou percorrer por caminhos já trilhados e consolidados. Como dito por Castells,

teoria e pesquisa só servem se têm a capacidade de dar sentido à observação de seu objeto de estudo. O valor da pesquisa social não deriva apenas da sua coerência, mas também de sua relevância. Não se trata de um discurso, mas de uma investigação (2016, p.35).

Para dar suporte a esta pesquisa se faz o uso de três autores fundamentais, cujas pesquisas estão sedimentadas nas três áreas de interesse deste trabalho. Uma vez que o trabalho não visa se aprofundar e explorar os temas centrais, não se tratando de uma revisão bibliográfica, mas sim obter uma base para se ramificar os conhecimentos tratados, se faz uso de essencialmente uma obra de cada autor, notadamente reconhecidas e essenciais para o entendimento de suas teorias e elucubrações. São apresentadas aqui somente uma introdução de suas teorias, sendo estas exploradas nos capítulos seguintes.

De Manuel Castells se utiliza e o que este traz em *A Sociedade em Rede*, atualizado em 2010. Se faz uso também de Néstor García Canclini, autor de *Culturas Híbridas*, atualizado em 2001. E por fim utiliza-se o Jorge A. González, com o seu livro *Entre cultura(s) y cibercultur@(s)*, atualizado em 2007. Há uma certa centralidade nas questões tratadas por estes autores, desenvolvimento, tecnologia e cultura na América Latina. Nestas três obras são exploradas as condições vividas na região através dos olhares de cada um, em suas áreas específicas, não sem dialogar com suas adjacências. Entre cultura e tecnologia, aborda-se o tema de cibercultura e como esta interage com países cujos acessos a tecnologia não são tidos

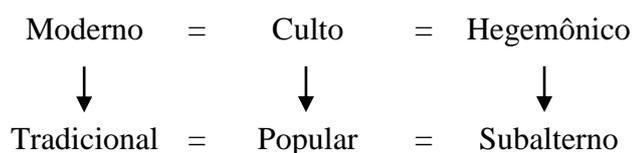
⁹ FREITAS, Eduardo de. "População Brasileira"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-populacao-brasileira.htm>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

¹⁰ PENA, Rodolfo F. Alves. "Território brasileiro: localização, extensão e fronteiras"; *Brasil Escola*. Disponível em <<http://brasilecola.uol.com.br/brasil/territorio-brasileiro-localizacao-extensao-fronteiras.htm>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2018.

como certo. Entre cultura e desenvolvimento, aborda-se o hibridismo das culturas tradicionais com a modernidade, não só para o seu apreço, mas também para o seu fomento, produção e proteção. Entre desenvolvimento e tecnologia, aborda-se a questão sociotécnica que permeia a ciência e suas tecnologias, em sua dupla faceta de ampliação/restrrição de acesso a estas tecnologias, que será explicado logo a seguir.

O primeiro tema a ser tratado, para que se possa compreender o local de partida das ideias aqui expostas, é sobre a situação do Brasil dentro de uma economia-mundo. Um país de colonização exploratória, de democracia jovem e fragilizada, que ainda não atingiu o estado de bem-estar social, de tecnologia atrasada e sucateada, sujeito às políticas externas de nações mais poderosas. Esta posição traz algumas comparações interessantes, ilustradas por Canclini (2015, p.206), como na figura 2.

Figura 2 - Dicotomias de Canclini



Fonte: Culturas Híbridas, 2015, p. 206

Segundo o autor, há um certo interesse dos setores hegemônicos em promover a modernidade e uma fatalidade dos populares que desejam se manter tradicionais, condenando-os à subalternidade (CANCLINI, 2015, p.206). Essas tensões, entre o hegemônico e o subalterno, entre o incluído e o excluído, reflete nos processos de segregação e também de hibridação entre os setores sociais e seus sistemas simbólicos, culturais (CANCLINI, 2015, p. 40).

Sendo um país subalterno, outrora designado como subdesenvolvido, periférico, emergente, ou de terceiro mundo, se relega ao Brasil algumas condições específicas em relação a diversas esferas da sociedade, como na economia, na política e no uso e desenvolvimento de tecnologias, somente para citar algumas. Este último fator, das tecnologias, gera o que é chamado de brecha digital, como exposto por González (2012, p.232):

Em todas as zonas periféricas do *sistema-mundo* (WALLERSTEIN, 1979) vive-se uma distância, aparentemente intransponível, com relação aos países centrais que permanentemente geram desenvolvimentos tecnológicos e conhecimentos. A esta distância tem-se chamado *digital divide*, ou *brecha digital* (TERCEIRO; MATÍAS, 2001)

Essa brecha digital possui reflexos nos mais diversos setores sociais, sendo de interesse para os fins deste trabalho os no desenvolvimento, na comunicação e, conseqüentemente, na cultura. “Os países centrais usam as inovações tecnológicas para acentuar a assimetria e a desigualdade em relação aos dependentes” (CANCLINI, 2015, p.346), seja através do mercado financeiro, da produção e distribuição de alta tecnologia ou no controle dos recursos naturais presentes nos países subalternos.

Com isso, novos arranjos sociais se criam a partir deste contexto tecnológico, sendo que na cultura as ferramentas e serviços disponíveis atuam de maneira fundamental no modo de se comunicar e se expressar. Como dito por Castells (2016, p.20-21):

O poder de comunicação e processamento de informações da internet está sendo distribuído em todas as áreas da vida social, assim como a rede e o motor elétricos distribuíram energia no processo de formação da sociedade industrial. À medida que se apropriaram de novas formas de comunicação, as pessoas construíram seus próprios sistemas de comunicação em massa, via SMS, *blogs*, *vlogs*, *podcasts*, *wikis* e coisas do gênero. O compartilhamento de arquivos e as redes *peer-to-peer* (p2p) tornam possível a circulação, mistura e reformatação de qualquer conteúdo digital. (CASTELLS, 2016, p.20-21)

Tais ideias são reforçadas por Canclini, quando este afirma que novas tecnologias da comunicação e sua conseqüente reorganização industrial da cultura “não substituem as tradições nem massificam homogênea, mas transformam as condições de obtenção e renovação do saber e da sensibilidade” (CANCLINI, 2015, p.262-263). Destarte, para que seja possível manter tradições e expressões populares perante o processo de modernização, faz-se necessária a intervenção do Estado, do poder público, uma vez que não necessariamente tais saberes e fazeres culturais são de ordem econômica ou visam o lucro, assim, fora do interesse do capital privado.

Com a afirmação a seguir, de Canclini, cujo trecho encerra a sua obra, se obtêm um quadro geral dos temas abordados neste trabalho. O papel do Estado no combate à desigualdade entre as diversas camadas sociais, o acesso generalizado às tecnologias e a promoção e proteção da diversidade cultural frente a estes embates.

Na medida em que diminui o papel do poder público como garantia da democratização informativa, da socialização de bens científicos e artísticos de interesse coletivo, esses bens deixam de ser acessíveis para a maioria. Quando a cultura deixa de ser assunto público, privatizam-se a informação e os recursos intelectuais nos quais se apoia parcialmente a administração do poder. E se o poder deixa de ser público, ou deixa de ser disputado como algo público, pode restaurar parcialmente sua verticalidade. Ainda que em princípio a expansão tecnológica e o pensamento pós-moderno contribuam para disseminá-lo, o desenvolvimento político o concentra. Quando essas transformações de fim de século não implicam democratização política e cultural, a obliquidade que propiciam no poder urbano e

tecnológico se torna, mais que dispersão pluralista, hermetismo e discriminação. (CANCLINI, 2015, p.372)

Com base no enunciado teórico da partida é que se apresenta o passo a passo da pesquisa e os critérios de levantamento de dados e análise. A metodologia empregada nesta pesquisa segue os passos indicados por Lopes (2003, p.136), na qual a autora divide as etapas em quatro fundamentais: (1) definição do objeto; (2) observação; (3) descrição e; (4) interpretação. São apresentados aqui os pormenores de cada uma destas etapas, estas indispensáveis para que se alcance os objetivos propostos.

Na primeira etapa, seguindo estritamente a proposição da autora, esta divide-se em problema de pesquisa, quadro teórico de referência e hipótese (LOPES, 2013, p.137). Para os fins deste trabalho, não será elaborada uma hipótese. O problema de pesquisa é apresentado durante toda a introdução e o quadro teórico de referência consta no segundo capítulo. Portanto, no primeiro capítulo é apresentado o contexto deste trabalho, tanto no campo teórico quanto o *locus* a ser estudado. Na segunda etapa, observação¹¹, são definidos os métodos de coleta dos dados, as fontes das informações primárias e secundárias e como estas foram obtidas. Na terceira etapa é feita uma análise descritiva dos dados levantados, com base nos métodos descritivos utilizados. Na última etapa é feita a análise interpretativa dos dados, processo no qual as explicações dos fenômenos são convertidas de fato em dados científicos.

Na observação são definidos os métodos de coleta dos dados, as fontes das informações primárias e secundárias e como estas são obtidas. De modo a operacionalizar a pesquisa, são estabelecidos alguns indicadores empíricos que são fundamentais nas etapas de descrição e interpretação.

Foram estudados o poder público, agentes culturais e artistas que realizam e fomentam ações de cunho artístico e cultural na microrregião de Itajubá, bem como leis e políticas culturais de forma geral. Portanto, os indicadores estabelecidos foram: (a) como se dão as relações dos agentes com as políticas culturais; (b) com a tecnologia; (c) como a geração de renda se enquadra em seus saberes e fazeres. Cada um destes indicadores empíricos dá suporte para se atingir os objetivos específicos, buscando extrair dos entrevistados informações sobre estes três temas.

Esta etapa de observação se divide em duas fases. A primeira dela consistiu em realizar uma entrevista semiestruturada com representantes do poder público de cada um dos oito municípios estudados, a saber: Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Itajubá, Maria da

¹¹ Apesar da autora dar o nome de observação a esta etapa, ela não consiste na técnica de observação comumente empregada em pesquisas das ciências sociais. Optou-se por manter a nomenclatura somente para se manter fiel à nomenclatura empregada pela autora.

Fé, Marmelópolis, Paraisópolis e Piranguçu. Na segunda fase, que ocorreu somente em Itajubá, além da entrevista com o diretor de cultura, foram pesquisados também os agentes culturais, com questionários aplicados.

Nas entrevistas da primeira fase foram capturadas informações quanto a aderência do município ao Sistema Nacional de Cultura e demais aspectos relevantes para a pasta. A pesquisa possui um caráter qualitativo, uma vez que não se pretende mensurar ou quantificar os resultados obtidos, mas sim gerar um quadro de representação da realidade. Por se tratar de um órgão do funcionalismo público, munido de aparato tecnológico, os questionamentos focaram-se mais acerca dos editais, da organização da pasta da cultura e seu financiamento, pois entende-se que o acesso à computadores e à internet é garantido nestes lugares.

Algumas perguntas incluíram: (1) Quais as prioridades da Secretaria/ Diretoria/ Divisão no que se refere ao campo da cultura no município? (2) Como você vê a cultura no município? Quais as suas percepções? (3) Quais as dificuldades enfrentadas e oportunidades no que se refere à cultura no município? (4) O município assinou o acordo com o Sistema Nacional de Cultura? Existe um Plano Municipal de Cultura? Onde podemos encontrá-lo? (5) No que se refere ao Plano Municipal de Cultura, o que tem sido discutido em termos de políticas culturais? (6) A Secretaria/ Diretoria/ Divisão já participou de editais de fomento do governo federal e estadual ou tem interesse em participar? Caso já tenha participado, como foi? Qual era o objetivo da participação? (7) Qual a maior dificuldade enfrentada ao participar de editais de fomento? Entre outras.

O formulário de pesquisa de campo encontra-se no Apêndice A, ao final da dissertação. Também fora incluído o termo de anuência, no qual os entrevistados assinam, concordando com a pesquisa (Apêndice B). Vale ressaltar que em nenhum município da microrregião há uma secretaria exclusivamente da cultura, sendo esta dividida com educação, turismo, lazer e/ou esporte. Por este motivo não existem secretários de cultura na região. Cientes de que os gestores públicos não representam a totalidade do cenário, pois ainda se tem a ação dos demais servidores públicos e também a visão que a população tem sobre tudo isso, ao menos estes desvelam parcialmente a situação da pasta de cultura nos municípios, bem como estes operam e conduzem suas ações.

As entrevistas com os gestores foram realizadas em seus respectivos municípios, nos equipamentos em que estes trabalham, como na prefeitura ou prédios destinados à pasta da cultura. O período das entrevistas restringe-se ao quarto trimestre de 2017 e ao primeiro trimestre de 2018. A duração das conversas variou entre uma a três horas. Todas as conversas

foram gravadas e estruturadas para análise. Participaram das entrevistas integrantes do NEID, cujas pesquisas circunscrevem-se no campo da cultura.

A segunda fase da observação iniciou-se com buscas de registros de agentes culturais nas fontes secundárias, como secretarias municipais de cultura, institutos, escolas e bases de dado semelhantes, somente do município de Itajubá. Tal decisão foi tomada tendo em vista a inviabilidade de se obter um quadro completo do cenário cultural da região, optando-se por se limitar ao poder público das demais cidades. Com isso, foi-se à campo dialogar com os agentes encontrados para que outros fossem descobertos. Durante os diálogos foi requisitado que o agente indicasse outros agentes para que estes pudessem ser entrevistados. O questionário foi o instrumento utilizado para se obter o conhecimento das fontes primárias.

Alguns questionamentos feitos incluem: (1) O agente cultural faz uso de políticas públicas da cultura, sejam federais, estaduais ou municipais? (2) A interface tecnológica limita a utilização destas políticas públicas? (3) Quais tecnologias digitais utilizadas pelo agente cultural? (4) O agente cultural se mantém financeiramente a partir de sua atividade artístico-cultural? (5) O agente cultural promove o fomento de outros artistas e/ou artesãos através de sua atividade? (6) Quais as formas de obtenção de financiamento o agente cultural faz uso? (7) Houve dificuldade na participação de editais de fomento? (8) Quais as vantagens e desvantagens obtidas pelas tecnologias digitais? Entre outras.

Esta fase de coleta de dados foi realizada em conjunto com um projeto de extensão, organizado pelo autor desta dissertação, registrado na Pró-Reitoria de Extensão da UNIFEI. Tal projeto, intitulado “Entre o Saber e o Fazer da Cultura: formação de agentes culturais em Itajubá”, realizou um mapeamento dos agentes culturais e artistas da cidade de Itajubá. Este mapeamento foi feito pelo autor, auxiliado por três bolsistas de extensão, graduandos da UNIFEI. O questionário da pesquisa encontra-se no Apêndice C, ao final da dissertação.

Além dos três bolsistas, responsáveis fundamentalmente pela aplicação dos questionários, participaram também das atividades os professores Carlos Alberto Máximo Pimenta e Adilson da Silva Mello, ambos do DTecS, que viabilizaram a realização do projeto de extensão e, conseqüentemente, auxiliaram na coleta de dados desta pesquisa.

Nas bases secundárias obtidas junto a instituições do município foram levantados cerca de 320 registros de artistas de toda sorte de expressões culturais. Destes 320 inicialmente identificados, foi possível aplicar questionário a 80 deles, durante o último trimestre de 2018. Cada questionário foi aplicado pessoalmente por algum dos envolvidos no projeto de extensão. Em sua grande maioria os questionários foram aplicados na residência ou

no local de trabalho dos agentes culturais, com uma duração média de 60 minutos em cada entrevista.

No que tange a análise, esta foi realizada dentro da perspectiva descritiva dos dados levantados, cada conjunto com seus métodos específicos. Os dados foram organizados e classificados de maneira crítica, fundamentados por indicadores empíricos, enquanto o método descritivo é o monográfico, com os já citados questionários e entrevistas.

Para a análise dos dados optou-se por utilizar a ferramenta IRaMuTeQ¹² (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*, ou Interface R para Análises Multidimensionais de Textos e Questionários, em tradução livre). Com esta ferramenta foi possível organizar os dados coletados e categorizá-los em campos de sentido, definidos aqui como um conjunto de palavras sobre um dado assunto, a partir do extrato das falas dos entrevistados. Este conceito foi elaborado com base nos argumentos de Lopes (2013, p.149), em conjunto com o resultado dos dados trabalhados pelo software, uma vez que os agentes culturais expressam em suas falas que a cultura, para além de normativas, estruturas, regras, sistemas e intencionalidades, é também um conjunto de sentimentos.

Tais campos permitem aglutinar os dados semelhantes em grupos que façam sentido, de maneira que possam ser melhores interpretados. Dando suporte a estes campos de sentido, são identificados e selecionados fatos de significação acerca dos temas fundamentais da pesquisa, bem como a composição destes fatos.

Se faz importante aqui descrever como os agentes culturais percebem e se relacionam com a tecnologia, a cultura e a geração de renda. Com os fatos de significação e os campos de sentido bem estabelecidos é possível construir o objeto empírico da pesquisa, bem delineado e estruturado, com as informações necessárias para se fazer a interpretação e análise dos dados, junto ao referencial teórico.

O software livre utilizado, IRaMuTeQ, é uma ferramenta gratuita de análise semântica de textos. Ele possui diversas funcionalidades de análise, sendo que a utilizada para este trabalho foi a análise de similitude. Este tipo de análise baseia-se na teoria dos grafos, que possibilita identificar as coocorrências entre as palavras, ou seja, as conexões de sentido entre elas a partir do extrato das falas dos entrevistados. As informações referentes ao processo de análise pelo software encontram-se no capítulo 3.

A partir das informações extraídas das análises do IRaMuTeQ foi possível identificar quais são os agentes culturais atuantes na microrregião de Itajubá e como, ou se, estes

¹² Disponível em <<http://www.iramuteq.org/>>. Acesso em 10 de janeiro de 2018.

interagem com os editais de financiamento e fomento à cultura. Como a tecnologia age nos processos organizacionais dos agentes, se estes fortalecem ou inibem as suas atuações. Descobrir o quanto estes agentes retiram de seus saberes e fazeres o seu sustento, se estes buscam fontes de rendas alternativas, se as políticas públicas da cultura convergem para os seus interesses e necessidades. Somente para enumerar algumas possibilidades de análises.

Apresentado os percursos e itinerários metodológicos, para melhor explicitar a estrutura deste trabalho salienta-se que este foi organizado da seguinte maneira: é feita uma introdução, na qual são apresentados o tema e o objeto da pesquisa, incluindo nesta última a justificativa e os objetivos e, por fim, o percurso metodológico realizado para se obter e interpretar os dados coletados, bem como o campo epistemológico abordado. Esta primeira parte visa situar o leitor quanto a proposta desta pesquisa e como esta será executada.

O primeiro capítulo se divide em duas partes. Primeiramente é apresentado o contexto do trabalho, situando o leitor quanto ao *locus* da pesquisa, demonstrando aspectos econômicos, políticos e sociais da região. Então são analisadas as pesquisas mais recentes que envolvem os temas aqui abordados, a fim de garantir que a proposta deste trabalho não se distancie da realidade atual dentro dos campos de conhecimento tratados.

O segundo capítulo apresenta a teoria construída, buscando, em cada subcapítulo, indicar os autores e teorias a serem utilizadas na pesquisa e como estas se relacionam com o contexto estudado. O primeiro subcapítulo, o desenvolvimento de uma nação, trata das questões de desenvolvimento, o posicionamento do Brasil perante os países ditos desenvolvimentos e nossa atual situação de subalternidade. O segundo subcapítulo, a não-neutralidade da tecnologia, aborda os temas da ciência e da tecnologia, como esta foi avançando em conjunto com a economia e como esta se mescla à vida em sociedade. O terceiro subcapítulo, a cultura e sua diversidade, apresenta como se é vista hoje as noções de cultura e diversidade cultural, pela ótica das Nações Unidas e como esta reverbera no Brasil. Por fim, o quarto subcapítulo, políticas públicas da cultura, encerra o referencial teórico expondo a organização cultural do Brasil no nível político e como esta é influenciada pelas vicissitudes do desenvolvimento e da tecnologia. Este capítulo objetiva indicar ao leitor o ponto de partida da pesquisa, como esta foi pensada, organizada e realizada de acordo com as mais recentes teorias dos campos tratados.

O terceiro capítulo apresenta os resultados obtidos pela pesquisa, em primeiro lugar, trazendo a análise da visão do poder público da cultura atuante na região, esmiuçando em detalhes os mais variados aspectos que permeiam o desenvolvimento, a tecnologia, a cultura e as políticas públicas empregadas. Em segundo lugar, o foco está nos agentes culturais da

cidade de Itajubá, ilustrando como estes se relacionam com os temas supracitados. São feitas então as considerações finais.

Com esta estratégia discute-se o papel do desenvolvimento e das políticas públicas, este relacionado com a cultura e a tecnologia, na pretensão de trazer elementos para subsidiar futuras ações no campo das políticas públicas culturais.

1 Elementos para pensar o desenvolvimento local

Este primeiro capítulo tem por finalidade situar o leitor quanto aos assuntos fundamentais da pesquisa. Na primeira parte é feita uma contextualização do *locus* da pesquisa, apresentando aspectos geográficos, econômicos e políticos da microrregião de Itajubá. Em seguida é feita uma análise sobre trabalhos correlatos a este, que abordam temas semelhantes e/ou na mesma região de interesse, no conjunto do questionamento apresenta-se os elementos para que se possa pensar a importância destes no impulsionamento do desenvolvimento local.

1.1 A microrregião de Itajubá

A pesquisa se dá na microrregião de Itajubá, mais especificamente os municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura. São eles Brasópolis, Cristina, Delfim Moreira, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis e Piranguçu. Entende-se que a adesão ao SNC é um ponto de partida essencial para se colocar em prática políticas públicas efetivas, uma vez que o município está em consonância com as normas vigentes nos âmbitos estadual e federal. Embora nenhum dos municípios tenha concluído todas as etapas da adesão¹³, o cadastramento na plataforma do SNC já indica uma intenção e um compromisso.

Quanto à localização geográfica, a qual pode ser visualizada na Figura 3, a região fica na porção sul do estado de Minas Gerais, equidistante de três das principais capitais do país, São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. É cortada pela BR 459, que faz a ligação de importantes rodovias da região Sudeste, a Presidente Dutra e a Fernão Dias. A população da microrregião de Itajubá é de aproximadamente 189 mil habitantes¹⁴, em uma área de 2.982 km².

É conferido à Itajubá o papel de polo e centro de importância ao desenvolvimento econômico da região. Esta comporta diversas faculdades e universidades, configurando um quadro formador de profissionais para o comércio e a indústria para os municípios vizinhos. Estes fatores contribuem para que a cidade seja influenciadora da cultura, política, economia e o social da região.

¹³ Os elementos obrigatórios para a institucionalização do acordo são: “órgão de cultura; conselho de política cultural; e conferência de cultura, plano de cultura e sistema de financiamento à cultura com existência obrigatória do fundo de cultura.” (VILUTIS, 2015, p.124)

¹⁴ Disponível em < <https://www.cidade-brasil.com.br/microrregiao-de-itajuba.html>>. Acesso em 4 de junho de 2018.

Como retratado na pesquisa de Andrade e Ferreira (2013), há precariedade socioeconômica na microrregião de Itajubá. Estes registram que o percentual da população abaixo da linha da pobreza é de 28,65%, superando o índice de 20,38% da macrorregião de planejamento do sul de Minas Gerais. Este número é bem elevado se comparado às demais microrregiões vizinhas, como Pouso Alegre, Poços de Caldas e Varginha. Este cenário implica numa gama de problemas socioeconômicos, políticos e culturais que devem ser minimizados.

Figura 3 – Mapa do estado de Minas Gerais, com destaque na microrregião de Itajubá



Fonte: Microrregião de Itajubá - Wikipédia <https://pt.wikipedia.org/wiki/Microrregião_de_Itajubá>. Acesso em 27/11/18.

A Tabela 1 apresenta algumas características socioeconômicas sobre a microrregião de Itajubá, retiradas do site do Sebrae MG¹⁵. Como é possível perceber, pouco mais da metade da população da região é economicamente ativa (54,1%), no entanto, pouco mais de 30%

¹⁵ Disponível em <https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/Diagnostico/Identidade-Territorial-das-Regioes-e-Microrregioes---Itajuba#>. Acesso em 4 de junho de 2018.

destes encontram-se empregados. Esse dado ilustra como o trabalho na região é sumariamente informal, sendo que pelo menos 1/4 destes trabalhadores residem no ambiente rural. Disso é possível inferir que a população, de um modo geral, busca alternativas de geração de renda no mercado informal, sejam nos serviços, confecção de produtos, arte e artesanato etc. Para Pimenta *et al.* (2018, p.19), esta disparidade “pode indicar mudanças de estratégias do sistema produtivo, no sentido de efetivação de base tecnológica ao processo produtivo, da diminuição da necessidade de mão-de-obra convencional e de processos de desaceleração da economia”.

Tabela 1 – Dados da microrregião de Itajubá (2010-2012)

PIB (Em R\$ Milhões)	2.719
Grau de urbanização	74%
IDH	0,738 – Alto
População	189.193
População Economicamente Ativa	92.289
Empregados	27.846

Fonte: Biblioteca Digital. Sebrae MG. 2015.

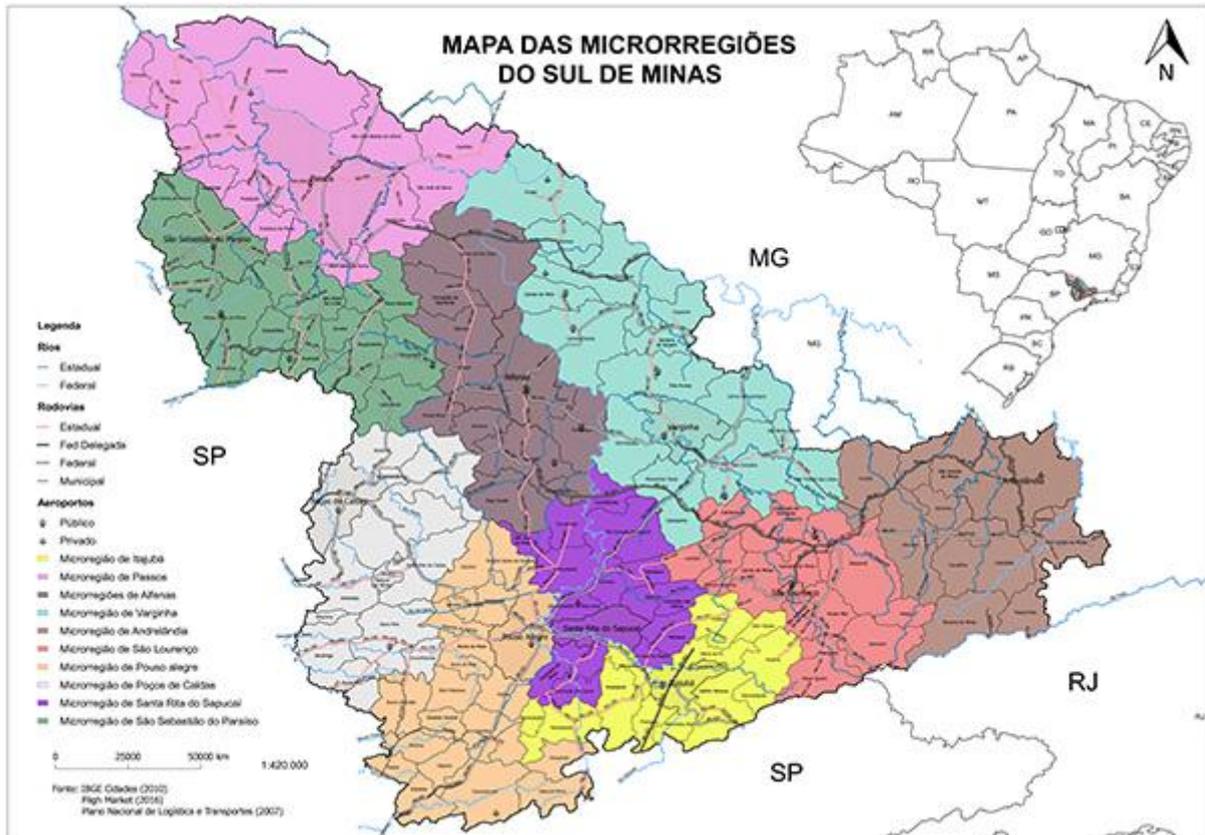
Como demonstrado por Andrade e Ferreira (2013), estes valores são ofuscados pela “pujança” econômica e industrial de Itajubá, que retratam a região como próspera e em desenvolvimento, com alto índice de desenvolvimento humano e PIB crescente. Segundo os autores, ainda que Itajubá seja a cidade de referência da região, esta conforma um alto índice de sua população vivendo abaixo da linha da pobreza, 19,3%. Esta situação é mais precária que outros municípios de mesma posição hierárquica dentro da mesorregião do sul de Minas Gerais, como Poços de Caldas, Pouso Alegre, Varginha, Passos e Lavras. Todas as microrregiões do Sul de Minas estão ilustradas na figura 4, sendo que a de Itajubá é a de cor amarela.

Segundo Pimenta *et al.* (2018, p.17) é preciso entender a importância do município de Itajubá para o desenvolvimento local da microrregião. Entre os dez municípios com maior percentual de população abaixo da linha da pobreza na mesorregião do sul de Minas Gerais, seis estão na microrregião de Itajubá. Tal fato se reverbera em uma série de problemas estruturais e conjunturais socioeconômicos, políticos e culturais para a região.

É nesse contexto que os municípios da região iniciam a sua adesão ao SNC, por uma necessidade do Governo Federal em institucionalizar e operacionalizar de maneira mais assertiva o setor da cultura. Itajubá aderiu ao SNC em 2013, normatizando o Sistema

Municipal de Cultura e instituindo o Conselho Municipal de Cultura, elementos essenciais exigidos pelo PNC.

Figura 4 - Microrregiões do Sul de Minas Gerais



Fonte: Elaborado pelo NEID (2018)

O SNC, de maneira geral, incentiva uma economia da cultura de maneira coletiva, solidária e de cooperação, no tocante a geração de renda, sustentabilidade e desenvolvimento local. Contudo, a adesão dos municípios ao SNC, de maneira mais prática, “circundam dentro da lógica produtiva e do consumo” (PIMENTA *et al.*, 2018, p.22), como será possível verificar no capítulo 3.

Entretanto, não se trata aqui de negar a importância da lógica capitalista vigente, mas sim de se apoderar e apropriar desse sistema e atingir o desenvolvimento através da cultura, superando o modelo hegemônico de dominação e exclusão, favorecendo alternativas concretas de sobrevivência para indivíduos em situação de subalternidade.

Normatizada ou não, a cultura se apresenta como uma das alternativas de práticas que podem solucionar questões de exclusão social, de crescentes processos de desigualdade de renda e de desemprego. Traz, também, caminhos conceituais que a estabelecem como um direito fundamental com capacidade de gerar diversas significados e atributos de sobrevivência e sustentabilidade para lugares e pessoas. (PIMENTA *et al.*, 2018, p.23)

Com base neste cenário, o presente trabalho busca elucidar como se dão estas dinâmicas nos oito municípios estudados, sobre como estão sendo tratadas as questões de desenvolvimento, de geração de renda e no trato a políticas públicas, artistas e agentes culturais da região.

1.2 Pesquisas correlatas

Foram encontrados diversas teses e dissertações correlatas e selecionadas aquelas que abordam sempre a cultura e, pelo menos, algum dos outros temas: políticas públicas, desenvolvimento no contexto de relação entre processos de desenvolvimento e tecnologia. As dissertações e teses estão listadas no Quadro 1, agrupadas por tema, com o número de referência, título, autor, local de publicação e ano. As pesquisas selecionadas datam a partir do ano de 2008, momento no qual as políticas culturais brasileiras já se encontravam bem definidas e estruturadas de acordo com o governo vigente na época.¹⁶

Estas pesquisas abordam os assuntos de desenvolvimento, cultura e tecnologia quase em sua totalidade, conforme o proposto por este trabalho. Além das treze pesquisas selecionadas, a outras dezenas caberia uma elucidação que se aproxima do tema proposto, porém as suas proposições já foram citadas de alguma forma dentro deste recorte, não havendo a necessidade de se buscar, analisar e comentar sobre um maior número de pesquisas. Foi possível identificar que diversas destas pesquisas convergem para o mesmo ponto desta dissertação, a cultura de um país periférico e a sua relação com a tecnologia. Ao final é feito um comentário geral sobre os pontos obscuros destes trabalhos, aspectos relevantes que não foram tratados e como esta pesquisa poderá preencher algumas lacunas teóricas e práticas.

Quadro 1 - Teses e dissertações correlatas

Ref.	Temas	Título	Autor	Local	Ano
1	Cultura, tecnologia e desenvolvimento	Desenvolvimento e tecnologia nos movimentos sociais: um estudo sobre a cultura digital e os pontos de cultura	Julio Cesar Pedroso	UNESP	2013
2	Cultura, tecnologia e políticas públicas	Políticas culturais, tecnologias de informação e democracia cultural: o programa VAI e a constituição da Agência Popular Solano Trindade	Eduardo Augusto Sena	USP	2013

¹⁶ O Sistema Nacional de Cultura e o Plano Nacional de Cultura foram propostos e organizados em 2003. A adesão do Brasil à Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da UNESCO, deu-se em 2006.

3	Cultura, tecnologia e políticas públicas	Política de informação: o programa Cultura Viva no Ministério da Cultura	Maria Cristina Brasil Magnani	UFMG	2011
4	Cultura, tecnologia e políticas públicas	SNIIC: a plataforma digital de cultura brasileira sob a perspectiva das convergências entre o <i>Design</i> e a Ciência da Informação	Anahi Rocha Silva	UNESP	2016
5	Cultura, tecnologia e políticas públicas	Mediações entre cultura, informação e política: reflexões sobre o <i>Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva</i>	João Robson Fernandes Nogueira	USP	2014
6	Cultura, tecnologia e políticas públicas	Com quantos <i>gigabytes</i> se faz uma jangada, um barco que veleje: o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais	Eliane Sarmiento Costa	FGV	2011
7	Cultura, tecnologia e políticas públicas	A consolidação dos indicadores culturais no Brasil: uma abordagem informacional	Paula Ziviani	UFMG	2008
8	Cultura e políticas públicas	Cultura, democracia e participação social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia	Daniele Pereira Canedo	UFBA	2008
9	Cultura e políticas públicas	Análise do processo de criação e estruturação do Sistema Municipal de Cultura e a sua influência na economia criativa: um estudo de caso no município de Itajubá-MG	Caroline de Miranda Borges	UNIFEI	2016
10	Cultura e políticas públicas	O sistema nacional de cultura: aspectos contraditórios entre institucionalização e participação no setor cultural de Ribeirão Preto	Jonas Pereira Paschoalick	UNESP	2017
11	Cultura e desenvolvimento	Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais	Luiz Alex Silva Saraiva	UFMG	2009
12	Cultura e desenvolvimento	A singular mediação entre cultura e economia: economia criativa como estratégia de desenvolvimento	Bárbara Freitas Paglioto	UFMG	2015
13	Cultura e desenvolvimento	Quando o tempo ruge e a sapucaí é longe: desenvolvimento e cultura “em enredo” no samba carioca	Geraldo Camilo da Silva	UNIFEI	2017

Fonte: Elaborado pelo autor

No esforço de síntese, passa-se a evidenciar a intencionalidade contida nas pesquisas e explicitar aqueles que auxiliaram na formação de um quadro teórico de contribuição para esta pesquisa.

A dissertação (1) analisa movimentos sociais formados a partir da rede de Pontos de Cultura, um dos pilares da lei Cultura Viva, que se articulam através de um grupo de e-mails onde participam os atuantes dos Pontos. Foram coletadas informações de campo por esta lista de e-mails e também em alguns encontros presenciais, com entrevistas a gestores de Pontos da cidade de Rio Claro/SP. Concluiu-se que os Pontos de Cultura podem ser categorizados como um embrião de movimentos sociais, balizados em instituições reconhecidas pelo Estado e potencializados pela Cultura Digital, e apesar de conflitos ideológicos presentes nos diferentes Pontos, e também internamente, estes representam uma potente possibilidade de transformação. A pesquisa limitou-se à organização e formação dos agentes formadores dos Pontos de Cultura, excluindo as ações e efetividade destes dentro de seu contexto social local.

A dissertação (2) analisa as estratégias de articulação e comunicação entre agentes culturais que se organizam em coletivos nas periferias da cidade de São Paulo, e qual o papel que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) exercem nestas redes. Foi realizado um estudo de caso sobre a constituição da Agência Popular Solano Trindade, um projeto cujo objetivo é fortalecer a rede de atores culturais de SP, bem como articular a economia, a cultura e o desenvolvimento local. Tal agência foi viabilizada pelo Programa VAI, Valorização das Iniciativas Culturais, de fruição e fomento de atividades culturais no município de São Paulo. Em seus resultados foi identificada a efetivação da política pública em questão, a relevância dos movimentos sociais e como a limitação tecnológica nas periferias infere nas ações da organização como um todo, seja no processo de mapeamento dos agentes culturais ou nas atividades cotidianas.

A dissertação (3) analisa a Ação Cultura Digital do Programa Cultura Viva pelo viés da Ciência da Informação (CI), perpassando pelas TICs, identificando iniciativas que reflitam políticas de informação. A metodologia empregada foi o estudo de caso, fazendo uso de análise documental, sendo as leis a fonte fundamental de informações. A pesquisa, por se tratar de um campo disciplinar, a CI, não foi além da análise informacional das leis e sua organização, deixando lacunas no que toca a acesso à tecnologia e efetividade do Programa, ausentou-se também a pesquisa de campo, a fim de consolidar as teorias apresentadas.

A dissertação (4) tem por objeto de estudo o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Cultural (SNIIC), analisando-o sob a perspectiva da Ciência e do *Design* da Informação. Caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica, exploratória e teórico-aplicada.

Como resultados encontrados estão as deficiências na produção documental e no sistema de busca e recuperação das informações. A pesquisa limitou-se a analisar a ferramenta do SNIIC somente pelo viés do *design* e da ciência da informação, não investigando como esta repercute empiricamente ou como é acessada e democratizada enquanto um instrumento tecnológico de política pública.

A dissertação (5) busca mapear, compreender e avaliar as mediações culturais, técnicas e da informação nas relações entre poder público e arranjos institucionais locais para a formulação e implantação de políticas culturais. Foi realizado um estudo de caso acerca do Programa Cultura Viva, com ênfase na Rede Municipal de Pontos de Cultura de Ribeirão Preto/SP. Contudo, o foco da pesquisa manteve-se na Ciência da Informação, sobre como este campo do conhecimento atua sob os olhares da cultura e das políticas, não tensionando questões específicas e críticas acerca das políticas culturais.

A dissertação (6) estuda o Programa Cultura Viva sob a temática da cultura digital, dando centralidade ao potencial transformador na produção, circulação e consumo de bens culturais através das redes. Foi feita uma pesquisa documental, levantando o histórico da implementação do Programa e do uso de softwares no Brasil. Como dito pela autora, esta não se propôs a analisar os resultados decorrentes das implantações. Uma pesquisa profunda e exploratória, mas de caráter consultivo.

A dissertação (7) consiste em identificar e sistematizar a composição de indicadores culturais, com base nos conhecimentos da Ciência da Informação. A coleta de dados deu-se por documentações das leis e também por entrevistas com dirigentes do Ministério da Cultura. Buscou-se levantar indicadores além dos econômicos. O levantamento de indicadores e mapeamento para a área da cultura é essencial para a elaboração de políticas públicas que sejam efetivas no setor. Contudo, a autora conclui que tais estudos de indicadores e informações culturais se alicerçam em interesses políticos e dificilmente são neutros, refletindo os interesses daqueles que o realizam, que são na sua maioria de origem privada.

A dissertação (8) analisa a participação social na elaboração de políticas públicas de cultura no estado da Bahia, partindo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia, realizada em 2007. Foram realizadas entrevistas com os participantes sobre a democracia, aspectos de representação e participação, papel da cultura na sociedade, gestão pública, cidadania cultural e desenvolvimento humano. O resultado da pesquisa apontou três principais pontos, a importância da participação cidadã nas tomadas de decisão do poder público, uma metodologia precisa e abrangente durante as discussões e vontade política para colocar as contribuições dos participantes em prática.

A dissertação (9) tem por objetivo analisar o processo de criação e estruturação do Sistema Municipal de Cultura e a sua relevância no desenvolvimento empreendedor e da economia criativa do município de Itajubá/MG. A metodologia utilizada foi o estudo de caso amparado por pesquisa documento, pesquisa-ação e pesquisa qualitativa. O resultado da pesquisa teve como objeto o Sistema Municipal de Cultura de Itajubá. As fragilidades encontradas residem na dificuldade de se estabelecer uma política sólida para os diferentes contextos artísticos e culturais da cidade, bem como seus agentes. As limitações da pesquisa estão na visão positivista da economia criativa, como a melhor saída para os grupos de cultura do município, excluindo-se as particularidades de uma cidade interiorana e da população periférica.

A dissertação (10) analisa a institucionalização do Sistema Nacional de Cultura na cidade de Ribeirão Preto/SP, em dois momentos específicos, a implantação da rede de Pontos de Cultura e sua ascensão como instância de pactuação entre sociedade civil e poder público, e então o seu declínio e o esvaziamento da participação. Foram realizadas entrevistas em profundidade, semiestruturadas, com os agentes (de poder público ou sociedade civil) que formam o corpo político da cidade. Como resultado obteve-se a impossibilidade de analisar o impacto do aumento dos Pontos de Cultura, ou seja, sua efetividade enquanto política pública. No entanto, percebeu-se os benefícios obtidos com a sistematização do programa e formalização da rede local de produção cultural. Como limitação, o autor declara que somente foram entrevistados agentes culturais que estão por dentro da rede, excluindo a sociedade civil das análises.

A tese (11) defende que a *particularização*¹⁷ de políticas públicas converte a cultura em indústria cultural em detrimento do valor simbólico e social dos bens culturais. O *locus* de estudo é a cidade de Itabira/MG, adotando-se uma estratégia qualitativa e método indutivo. Têm-se, então, Itabira como uma organização-cidade. Como resultado identificou-se um cenário no qual as políticas culturais são voltadas para as elites e para os turistas, sumariamente. Exclui-se a sociedade, bem como seus saberes e fazeres culturais, da dinâmica cultural do município. A presença de mecanismos burocráticos por meio de editais de incentivo favorece um empobrecimento cultural generalizado. O foco do simbolismo é o poeta Carlos Drummond de Andrade, que possui estreita relação com a cidade, desta maneira tal simbolismo torna-se estático, ao contrário de dinâmico, como deveria ser. A isto soma-se a

¹⁷ Segundo o autor, o termo particularização compreende o processo de que torna *privada* a concepção e execução de práticas culturais, no sentido de tornar privada as políticas que, por definição, seriam públicas. (SARAIVA, 2009, p.27)

mercantilização desta figura histórica e a hegemonização da arte e da cultura Itabireense, imposta à sua sociedade.

A dissertação (12) tem foco na economia criativa dentro do contexto de economias periféricas, com suas particularidades socioeconômicas, culturais e políticas, com ideal de redução de desigualdades e construção de cidadania. Trazendo o conceito de desenvolvimento em Celso Furtado, a autora traz alternativas de desenvolvimento além da industrialização e mimetização dos países do Norte. A pesquisa se limitou a fazer uma revisão bibliográfica, não explorando a ideia de economia criativa em um dado *locus* ou atestando sua aplicabilidade e consequências quanto ao caráter simbólico e social da arte e da cultura.

A dissertação (13) estuda o tema Desenvolvimento e Cultura dentro do contexto das escolas de samba do Rio de Janeiro, mais especificamente a problemática do acesso ao grupo que desfila no Sambódromo da Marquês de Sapucaí. São levados em conta a ideia de desenvolvimento em Celso Furtado e do hibridismo cultural, o encontro da cultura com a modernidade e como se dá essa relação. Foram realizadas 29 entrevistas não-estruturadas, dialogais. O autor faz um comparativo entre os grupos de acesso, da Intendente, e o desfile da Sapucaí, relacionando-os ao padrão de desenvolvimento imposto pelos países ricos àqueles do hemisfério Sul, perpassando pelos aspectos culturais deste universo do samba.

Entre os 13 trabalhos analisados, somente cinco deles foram mais abrangentes, discutindo de forma crítica os aspectos tecnológicos e culturais de seus objetos de estudo. São eles os trabalhos: (2) “Políticas culturais, tecnologias de informação e democracia cultural: o programa VAI e a constituição da Agência Popular Solano Trindade”, por Eduardo Augusto Sena; (7) “A consolidação dos indicadores culturais no Brasil: uma abordagem informacional”, por Paula Ziviani; (8) “Cultura, democracia e participação social: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia”, por Daniele Pereira Canedo; (11) “Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais, por Luiz Alex Silva Saraiva” e; (13) “Quando o tempo ruge e a sapucaí é longe: desenvolvimento e cultura ‘em enredo’ no samba carioca”, por Geraldo Camilo da Silva.

As pesquisas (3) “Política de informação: o programa Cultura Viva no Ministério da Cultura”, por Maria Cristina Brasil Magnani e (4) “SNIIC: a plataforma digital de cultura brasileira sob a perspectiva das convergências entre o *Design* e a Ciência da Informação”, por Anahi Rocha Silva, não levaram em consideração as questões de acessibilidade e democratização dos aspectos tecnológicos das políticas culturais, dando como certos os avanços obtidos pelos recursos da internet, como se cada cidadão tivesse os mesmos direitos e condições de possuir um computador e acessar a rede.

As pesquisas (1) “Desenvolvimento e tecnologia nos movimentos sociais: um estudo sobre a cultura digital e os pontos de cultura”, por Julio Cesar Pedroso, (5) “Mediações entre cultura, informação e política: reflexões sobre o *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva*”, por João Robson Fernandes Nogueira e (6) “Com quantos *gigabytes* se faz uma jangada, um barco que veleje: o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais”, por Eliane Sarmiento Costa, não tensionaram a efetividade das políticas públicas da cultura que foram alvos de seus estudos. Faltou uma análise crítica dos programas implantados pelo governo e como estes reverberaram na sociedade como um todo, desde os agentes culturais e artistas aos cidadãos.

As pesquisas (9) “Análise do processo de criação e estruturação do Sistema Municipal de Cultura e a sua influência na economia criativa: um estudo de caso no município de Itajubá-MG”, por Caroline de Miranda Borges e (12) “A singular mediação entre cultura e economia: economia criativa como estratégia de desenvolvimento”, por Bárbara Freitas Paglioto, ignoraram as questões plurais da diversidade cultural, da mercantilização dos produtos e serviços culturais. Ficaram restritos ao viés da economia criativa e como monetizar bens e práticas culturais de modo a fazer parte do mercado econômico.

A pesquisa (10) “O sistema nacional de cultura: aspectos contraditórios entre institucionalização e participação no setor cultural de Ribeirão Preto”, por Jonas Pereira Paschoalick, limitou-se a realizar a pesquisa aos gestores e agentes culturais já consolidados, não dando voz àqueles em situações de subalternidade e que se encontram excluídos dos processos burocráticos convencionais das leis de incentivo à cultura.

Haverá o cuidado, portanto, de tratar estas lacunas deixadas por tais pesquisas. Distinto dos trabalhos mencionados, este se predispõe em considerar o reflexo que a interface tecnológica e os editais de fomento possuem na vida e no trabalho dos agentes culturais, o funcionamento e efetividade das políticas culturais da região e a quem estas beneficiam, bem como se aprofundar nas questões de geração de renda de artistas e artesãos em situação de subalternidade, sem que estes avaliem seus produtos pelo valor monetário em detrimento de seus valores simbólicos.

Este tensionamento traz consigo a necessidade de elaboração de uma proposta que coloque em debate o conceito de desenvolvimento e seus efeitos na dinâmica da cultura, a partir do modo de produção industrial e de forma crítica, é o que se intenciona no próximo capítulo.

2 Dimensões do desenvolvimento, da tecnologia e da cultura: delineamentos e aproximações

A fim de se entender os contextos no qual se dá a pesquisa desta dissertação, os tópicos a seguir são organizados da seguinte maneira: é abordado o contexto econômico e político no qual o Brasil está inserido no globo, fator relevante perante as tecnologias utilizadas e a estrutura das políticas públicas, principalmente no que toca o fomento e a valoração monetária da cultura. Como a tecnologia está presente na sociedade e se manifesta nos mais variados espectros, sendo um fator chave na elaboração de projetos e ações do poder público. É então discutido sobre a diversidade cultural e sua importância como patrimônio da humanidade, que deve ser protegido e promovido através das redes e ações locais, entre sociedade civil, estado e mercado. Por fim, como é organizada a política cultural nacional, permeada por recursos tecnológicos e pela integração dos territórios.

2.1 O desenvolvimento de uma nação

Para se falar sobre a cultura e a tecnologia no Brasil e suas mais variadas abordagens, aspectos e significações, tanto no âmbito público quanto no privado, se faz necessário entender a situação econômica e política na qual o país está inserido. Dentro da lógica da economia ocidental, a posição periférica em relação ao centro do mundo e o desenvolvimento pós-industrial, ou tardio, ainda vigente, tem muito a dizer sobre a atual sociedade em que se vive e os rumos possíveis e prováveis a serem percorridos.

O primeiro ponto a ser levantado é sobre a questionável conceitualização e ambivalência que se tem sobre os termos “industrialização” e “desenvolvimento”, abordados por Arrighi (1997, p.208). Não se pode colocar tais configurações no mesmo patamar, nem sequer assumir que o primeiro levará ao segundo. Da mesma forma, a premissa contrária também é verdadeira, uma nação reconhecidamente desenvolvida não obrigatoriamente é industrializada. Para se entender estas questões é preciso, acima de tudo, trazer à tona os conceitos do autor sobre os distintos níveis de organização dos Estados globais.

Arrighi (1997, p.7) divide a economia mundial em três esferas, que estas representa como andares. No andar superior situa-se o núcleo orgânico, os países mais desenvolvidos, que já atingiram o estado de “bem-estar” e atualmente buscam nas altas finanças, nas tecnologias de ponta e nos acordos políticos a manutenção de seu poder. No andar do meio se encontra a semiperiferia mundial, países subdesenvolvidos, de industrialização tardia, com

relativo poder de compra, onde circula o consumismo e o mercado. No andar inferior repousam os países mais pobres, tendo sua mão-de-obra barata e recursos naturais explorados pelas outras duas esferas.

Esta estrutura possui a seguinte dinâmica: o núcleo orgânico é detentor das grandes riquezas e dos mercados de capitais, possuidores de alta tecnologia e influentes no poder do Estado, uma vez que são as bases de grandes corporações e instituições governamentais. Estes são sustentados por uma transferência unilateral de mão-de-obra e de produção material provindas dos países mais pobres, que não possuem governabilidade o suficiente, nem poder econômico, para impedirem este fluxo de capital e de dominação. E a semiperiferia, que ocupa o interstício nessa relação de trocas desiguais, “colhem apenas benefícios marginais quando estabelecem relações de troca com os Estados do núcleo orgânico, mas colhem a maioria dos benefícios líquidos quando estabelecem relações de troca com os Estados periféricos” (ARRIGHI, 1997). Estas trocas de bens e serviços são realizadas de maneira desigual e desequilibrada, com a balança pesando sempre para o lado mais fraco, de menor poder econômico e político.

O Brasil se encontra dentro deste processo, na posição de um país tido como subdesenvolvido. Segundo Arrighi, é possível desta maneira se manter à frente da pobreza dos Estados periféricos, no entanto, jamais será possível “transpor o golfo que separa sua riqueza da riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico” (ARRIGHI, 1997, p.219). Mas o que é então, ser um país subdesenvolvido? Carlos Brandão (2015) aponta diversas proposições acerca do tema. Para ele, o subdesenvolvimento é mais complexo do que casualmente se expõem, vai além da falta de um bem-estar social ou da inovação tecnológica, é na verdade um

processo histórico complexo através do qual uma sociedade vai acumulando historicamente múltiplos atrasos e deformando recorrentemente suas estruturas sociais. O subdesenvolvimento não é uma fase ou estágio que passará naturalmente com o transcorrer do tempo, simples momento na trajetória linear rumo a uma situação superior, considerada a etapa em que se conclui e se alcança o progresso e o desenvolvimento. Pelo contrário, é uma estrutura com grande capacidade de persistência e reprodução de lógicas e instrumentos tradicionais e anacrônicos de dominação. Mesmo quando há crescimento e aumento do nível médio de vida da população, muitas vezes não se enfrentam as estruturas reprodutivas do atraso, nem se conduz a um processo de homogeneização social. (BRANDÃO, 2015, p.69)

Como apontado, mesmo que um país atinja certo nível de industrialização, o avanço econômico gerado não passa de um “movimento ascendente num movimento pendular”, no qual as coisas simplesmente voltarão a ser o que eram depois de um determinado tempo (ARRIGHI, 1997, p.227). Ao explorar os recursos de uma nação periférica, há um fluxo de

indústrias e de tecnologia para o local, o que não deve ser confundido como desenvolvimento, mas como periferação de atividades industriais, uma vez que nestes países a mão-de-obra é significativamente mais barata e há abundância de matéria prima, segundo o autor. Celso Furtado corrobora com tal afirmação, que ao explicitar sobre este particular processo de industrialização realizado na periferia, identifica que é um “processo qualitativamente distinto da industrialização que, em etapa anterior, conheceram os países cêntricos e, ainda mais, da que nestes prossegue no presente” (FURTADO, 1974, p.44). A industrialização nos países periféricos não foi inovadora ou com tendências desenvolvimentistas ou tecnológicas, como ocorreu nos países do Norte. Pelo contrário, foram as sucatas e as tecnologias ultrapassadas que encontraram o seu lugar no hemisfério sul.

Considerando o fato de que, um dia, fosse possível todos os países atingirem o atual nível de desenvolvimento do núcleo orgânico, mediante a exploração de suas riquezas naturais e consolidação tecnológica para o seu melhor aproveitamento, Furtado traz luz à implicação: “se tal acontecesse, a pressão sobre os recursos não renováveis e a poluição do meio ambiente seriam de tal ordem [...] que o sistema econômico mundial entraria necessariamente em colapso” (FURTADO, 1974, p.11). Contudo tal fato não passa de um cenário digno de ficção-científica, pois os países ricos jamais permitirão que isso venha a ocorrer. Segundo Moraes (2006), o controle, pelo núcleo orgânico, sobre tais materiais e sobre os países em que estes repousam, é imprescindível por ao menos dois motivos: “1) Para, simplesmente, operar e realizar lucros. [...]. 2) Mas também para a garantia de que os competidores *não terão* esse acesso (o controle erguerá ‘barreiras de entrada’ de natureza política)” (MORAES, 2006, p.120, grifo do autor). Não somente com a finalidade de explorar e controlar a extração e enriquecimento dos recursos naturais, a presença colonizadora nos países periféricos garante às nações desenvolvidas o controle sobre os negócios, os lucros e os rumos que este segmento irá tomar. Como dito por Arrighi (1997, p.217), “os processos de exclusão são tão importantes quanto os processos de exploração. [...] São distintos, mas complementares”. Excluídos com a finalidade de, exatamente, não entrarem na competição pelos mercados e deixarem de fazer parte da fatia consumidora da população.

O que seria este desenvolvimento? Suas bases são estritamente econômicas? Este seria um estágio desejável para os países periféricos? Tal indagação foi feita por Hoselitz (1952, p.V), ao se perguntar: “Em qual medida a história passada do desenvolvimento econômico dos países mais avançados pode servir como modelo para o presente e imediato futuro dos países subdesenvolvidos (se é que isso é possível)?”. Contudo, a resposta que este traz não condiz com os atuais estudos de economistas, cientistas sociais e de demais áreas

humanísticas, como antropologia e psicologia, mas sim pelo viés contrário, entendendo a economia somente pela visão do capital e não pela estrutura criada e mantida pelo núcleo orgânico. Como citado por Moraes (2006), Hoselitz “faz notar que os fatores principais, determinantes mesmo, para o desenvolvimento e a modernização residem na ‘estrutura psicológica da população’”, que nestes países não estão presentes traços culturais propiciadores de inovação e, ainda, “que a disposição ou propensão para fazer economias e dirigir empresas ‘decorre de atitudes ‘endêmicas’ das sociedades tecnicamente avançadas’” (HOSELITZ *apud* MORAES, 2006, p.149). Tal idiosincrasia não poderia vir de outro local senão da escola austríaca de economia, da corrente neoliberal de pensamento e de mercado.

Para entender melhor sobre estas questões de desenvolvimento, é preciso falar sobre a modernidade e a atual conjuntura neoliberal, que prega a livre concorrência de mercado, bens e serviços, estado mínimo etc. Este cenário contribui, e muito, para a estrutura proposta por Arrighi. Antes das críticas que cabem a esta conjuntura, deve-se suscitar o que Edward Shils entende como “moderno” nos idos de 1958, respondendo às perguntas supracitadas, como exposto por Moraes (2006, p.159-160):

Nos novos Estados, “moderno” significa democrático e igualitário, científico, economicamente avançado e soberano. Estados “modernos” são “Estados de bem-estar social”, proclamando o bem-estar de todas as pessoas e especialmente as classes mais baixas como sua principal preocupação. Estados “modernos” devem necessariamente ser Estados democráticos, no sentido de que não apenas as pessoas são bem tratadas e protegidas por seus governantes, mas são também a fonte de inspiração e orientação desses governantes. Modernidade implica democracia, e a democracia nos novos Estados é, acima de tudo, igualitária. A modernidade, portanto, significa o destronamento dos ricos e dos tradicionalmente privilegiados de suas posições de influência proeminente. Envolve reforma agrária. Envolve imposto de renda acentuadamente progressivo. Envolve sufrágio universal. Modernidade envolve educação pública universal. Modernidade é científica.

Mediante apontamento, resta verificar se há, de fato, algum Estado no globo que tenha atingido tal estágio de “modernização”. Salvo raras possíveis exceções (que não cabem no escopo deste trabalho), como os países escandinavos, certamente o contexto neoliberal das nações soberanas não foi capaz de realizar tamanha proeza. Mas se houve algum sucesso na pregação do neoliberalismo, este se deu na política e na sua ideologia, de maneira que não restou opção para Estados mais pobres além de aderir à sua prática na economia e no poder estatal. A modernização carregada pelo capitalismo neoliberal trouxe expansão de mercado, porém restrita às nações hegemônicas, trouxe democratização, mas para as minorias, trouxe renovação de ideias, mas com baixa eficácia nos processos sociais (CANCLINI, 2015, p. 69).

Para Pimenta (2014, p. 60), “o termo desenvolvimento está impregnado de demarcações ideológicas e de imposições de um modelo sobre o outro, bem como é resultante

de invenção do mundo ocidental para manter a hegemonia dos países ricos sobre os mais pobres”. Imersos no sistema econômico capitalista globalizado, nações periféricas viram-se colhendo somente os frutos ruins, ou os restos, despejados pelos ricos e rejeitados pelos porcos¹⁸. Como ilustrado por Anderson (1995, p.12), “economicamente, o neoliberalismo fracassou, não conseguindo nenhuma revitalização básica do capitalismo avançado. Socialmente, ao contrário, o neoliberalismo conseguiu muitos dos seus objetivos, criando sociedades marcadamente mais desiguais”.

Falar deste sistema econômico implica não somente em como são tratados os mercados internos e externos, mas também como são executados os serviços básicos de saúde, moradia, segurança, emprego, educação, cultura etc. Como este é o sistema empregado pelos países ditos desenvolvidos, e este visa o estado mínimo, não é garantido que a prestação destes serviços está segura, uma vez que estes serviços não visam estritamente o lucro, mas o bem-estar de sua população. Desenvolvimento não é somente crescimento econômico e tecnológico, é também prover saúde, moradia, segurança, emprego, educação, cultura etc.

Quais alternativas, então, se fazem presentes diante desta neocolonização, do impedimento de fazer parte do centro do capital e da impossibilidade de adotar novos sistemas políticos e sociais? Alguns autores apontam direções e caminhos favoráveis de emancipação e superação dos problemas vividos pelos países subdesenvolvidos, ou em desenvolvimento. Pimenta (2014, p.55) afirma que “é necessário pensar o desenvolvimento para além dos novos arranjos do sistema produtivo ou da nova ordem econômico–empresarial, mas, também, como as estratégias sociais de sobrevivência e de geração de renda ganham em pertinência”.

É preciso mudar o foco do atual sistema produtivo, substituir a lógica dos meios, da acumulação, do consumo, pelo valor das lógicas dos fins, dos valores fundamentais, das identidades nacionais e do seu rico e dinâmico espectro (BOLAÑO, 2015, p.16). Mais ainda, faz-se mister a absoluta compreensão do contexto destas sociedades, distanciando-se momentaneamente desta para se obter um panorama geral da complexidade do sistema e assim, pelos pares, visualizar posicionamentos, enfrentamentos e instrumentos que possam libertar da servidão neoliberal. Percorrendo pelas veredas de Celso Furtado:

A ruptura no plano da racionalidade ocorre quando o agente está capacitado para modificar o meio em que atua, apresentando no seu comportamento um fator

¹⁸ No minidocumentário Ilha das Flores (1989), dirigido por Jorge Furtado, é mostrada a cadeia de produção de tomates. Estes são plantados, colhidos e vendidos na feira. Uma família os compra, se alimenta dos bons e rejeita os podres, que são dados aos porcos no quintal. Após os porcos se alimentarem dos tomates podres, os restos são distribuídos para famílias mais carentes, que não podem pagar pelo seu alimento.

volitivo criador de novo contexto. O campo do possível amplia-se e a racionalidade passa a requerer uma visão mais abrangente da realidade. Assumindo a criatividade, o agente impõe a própria vontade, consciente ou inconscientemente, àqueles que são atingidos em seus interesses pelas decisões que ele toma. Implícito na criatividade existe, portanto, um elemento de poder. O comportamento do agente que não exerce poder é simplesmente adaptativo. (FURTADO, 1978, p.17).

Para Furtado, é através do fortalecimento da identidade cultural que se obterá o que é fundamental para a emancipação do povo. Deve-se sim almejar o desenvolvimento, não o posto pelos moldes capitalistas, mas sim um que seja adequado às realidades e necessidades do Brasil. Tal “política de desenvolvimento deve ser posta a serviço do processo de enriquecimento cultural” (FURTADO, 1984, p.32).

Apesar do que aqui se defende ser contrário aos ideais de Schumpeter, em um ponto há consonância dos pensamentos. Deve-se buscar uma ruptura, destruição e substituição de antigas estruturas por novas que tragam um desenvolvimento desejado (SCHUMPETER, 1984). Livrar-se dos grilhões da hegemonia neoliberal e implantar um próprio regime, democrático, participativo e inclusivo exigiria forças hercúleas por parte dos países periféricos. Frente à vantajosa posição de poder e domínio exercido pelos países ricos, soluções alternativas se fazem necessárias. Nas palavras de Brandão (2015, p.73), “atacar de frente tais mecanismos, lógicas e estruturas sistêmicas de dominação exigiria construir homogeneização social, habilitando a população”. Esta habilitação será dada pelo acesso igualitário à terra, aos direitos, bens e serviços, moradia, educação, segurança, cultura etc.

Teóricos mais recentes têm se apoiado sobre os estudos pós-coloniais¹⁹, que ganhou força na América Latina na década de 1990. Por aqui, os estudos abordam três fatores principais: o desenvolvimento social da região; a complexidade das desigualdades sociais e; o descompasso com o centro, com o núcleo orgânico (ROSA e ALCADIPANI, 2013, p.193). Para Rosa e Alcadipani (2013, p.193), temas como hibridismo²⁰, o ser periférico, as noções de caráter nacional, a globalização, o colonialismo e a dependência, tornam-se os principais temas de interesse dos teóricos latino-americanos.

Foi neste contexto de aceitação da sua condição de subalterno, de Estado colonizado, que surge o *Latin American Subaltern Studies Group* (Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos), em 1993, por John Beverley, Robert Carr, Jose Rabasa, Ileana Rodriguez e Javier Sanjines, cuja proposta “consiste em rever a exclusão histórica das vozes nos estudos

¹⁹ Surgidos a partir da década de 1950, ganhando força com autores como Guerreiro Ramos (1958), Frantz Fanon (1967) e posteriormente com Said (1978).

²⁰ Este hibridismo, denominado por Bhabha (1994), é o terceiro espaço, o que está entre. Características de países colonizados onde há miscigenação de culturas e costumes, de raças, de economia local e global, do que está dentro e do que é de fora.

latino-americanos que remete à condição de subalternidade, um lugar em que a história deixa de ser tematizada como acontecimento para ser um ‘lugar cultural’” (ROSA e ALCADIPANI, 2013, p.193).

O pós-colonialismo busca então estabelecer novos parâmetros para os países colonizados, hoje pobres e explorados, que não os impostos por seus algozes. Intenta-se encontrar alternativas de desenvolvimento e emancipação a partir de nossa própria lógica, própria realidade econômica e social, independente dos países do Norte.

O conceito de subalternidade não só possui aplicação em seu contexto macro, no qual utiliza-se aqui para posicionar o Brasil enquanto uma nação global, mas também no contexto micro. Por subalterno também se entende as minorias, as mulheres, os negros, os homossexuais, os pobres, que vivem sob uma condição de silenciamento, cuja legitimidade é dada por outra pessoa, que assume o seu lugar de representação na sociedade (ROSA e ALCADIPANI, 2013, p.192). Mais especificamente deste local é que parte esta pesquisa, com uma população desfavorecida pelo Estado no interior de Minas Gerais. Tal realidade não será alterada somente com mudanças *top-down*, através da intervenção de Estados, mas também pelo fortalecimento de uma identidade cultural, pelas lutas sociais e espaços democráticos de poder e representação do povo, presentes e viventes no local.

Ladislau Dowbor (1994, p.48), vê no poder local, “com os seus instrumentos básicos que são a participação comunitária e o planejamento descentralizado, [...] um mecanismo de ordenamento político e econômico que já deu as suas provas”. O autor defende que o poder local, quando advindo da comunidade organizada, é capaz de criar equilíbrios mais democráticos quando comparados às elites centralizadoras e oligopólicas (DOWBOR, 1994, p.5). E ainda mais, que as decisões, sejam de cunho político, econômico ou social, tomadas longe do cidadão, correspondem muito pouco às suas reais necessidades (DOWBOR, 1994, p.8). A participação na vida pública, nos arranjos da coisa pública, possibilita realizações com maior correspondência aos anseios das comunidades.

Uma vez que a população de determinado local usufrui de seu poder participativo, através de uma maior ação nas câmaras e prefeituras de suas cidades, esta ganha forças e torna-se capaz de alterar a realidade em que está presente. Questões como segurança, saúde e educação de bairros e distritos podem ser dialogadas e as respostas podem ser encontradas mais facilmente, dado o contexto local e limitado. Reforçado por Milani (2005, p.101), ao dialogar sobre o poder local e o enfrentamento dos males do neoliberalismo, afirma que o “desenvolvimento local é considerado, nesse contexto, como a panaceia das crises do desenvolvimento (nacional) e do Estado-nação, panaceia para a qual não haveria limites ou

constrangimentos”. E inclusive, que este é emancipatório, fonte de novas utopias e de potencial transformador.

Na atual conjuntura, já sabidos de sua face “subdesenvolvida” e campo fértil para a exploração de riquezas naturais e mão de obra análogas à escravidão, em um esquema global de controle e manutenção de poder por parte dos ricos países do núcleo orgânico, uma possível saída não está na “elevação de patamar”, uma vez que esta implica em subordinar demais Estados no processo, mas sim na alteração desta estrutura, na aposta do local, no desenvolvimento do subalterno, alicerçado pelo fortalecimento da identidade cultural e na liberdade e diversidade de expressões.

Tais abordagens relativas ao desenvolvimento são relevantes para a cultura, tema central deste trabalho. Não só no aspecto da aceitação desta condição de país colonizado, mas também para a sua superação. Enquanto nos espelharmos nos países cênicos não haverá condições para que possamos nos fortalecer cultura, econômica e socialmente.

O eurocentrismo, como parte da colonialidade das relações de poder, tende a organizar os modos de ver o mundo, condicionando, assim, o colonizado a olhar-se com os olhos do colonizador. Essa perspectiva se aproxima muito das ideias de Fanon (1967) sobre a constituição do sujeito colonial, que Quijano (2008) complementa argumentando que, além disso, ocorre um tipo de bloqueio na capacidade de autoprodução e autoexpressão cultural, levando à imitação e à reprodução do conhecimento, o que se traduz numa posição de subalternidade em relação ao conhecimento e à cultura europeia. Assim, a capacidade de reconhecer a diversidade é solapada, as diferentes experiências históricas e suas implicações para o conhecimento são desconsideradas e a hegemonia do eurocentrismo é mantida na orientação para a (re)produção e manutenção de categorias de procedência europeia, consideradas como únicas legitimamente válidas para perceber o mundo. (ROSA e ALCADIPANI, 2013, p.197).

Dado o *locus* e o objeto de pesquisa desta dissertação, mediante as dificuldades encontradas para o sobrepujamento deste estado colonizado e periférico, busca-se no poder local, mais especificamente na cultura local, apreender as alternativas de desenvolvimento criadas pela classe artística e seus agentes. Não somente no âmbito econômico, mas também do bem-estar social dos habitantes da região sul-mineira.

Portanto, cabe, no escopo deste trabalho, fazer uma correlação entre desenvolvimento e tecnologia, no sentido de apontar o quanto as nações de desenvolvimento, nos moldes colocados até aqui, têm implicações diretas com as concepções de ciência e tecnologia, principalmente quando utilizada como instrumento para aqueles que detem o modo de produção.

2.2 A não-neutralidade da tecnologia

Outro aspecto fundamental a ser discutido no âmbito deste trabalho é o da ciência e tecnologia, elemento indissociável no tocante ao desenvolvimento e em suas relações com as expressões culturais. Se fará uma breve abordagem histórica, como esta se aproximou do desenvolvimento econômico, auxiliando na formação de grandes nações inovadoras, passando pela discussão de sua neutralidade ou não-neutralidade, a amálgama produzida entre a tecnologia e a sociedade e, por fim, como esta interfere nas informações e comunicações da atualidade. Intenta-se uma reflexão sobre o papel da tecnologia na sociedade e nas suas culturas, se é que existe tal distanciamento entre as partes, partindo do seguinte questionamento, proposto por Calderon e Laserna: “Como combinar novas tecnologias e memória coletiva, ciência universal e culturas comunitárias, paixão e razão?” (CALDERON e LASERNA *apud* CASTELLS, 2016, p.78).

De modo a entender como acredita-se hoje pela maioria dos técnicos e cientistas na neutralidade da ciência, é preciso construir as bases desse conhecimento, ou seja, traçar a linha de pensamento de como esta se distanciou da sociedade. Dado o caráter social deste trabalho, seguem-se os teóricos que defendem a não-neutralidade da ciência e da tecnologia. Mas, para fins didáticos, será ilustrado aqui o momento anterior a este, o da ciência neutra, que está além de seus usos feitos pela humanidade, como apenas uma ferramenta utilitária e, acima de tudo, que não possui ética ou moral embutidas em sua concepção.

As raízes do pensamento neutro acerca da ciência podem ser traçadas, de maneira mais assertiva, por volta de três séculos atrás. Já eram claras a importância e a relevância da instituição ciência, no entanto, “o cientista chegou a considerar-se independente da sociedade e a encarar a ciência como empresa que se justifica por si mesma e que ‘está’ na sociedade, mas não ‘faz parte’ dela”. (MERTON, 1979, p.38). Acreditava-se que a ciência, mãe da tecnologia, era autônoma e independente dos costumes sociais, não se relacionando a eles.

Era necessário desconstruir esse pensamento, aproximando a ciência das consequências que esta traz. De tal modo deu-se o que é chamado de *ethos* da ciência. Conceito explorado por Merton, o *ethos* da ciência consiste num complexo de valores e normas morais para o cientista. Um conjunto de regras que deveriam ser seguidas pelos cientistas em suas práticas acadêmicas e laboratoriais, dando assim um importante passo na discussão do imbricamento da tecnologia no social.

Já no século XIX e início do XX a pesquisa e o desenvolvimento da ciência tiveram grande influência na economia dos países que hoje fazem parte do núcleo orgânico²¹. Verificou-se que o dito avanço tecnológico poderia ampliar e maximizar os lucros da indústria, momento no qual se passou a investir em laboratórios dentro das empresas, de modo que as pesquisas fossem exclusivas e específicas para o determinado segmento em que esta atuava, incorporando-se aos bens de capital (MOWERY; ROSENBERG, 2005, p.14). O avanço tecnológico em linhas de montagens, na comunicação e no transporte, por exemplo, possibilitou um aumento significativo do volume de produção e uma redução de gastos, ampliando a margem de lucro a cada salto de inovação. Com isso, maiores somas eram investidas em pesquisa e desenvolvimento. Como dito pelos autores, “a maioria das novas tecnologias entra no fluxo da vida econômica apenas como resultado de uma decisão de investimento” (MOWERY; ROSENBERG, 2005, p.15).

Tal decisão não foi posta em prática nas indústrias periféricas, uma vez que os centros de desenvolvimento de tecnologias situavam-se nas sedes destas indústrias, ou seja, nos países ricos. Com isso foi-se agravando e aprofundando o modelo neocolonialista, que não só ocupa os espaços e corpos da nação subjugada, mas também, neste momento, através do domínio neoliberal, impõe o seu modo de pensar, de criar e de viver.

Não tensionando as questões culturais, políticas e sociais dessa dominação, Vannevar Bush, pelo olhar estritamente tecnológico e desenvolvimentista, afirma de “maneira tortuosa”, que “uma nação que depende de outras para obter seu conhecimento científico básico novo será lenta em seu progresso industrial e fraca em sua situação competitiva no comércio mundial” (BUSH *apud* STOKES, 2005, p.19). Dentro do cenário de impedimento e exclusão dos países periféricos, de exploração de seus recursos naturais, como demonstrado no capítulo anterior, e falta de investimentos em centros tecnológicos próprios, o resultado não poderia ser diferente.

Alimenta-se assim um ciclo, ou um vício, para o aprimoramento constante destas novas tecnologias. No entanto, estas ocorrem naqueles territórios nos quais houveram inovações advindas da tecnologia, jamais onde estas foram somente aplicadas. Segundo Castells (2016, p.93):

os registros históricos parecem indicar que, em termos gerais, quanto mais próxima for a relação entre os locais de inovação, produção e utilização das novas tecnologias, mais rápida será a transformação das sociedades e maior será o retorno positivo das condições sociais sobre as condições gerais para favorecer futuras inovações.

²¹ Em conformidade com a teoria de Arrighi (1997).

Destarte, pode-se afirmar que a distância destes centros inovadores apenas contribui para o alargamento do abismo entre os Estados pobres e os Estados ricos, adicionando o novo elemento tecnologia na equação. Como dito por Canclini, “os países centrais usam as inovações tecnológicas para acentuar a assimetria e a desigualdade em relação aos dependentes” (2015, p.346).

Vale ressaltar também o fato de que um grande avanço tecnológico não parte de uma longa e extensa pesquisa científica, pelo contrário, esta é o início de uma série de novos desenvolvimentos e mudanças de grande importância (ROSENBERG, 2006, p.236). Ou seja, parte-se de um novo descobrimento que trouxe resultados positivos (economicamente), para então que isto seja estudado, aprimorado e aperfeiçoado. Faz-se então ciência ao redor deste descobrimento, com interesses muito bem delineados: “a ciência vem sendo moldada, direcionada e constrangida por poderosos estímulos econômicos” (ROSENBERG, 2006, p.240). Como então repensar a ciência e a tecnologia através de um outro olhar, menos político e capitalista e mais social e humanitário? Um dos pensadores da atualidade que visa responder à questão e promover este diálogo é o francês Bruno Latour.

Um dos grandes problemas de se não levar em conta os aspectos sociais da ciência e da tecnologia é a sua organização em caixas, a compartimentalização do conhecimento, que, neste caso, oculta-se pelo véu da neutralidade tecnológica. Segundo Latour (2011, p.24), a separação das pesquisas por *disciplinas* e por *objetos* é o maior responsável pelos entraves dos estudos em “ciência, tecnologia e sociedade”. Existe uma forte corrente científica que defende a não-neutralidade das ciências e das tecnologias, afirmando que esta não é mero instrumento e acarreta sim em mudanças estruturais e sociais nos contextos em que é aplicada.

Auler e Delizoicov (2006, p.350), argumentam, neste sentido, “que o aparato ou produto tecnológico incorpora, materializa, interesses, desejos de sociedades e de grupos sociais hegemônicos”. Deste modo, não se pensa nos impactos ambientais ou sociais causados por determinada técnica ou instrumento, por dois motivos: primeiro, espera-se somente que a inovação possa trazer cada vez mais lucros; segundo, os malefícios serão causados na periferia do mundo, longe dos países sedes.

Os autores também se debruçam sobre Prigogine, relatando como é “marcante a compreensão de que o conhecimento científico é resultado de questionamentos, de perguntas, feitas historicamente, sobre determinados fenômenos e não sobre outros” (AULER; DELIZOICOV, 2011, p.264). Não é interessante para a indústria farmacêutica que se desenvolva a cura de doenças, não é interessante que produtos de tecnologia de ponta sejam duráveis e resistentes, não é interessante que sejam estudadas novas maneiras de geração de

energia, enquanto há muito petróleo em países pobres e este possui um importante valor. As pesquisas científicas feitas são muito bem selecionadas, sendo investidas principalmente naquelas que tragam benefícios políticos ou econômicos.

Necessário também levar-se em consideração que o modelo linear de inovação hegemonicamente aceito na sociedade é restritivo no âmbito da ciência e da tecnologia, uma vez que se baseia numa visão determinista e instrumental desta. A ideia de inovação e desenvolvimento atrelado à modernidade, como vista por Schumpeter (1984), não é realidade comum para todo o mundo ocidental, principalmente sua porção colonizada, latina. Com isso, não é possível afirmar que “uma maior sensibilidade seja incorporada no processo de concepção de tecnologias ante as possíveis consequências sociais e ambientais negativas, principalmente por estar voltado fortemente para a competitividade” (DAGNINO *apud* CARLETTO, 2011, p.29). As tecnologias, recursos tecnológicos, técnicas, carecem de um olhar crítico em relação à condição social, econômica e política nos contextos onde são empregadas no Brasil.

Renato Dagnino é ainda mais efusivo ao tratar da relação da ciência e da tecnologia com os moldes capitalistas na qual ela foi constituída:

[...] isso que hoje chamamos de C&T é ‘tão-somente’ um conhecimento produzido sob a égide do capital com o objetivo de assegurar a sua reprodução. E que, por isso esse conhecimento ou conjunto de C&T, ou ainda o que passarei a chamar de tecnociência deveria vir sempre adjetivado pelo termo capitalista. (DAGNINO, 2011).

Sem perder de vista os apontamentos dos autores citados, partindo do princípio de que a tecnologia não é neutra, veiculada por interesses hegemônicos capitalistas e atuante na sociedade, Tamara Benakouche vai mais além nas provocações através da máxima “tecnologia é sociedade” (BENAKOUCHE, 1999).

Indo contra a ideia de impacto tecnológico, a autora desconstrói a suposta dicotomia existente entre a tecnologia – que provocaria os ditos impactos – e a sociedade – que os sofreria. Ela traz questionamentos das necessidades de se estabelecer tais limites, sendo que a técnica possui em si um conteúdo social e que a sociedade está, em todo momento, utilizando ou criando novas técnicas. Desenvolveu-se então a chamada sociologia da técnica, guiada por alguns questionamentos fundamentais, como: “Quem define a tecnologia que está ‘determinando os impactos’? Quem a controla? Os ‘impactos’ são necessariamente os mesmos em todas as sociedades? Se não, por que? ” (BENAKOUCHE, 1999, p.2). A isto também se deve, essencialmente, acabar com a terminologia léxica de impacto, sendo que sua existência é colocada em cheque. Outro termo também deve ser explanado: técnica, que

substitui (e também engloba) o termo tecnologia, e abrange três níveis: objetos físicos ou artefatos; atividades ou processos; e conhecimento ou saber-fazer.

De maneira intrínseca e incorporada à sociedade, a técnica é então identificada segundo três abordagens propostas: tecnologia como sistema; tecnologia como construção social e; tecnologia como rede. Na primeira, os grandes sistemas técnicos, ou LTS, são sistemas que se expandem e adquirem autonomia, perdendo-se os limites entre este sistema e o ambiente que o contém, não sendo possível determinar quem o controla e para qual finalidade. Já na construção social, a técnica “teria uma ‘natureza’, uma essência, independente do contexto social em que está inserida” (BENAKOUCHE, 1999, p.10), passível de uma “flexibilidade interpretativa”, portanto, sujeita a variáveis sociais. Por fim, a tecnologia como rede se conforma na “recusa de seus autores em dar tratamento diferenciado aos atores humanos e não-humanos” (BENAKOUCHE, 1999, p.16). A distinção social/técnico é totalmente negada.

Para esta pesquisa a faceta a ser explorada será a segunda, no qual a tecnologia é interpretada de diversas maneiras, de acordo com a realidade social na qual ela é inserida. Mais especificamente tratando-se das tecnologias de informação e comunicação (TICs), distribuídas largamente em toda a nação, porém com efeitos distintos em cada região. Não se pretende aqui aprofundar-se nas questões das TICs, o seu estado da arte ou o seu histórico, mas sim uma de suas vertentes, a ramificação que mais dialoga com as redes digitais e a internet, a cibercultura.

Lévy (1999, p.17) define cibercultura como “o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço”. Uma vez que um conhecimento, uma técnica, é inserida na rede mundial de computadores (*world wide web*), este estará disponível a qualquer um que possua um computador e acesso à internet. Isso inclui desde receitas tradicionais da cozinha mineira à segredos de Estado vazados no portal WikiLeaks.

Tal conhecimento transforma o modo de viver e de se relacionar, facilitando e modificando meios de comunicação, atuando, de maneira ainda mais profunda, na representação do que é real, de percepções e cognições, de expressões culturais. Os formatos de hipertexto, recursos audiovisuais e mobilidade digital desvelam um novo aspecto de apreensão da realidade, de onde é possível agir e interagir de maneiras diversas.

Em paralelo à cibercultura vive-se atualmente o que se denomina como mídias pós-massivas, um estágio posterior à cultura de massa e do espetáculo discutida por Guy Debord

(2003). Tal cenário não possui os mesmos constrangimentos físicos e temporais do século passado, agora, informações podem ser criadas e resgatadas em qualquer lugar, a qualquer momento. Desta maneira, Lemos (2018, p.24) indica os três pilares básicos que caracterizam a atualidade das tecnologias de informação e comunicação: liberação do polo de emissão, conexão generalizada e reconfiguração social, cultural, econômica e política.

Indo de encontro à proposta de poder local tecida no capítulo anterior, González defende a cibercultura como um valor de desenvolvimento social. Para ele:

Desenvolver cybercultura@ significa redesenhar coletivamente e de baixo para cima (*bottom-up*) uma atitude diferente e, ao mesmo tempo, apreender uma série de habilidades transmissíveis que nos permitam operar habilmente com as tecnologias disponíveis ante as necessidades de informação, para gerar e valorizar o conhecimento e para coordenar ações de comunicação que permitam romper o círculo vicioso da dependência tecnológica. (GONZÁLEZ, 2012, p.238)

Traçando um paralelo entre os dois teóricos, Lévy e González, tem-se que a cibercultura possui (1) poder emancipatório, uma vez que os polos de emissão das informações são distribuídos, longe do controle total do Estado e do poder privado; (2) é coletiva, generalizada e comunitária, pois opera a partir de todos os extratos sociais e (3) tem maior capacidade de operar transformações através da troca de habilidades e conhecimentos, rompendo ciclos viciosos.

Conforme será visto nos próximos capítulos, políticas culturais servem-se da mediação tecnológica e de princípios da cibercultura para alcançar agentes culturais, artistas e artesãos nos mais recônditos cantos da nação, possibilitando acesso às leis e, assim, o fortalecimento da diversidade cultural e identitária. Operando sobre a comunidade urbana, artefatos eletrônicos implicam no perceber de um ordenamento complexo, interativo e instáveis da dinâmica social, que possibilitam acesso à rede e às diversas sociabilidades que a compõem (SANTOS *et al.*, 2014, p.141).

No entanto a realidade não opera nos moldes da teoria, no qual são apresentados alguns argumentos que tensionam as proposições aqui expostas, sobre os benefícios e as mazelas das tecnologias de informação e comunicação. Dentro desse contexto de tecnologia e desenvolvimento, essa relação dialógica fica ainda mais evidente, fundamentalmente no campo da cultura.

2.3 A cultura e sua diversidade

Em 2005, na Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), realizada em Paris, foi adotada a Convenção sobre a Proteção

e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, assinada inicialmente por 30 países, ratificada pelo Brasil através do Decreto Legislativo nº 485/2006. Foram dois anos de discussões acerca de seu teor, objetivos, definições e princípios, com foco na preservação e incentivo às diversas manifestações identitárias e culturais dos povos do mundo. Entende-se que a diversidade cultural é um bem comum da humanidade, indispensável para paz e a segurança em todas as esferas sociais, uma vez que esta difunde a tolerância, justiça e respeito mútuo entre povos e nações democráticas (UNESCO, 2005, p.2).

São inúmeras as atribuições do verbete cultura, podendo ser analisado através de diversos aspectos, como antropológicos, históricos ou ortográficos. Aqui se fará uso a partir de Edgard de Assis Carvalho, que ao explorar o termo cultura, uma ideia que por vezes possa ser de difícil compreensão e entendimento, tamanha a sua complexidade, o intitula de “conceito-armadilha”, um arranjo de “ordem-desordem-interação-organização”, para então ser mais assertivo e ir de encontro com o que aqui se busca, definindo cultura como “o conjunto sócio-histórico universal dos saberes e fazeres gerados pelo pensamento humano, é realidade econômica, social, ideológica articulada ao sistema social global” (CARVALHO, 2011, p.2).

A cultura é um campo social singular, transversal e onipresente (MIGUEZ, 2011, p. 148), dado que toca todas as esferas societárias em que influencia e se faz influenciada. No entanto a cultura nem sempre foi vista como tal, portanto cabe aqui uma breve introdução sobre o caminho percorrido pelos campos do conhecimento que culminaram no tema Diversidade Cultural, visitando a história da globalização do mercado e das trocas comerciais e também da UNESCO, e como as suas diretrizes moldaram as relações existentes hoje em dia entre a cultura, a tecnologia e a economia.

Surgida a partir de uma conferência em novembro de 1945, logo após o término da Segunda Guerra Mundial, a UNESCO teve como propósito inicial uma colaboração internacional entre nações com a finalidade de contribuir com a paz e a segurança mundial, mediante as bandeiras que esta levanta, a educação, a ciência e a cultura. Foram 37 os países que assinaram o seu primeiro acordo, dentre eles o Brasil. Curiosamente, foi o Brasil o país pioneiro a criar uma comissão nacional da UNESCO, em junho de 1946 fundou-se o Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 1987, p.21).

Logo de início foi perceptível como o poder econômico e o desenvolvimento de tecnologias dos países do núcleo orgânico desequilibram a lógica de trocas informacionais e culturais. O relatório da Comissão Internacional para o Estudo dos Problemas de Comunicação, elaborado em 1977 e publicado em 1980, por Mohtar M’Bow e Sean MacBride, evidencia esta disparidade de comunicação entre as nações.

Com o título simbólico “Muitas vozes, um mundo”, o relatório MacBride, como ficou conhecido, aponta como a concentração de poder e a inequidade de transferência de tecnologias fortalece um cenário no qual manifestações culturais periféricas são fragilizadas frente à homogeneização impostas pelas grandes nações (UNESCO, 1980, p.XIII). Isto também se dá principalmente pelo fato do comércio ter se expandido e adquirido um caráter global, sustentado pelo novo movimento neoliberal, defendendo a ideia de que tudo é passível de se comprar e vender. Contudo não se pode aplicar este conceito integralmente aos bens e serviços culturais, uma vez que estes possuem uma dupla natureza, simbólica e econômica, e “não podem ser equivalentes ‘a simples mercadorias’, já que veiculam sentidos, valores e identidades” (PITOMBO, 2011, p.39). A este tratamento diferenciado da cultura se deu o nome de “exceção cultural”.

A fim de retratar esta preocupação e construção da ideia de preservação e proteção, será abordado aqui como este fato se deu durante as décadas 1920 em diante, enquanto ainda não se problematizava o comércio de culturas. Os primeiros passos do movimento de protecionismo da indústria cultural se deram no audiovisual, mais precisamente no cinema. Logo na Primeira Guerra Mundial a França obtinha cerca de 70% do mercado mundial na produção e distribuição de filmes, sendo o mercado norte-americano seu principal consumidor (MIGUEZ, 2011, p.20). Ao término da guerra, os Estados Unidos assumem a liderança de maneira esmagadora, quando então países como França, Alemanha e Reino Unido estabelecem políticas públicas de cotas para a importação de obras cinematográficas. Tal medida foi tomada pela necessidade de se preservar a identidade destas nações em detrimento do domínio cultural que o cinema impõe através de sua poderosa capacidade de comunicação.

O mesmo ocorre através das políticas públicas de financiamento para obras cinematográficas: “quando se decide financiar um filme e não outro, na prática, a política está protegendo ou dando voz a determinada perspectiva e não a outra” (CANELA e SIQUEIRA, 2011, p.85), ou seja, o ato de limitar a exibição de filmes estrangeiros significa, em outras palavras, valorizar mais a cultura e a produção artística de uma outra nação ao invés de sua própria. Ideia defendida por Mattelart (2006, p.17), ao afirmar que “a construção de políticas culturais é, dificilmente, concebível sem o desvio para a questão das políticas de comunicação”.

Foi durante as negociações da Ronda Uruguai (1986-1993), o último encontro ministerial do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio; em inglês, *General Agreement on Tariffs and Trade*), em Punta del Este, que tentou-se acabar com o estado de exceção cultural não somente das produções cinematográficas, mas também de toda a indústria

cultural. Após muita negociação e acordos entre os membros presentes, a Comunidade Europeia obteve sucesso e manteve a cláusula de exceção cultural presente no comércio global (MATTELART, 2006, p.15). Este encontro do GATT foi o último pois formou-se então a OMC, Organização Mundial do Comércio, que passa a supervisionar e liberalizar o comércio internacional. A ampla discussão acerca da exceção cultural tomou uma grande força e atenção dos Estados, que passam a aprofundar e formalizar os conceitos que permeiam os valores e significados sobre os bens culturais e identitários.

Percebeu-se que o termo exceção possuía um caráter defensivo, não condizente com o real intuito que se pretendia, adotou-se a partir de então a noção de “diversidade cultural”, que possui uma abrangência mais significativa e assertiva. Em 2002 a UNESCO adota a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural, proclamando em seu primeiro princípio o título “A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade”. Neste documento entende-se que a cultura é um patrimônio da humanidade pois esta reserva todas as práticas e costumes dos povos, de valor intrínseco ao ser humano e a relação que este possui na sua comunidade e entre as demais.

Constata-se que “a cultura se encontra no centro dos debates contemporâneos sobre a identidade, a coesão social e o desenvolvimento de uma economia fundada no saber” (UNESCO, 2002, p.2). Somente a partir da percepção e respeito às diferenças que é possível, além de proteger e preservar estas culturas, implantar-se um estado de aceitação, aceitação e civilidade. Nas palavras de Luis Albornoz, “a diversidade cultural não deve ser entendida como um objetivo em si, mas sim como um princípio que contribui para o reconhecimento do outro, do distinto e diferente.” (ALBORNOS, 2015, p.167).

Esta Declaração, assim como o início dos questionamentos levantados pelo relatório MacBride, culminaram na Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, adotada em 2005. Este documento atualiza e ratifica as proposições acerca da incontestável importância da diversidade cultural em tempos atuais, frente ao abismo tecnológico e desenvolvimentista entre os Estados. Em seu artigo 4, diversidade cultural define-se como:

“Diversidade cultural” refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados. (UNESCO, 2005, p.5).

Percebe-se uma preocupação não somente com a diversidade cultural e suas expressões, mas também pelos métodos e meios na qual esta se propaga e se realiza. Como já apontado no relatório MacBride, a desigualdade e inequidade de transferência de tecnologias entre nações desenvolvidas e as demais é um grave fator de risco para o cumprimento da convenção. Na introdução da convenção este tensionamento é apontado pelos seus redatores,

Constatando que os processos de globalização, facilitado pela rápida evolução das tecnologias de comunicação e informação, apesar de proporcionarem condições inéditas para que se intensifique a interação entre culturas, constituem também um desafio para a diversidade cultural, especialmente no que diz respeito aos riscos de desequilíbrios entre países ricos e pobres. (UNESCO, 2005, p.3).

Somado a isto tem-se a situação da distribuição em massa e comercialização midiática dos bens culturais via plataformas digitais. Não é possível assegurar que tal expressão cultural está garantida somente pelo fato desta estar inserida nos meios de comunicação abertos e livres, como a internet, por exemplo. Os meios privados de distribuição exercem demasiado controle sobre o que será visto ou não, mediante algoritmos secretos e interesses particulares. Albornoz corrobora com esta visão, ao afirmar que as tecnologias digitais não são uma garantia automática da diversidade cultural, e “hoje é claro o desequilíbrio existente entre uma abordagem dominante centrada no mercado capitalista e outra baseada na promoção dos bens comuns, compartilhados” (ALBORNOZ, 2015, p.160).

Um dos objetivos da Convenção, atuante como um incentivo aos Estados, está expresso na letra h, o oitavo objetivo, ao reafirmar o direito de se “conservar, adotar e implementar as políticas e medidas que considerem apropriadas para a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais em seu território” (UNESCO, 2005, p.4). Entende-se que a soberania do Estado deve ser o motor a conduzir as políticas públicas, em conjunto com a sociedade civil e o mercado, e propor um conjunto de leis que melhor se adequem a realidade de seu povo, levando em consideração os aspectos econômicos, sociais e culturais presentes.

Giselle Dupin (2015, p.16) levanta quatro pontos relevantes sobre a implementação da Convenção e sua eficácia: (1) repensar e comércio de bens e serviços culturais; (2) uma visão holística da cooperação e solidariedade internacional; (3) políticas de desenvolvimento sustentável na cultura e (4) adoção e fortalecimento das políticas culturais. Sendo dois destes pontos referentes às políticas públicas, vê-se como a presença do Estado é de suma importância para a validação e aplicação da Convenção. Isso deve se dar através de políticas com efeitos reais e perenes, considerando-se as peculiaridades de cada saber e fazer cultural, de modo que as ações sejam efetivas e assertivas, perpassem governos e tenham foco nas

expressões culturais. Barros reforça esta ideia quando diz que a diversidade cultural, “se pensada sem a tensa, dinâmica e política relação entre sociedade civil, Estado e mercado e os projetos políticos em disputa, limita-se a um arranjo de diferenças, um mosaico de singularidade e curiosidades” (BARROS, 2011, p.121).

No Brasil a onda das políticas culturais teve um novo movimento na alvorada deste século. A ratificação da Convenção foi apenas o resultado de um curso natural que já vinha se prescrevendo há alguns anos, com a entrada do Governo Lula, sendo o Ministério da Cultura assumido pelo músico e compositor Gilberto Gil. Em 2003 o MinC realizou o “Seminário Nacional Cultura para Todos”, dando os primeiros passos para a implementação de uma política nacional que fosse inclusiva e contasse com a participação de todas as esferas sociais e governamentais.

Paralelo a isso se iniciavam os diálogos em torno da criação do Plano Nacional da Cultura (PNC) e do Sistema Nacional da Cultura (SNC). A necessidade do PNC deu-se pela urgência de uma política sólida e duradoura. Como descrito por Sérgio Mamberti, ao dissertar sobre gestão da cultura, afirma que “o PNC traduz a complexidade de desejos do campo da cultura e se configura como um planejamento de longo prazo, uma política pública de Estado que deve ultrapassar conjunturas e ciclos de governo” (BRASIL, 2012, p.6).

Tal postura do MinC foi encorajada pela Agenda 21 da Cultura, documento aprovado no marco do Fórum Universal das Culturas, em Barcelona, em 2004. Este acordo entre governos e cidades do mundo garante o comprometimento com “os direitos humanos, a diversidade cultural, a sustentabilidade, a democracia participativa e a criação de condições para a paz” (CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS, 2008, p.11).

O histórico e a atual situação das leis e políticas culturais no Brasil serão discutidas e mais aprofundadas no próximo capítulo, dado que é um assunto crucial para que se possa entender a conjuntura posta e dinâmicas sociais e econômicas criadas a partir de tais políticas.

2.4 Políticas públicas da cultura

O Brasil é um país rico e plural culturalmente, com imensa diversidade cultural. De norte a sul observam-se as mais variadas manifestações artísticas que refletem os costumes da cor local, influenciados por suas origens europeias, africanas e indígenas, e ressignificados ao longo dos anos, povos e territórios.

As primeiras instituições culturais no Brasil foram criadas com a transferência da coroa portuguesa para o Brasil, como a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional.

Contudo, somente na década de 1930, na era Vargas, que se estabeleceu uma política articulada a nível federal. Sob o Ministério da Educação e Saúde, foram instituídos alguns órgãos fundamentais de atuação direta com o campo das artes e da cultura, a exemplo do Conselho Nacional de Cultura, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o Serviço Nacional de Teatro, somente para citar alguns (BOTELHO, 2016, p.58).

Influentes artistas da época, como Mário de Andrade e Oswald de Andrade, buscaram não só definir, mas investigar em toda a sua complexidade a representação artística e cultural do Brasil, das mais antigas e tradicionais matrizes do interior dos estados aos grandes centros urbanos e regiões metropolitanas. Como afirmam Almeida e Gutierrez (2011, p.148), “desde a quebra de paradigmas na cultura da Semana da Arte Moderna (SAM) de 1922 houve no Brasil, apesar das diferenças dos governos [...], a preocupação com a arte nacional”.

A vivência de Mário de Andrade com a SAM lhe garantiu experiência para que este assumisse um importante papel dentro da cultura instituída. Alguns anos mais tarde este foi diretor do Departamento de Cultura da cidade de São Paulo, onde pôde atuar na criação do Instituto Paulista de Cultura, com jurisdição sobre todo o estado, o qual serviu de modelo para a posterior criação do Instituto Brasileiro de Cultura. Tal mecanismo já previa um diálogo entre os entes da federação, com relacionamentos, parcerias e articulações semelhantes a que se possui hoje com o Sistema Nacional de Cultura (BOTELHO, 2016, p.60).

Nos próximos 40 anos o cenário não sofreu mudanças drásticas. Somente com a chegada do governo militar, a partir de 1964, que a política cultural nacional alcançou o seu segundo momento de transformações. Em 1975 foi elaborado o documento Política Nacional de Cultura, criando metas políticas para o campo e estabelecendo órgãos de atuação direta na área, como a Funarte e a Embrafilme. Tais ações culminaram na elevação do Conselho Federal de Cultura ao Ministério da Cultura, em 1985 (BOTELHO, 2016, p.64).

Paralelo a isso, a UNESCO reforçou os estudos e as reflexões acerca dos assuntos relacionados a cultura, através dos documentos da *Studies and documents on cultural policies*, publicados ao longo da década de 70. Como citadas por Reis (2011, p.2), nestes documentos define-se:

Política cultural é entendida como um conjunto de princípios operacionais, práticas administrativas e orçamentárias e os procedimentos que fornecem uma base para a ação cultural do Estado. [...] “Política cultural” deve ser entendida como a soma dos usos conscientes e deliberada, de ação ou falta de ação na sociedade, visando atender a determinadas necessidades culturais por meio da utilização ótima de todos os recursos materiais e humanos disponíveis em uma sociedade em um momento determinado. (UNESCO, 1969, p. 4 e 10, tradução livre)

A crescente preocupação global com políticas culturais, já correspondendo aos anseios do MinC, culminou com a inclusão do artigo 215 na Constituição Federal do Brasil de 1988: “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988).

O recorte da UNESCO e o trecho da Constituição destacam dois vernáculos que exigem uma melhor compreensão: necessidades e direitos culturais. Reis (2011, p. 15) afirma que necessidades culturais são “consideradas como aquilo que é culturalmente importante ou fundamental a um indivíduo ou grupo, analisadas sob o ponto de vista estatal” enquanto que Bonavides ilustra que direitos “cabem ao indivíduo e existem por si mesmo, independentemente de estarem sendo respeitados” (*apud* Reis, 2011, p.15). Desvela-se assim que além de ser um direito conquistado ao longo das últimas décadas, o acesso à arte e cultura é de vital importância para o bem-estar de uma sociedade.

No Brasil, a atuação do Estado na cultura se dá fundamentalmente pelo Sistema Nacional de Cultura (SNC), proposto e organizado pelo governo Lula, em 2003. Este é o terceiro e atual estágio de organização da cultura (BOTELHO, 2017, p.57). O SNC é “uma articulação entre Estado e sociedade que pretende dar organicidade, racionalidade e estabilidade às políticas públicas da cultura” (BRASIL, 2011, p.13). Este sistema intenciona explorar profundamente a atuação cultural no país em todos as suas acepções, mapear a produção cultural, estabelecer metas e acompanhar a disseminação e aplicação de seus programas.

Como parte integrante do SNC, em 2010, a Lei 12.343 instituiu o Plano Nacional de Cultura e criou também o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC), um sistema integrado com a finalidade de acompanhar, avaliar e aprimorar a gestão da cultura e suas políticas públicas, por meio do compartilhamento de estratégias para gestão federal, estadual e municipal da cultura, possibilitando assim a padronização de indicadores culturais.

Este é um grande avanço para área, pois, claramente, é possível perceber que sem um mapeamento e identificação das produções nacionais a cobrança de políticas públicas é dificultada, como citado pela pesquisadora de indicadores culturais Rosimeri Carvalho da Silva:

Não há dúvidas de que as informações quantitativas sobre a cultura são importantes para diversas decisões, ações e avaliações que os diferentes grupos da sociedade tenham interesse em realizar. Como pesquisadora da área, já há algum tempo sentia falta de dados que permitissem análises mais sistemáticas do campo da cultura, o que é bastante difícil sem sistemas suficientemente desenvolvidos. Assim como a

pesquisa, a construção de políticas culturais ganha com o desenvolvimento de estatísticas confiáveis e que proporcionem bases de avaliação das ações do Estado e dos governos. (Observatório Itaú Cultural, 2008, p.45).

Ela ainda aponta em sua pesquisa que a centralização destas informações é importante tanto para os agentes culturais quanto para o público, uma vez que pode ser acessada e recuperada de forma mais rápida. Para que este sistema opere de forma adequada e precisa, deve partir de cada município o levantamento, a coleta e o armazenamento de dados referentes aos bens culturais, patrimônios culturais e instrumentos e equipamentos disponíveis. Esta ação não só contribui para o SNIIC como também é de extrema importância para se realizar um planejamento de atividades culturais voltadas para a sociedade civil (CNM, 2012, p.27).

A coleta é feita pelas prefeituras e também por meio dos Pontos de Cultura, que já passam dos 14 mil pontos, atingindo a expectativa de se somar, até 2020, uma rede de 15 mil Pontos em funcionamento (BRASIL, 2012, p.51). Conforme descrito no Sistema Nacional de Cultura (BRASIL, 2011, p.57), a estruturação deste sistema ambiciona criar uma rede composta por sistemas de informação gerenciais de gestão, monitoramento e avaliação de programas, projetos e ações culturais.

Embora este movimento dos Pontos de Cultura e do SNIIC sejam amplos, tais ações vêm surtindo pouco efeito no cenário político-cultural do país. Como explicado por Rubim (2017, p.51), a ausência de políticas culturais efetivas e pontuais, o autoritarismo imposto pelo mercado via leis de incentivo e a instabilidade devido a descontinuidades administrativas são os principais fatores que impedem uma boa gestão nacional da cultura, impactando diretamente na criação, produção e consumo das artes em todas as esferas da sociedade. Hoje em dia não é possível averiguar mudanças notáveis. Com a extinção do MinC após os governos Lula/Dilma, o futuro do SNC é incerto. Grupos artísticos e fomentadores da arte e cultura alicerçam-se nas leis de incentivo federais, estaduais e municipais para manterem-se presentes e realizarem suas atividades.

Com isso a sociedade, em específico os agentes fazedores de arte e cultura, vem desenvolvendo novas maneiras de se organizarem fora da lógica privativística e da mão pesada do Estado, reunindo-se em coletivos, criando formas alternativas de financiamentos e de estruturas e práticas organizativas. Métodos de gestão coletiva e participação social vem sendo estudados uma vez que velhos hábitos não mais correspondem aos anseios e necessidades de uma área tão volátil, flexível e dinâmica como a cultura, moldando

movimentos sociais que visam “o direito de conquistar (e gerir) direitos” (SCHERER-WARREN, 1993, p.55).

As manifestações artísticas e culturais, organizadas e produzidas pela sociedade, possuem relevância e responsabilidade social, além da função de entreter o público ou criar oportunidades empresariais. Por meio de peças de teatro, apresentações musicais, performances audiovisuais e diversas outras estéticas, um evento, oficina ou qualquer outra atividade cultural permite se tratar de forma lúdica assuntos variados, como homossexualidade e feminismo. Um evento cultural busca transmitir ideias, sensações e experiências únicas, criando em um espaço de tempo um contexto social paralelo ao cotidiano, potencializando as relações humanas de determinada população (GOHR, 2011, p.4).

Ao tornar possível estes momentos essenciais ao bem-estar social e humano, obtêm-se um espectro além do visível e presenciável, que ultrapassa as fronteiras de seu instante e lugar. Assim como Santos (2008, p.76) afirma que todo conhecimento é local e total, é possível extrapolar este conceito afirmando que toda experiência é local e total, assentindo pelo fato de que a cultura inserida em determinada sociedade afeta o indivíduo de sobremaneira como afetaria a um outro indivíduo dentro de seu contexto sócio-histórico. É de fundamental importância estabelecer e sustentar meios de fomentar e tornar possível que tais manifestações ocorram e sejam constantes.

A principal lei de incentivo no Brasil é o Programa Nacional de Apoio à Cultura, chamada de Lei Rouanet e instituída em 1991, que canaliza, através de incentivo fiscal, a captação de recursos destinados ao fomento, acesso e disseminação da cultura (BRASIL, 1991). Segundo informações divulgadas pelo MinC, somente no ano de 2015, 5.408 projetos foram autorizados a captar recursos pela Lei, dos quais 3.154 captaram um montante de R\$ 1.1 bilhões referentes a doações e patrocínios feitos por incentivadores que se beneficiaram de renúncia fiscal (RUBIM e VASCONCELOS, 2017, p. 248). Considerando-se que as despesas empenhadas na função cultura nos estados e Distrito Federal, naquele ano, foi de R\$ 2.39 bilhões (RUBIM e VASCONCELOS, 2017, p. 225), a quantia movimentada pela Lei é expressiva e representativa.

Mesmo que transpareça um sucesso econômico, a funcionalidade e aplicabilidade da Lei Rouanet já foram questionadas por diversos pesquisadores, pois trata-se de uma lei antiga que serve a políticas antigas e já se provou inadequada ao atual cenário, uma vez que se concentra largamente na região sudeste, fazendo uso de recursos públicos para sustentar o marketing de grandes corporações privadas (OLIVEIRA JUNIOR, 2011, p.130; BARROS,

2011; RUBIM *et al.*, 2009; MACHADO, 2011). Com isso, a tendência geral é que a iniciativa privada concentre seus esforços na cultura para as elites e para as massas (CANCLINI, 2015, p.89), desfavorecendo assim as culturas e expressões populares. Essa relação verticalizada entre corporações e cultura não permite que “outros”, ou seja, a classe menos favorecida pelas políticas públicas culturais, falem, se expressem, sejam ouvidos. É uma relação “descendente, cega e surda” (GONZÁLEZ, 2012, p. 219).

De modo a inscrever-se e estar apto a financiamento via leis de incentivo, o proponente deve realizar sua inscrição exclusivamente através de uma ferramenta *online*, a exemplo da Lei Rouanet e dos Pontos de Cultura, que recebem projetos pelos Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic) e do Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse do Governo Federal (Siconv), respectivamente. A Lei Estadual de Incentivo à Cultura do estado de Minas Gerais também recebe inscrições exclusivamente via formulário *on-line*²².

Estas imposições são problemáticas e exigem discussões, pois segundo estudos realizados por Neri (2012), quase um terço da população brasileira não possui acesso à internet (29,79%), a situação agrava-se mais ainda quando se trata do interior dos estados e nas regiões Norte e Nordeste, onde somente 10,98% da população possui acesso à internet. São números preocupantes e que nos fazem questionar sobre a real potencialidade do uso da tecnologia neste meio, ilustrado por Schwartz (2011, p.72): “O império do digital é avassalador e cria uma situação em que é absolutamente incerto e indeterminado se o resultado vai ser mais ou menos liberdade e diversidade”.

O tensionamento proposto aqui caminha para o seguinte questionamento: a utilização de plataformas digitais facilita ou restringe o acesso à editais de fomento? A resposta a essa pergunta certamente não é simples de ser obtida. Enquanto as pesquisas de Neri apontam que a distribuição de acesso pelo Brasil é desigual, Schwartz faz um complemento, indagando se, de fato, as plataformas digitais atuam no sentido de democratizar ou de limitar as comunicações entre a sociedade e o poder público.

Uma vez que a modernidade se faz presente, seja pela tecnologia ou pelas práticas legislativas, é necessário adequá-la às diversas realidades do Brasil. Dificilmente uma lei federal será interpretada e vivenciada de forma homogênea em todos os locais da federação, é preciso identificar as nuances de cada território e adaptar-se de maneira a ser efetiva.

²² Processo disponível em <<http://www.cultura.mg.gov.br/gestor-cultural/fomento/lei-estadual-de-incentivo-a-cultura>>. Acesso em 13 de abril de 2018.

Machado (2011) e Rubim (2009) confirmam o agravante das grandes corporações privadas serem os principais fomentadores de arte e cultura por intermédio da Lei Rouanet, pois ao concentrarem seus financiamentos nas capitais da região sudeste (RUBIM, 2009) relega-se levemente o resto do território nacional à sua própria sorte, o que chega a ser um grande problema não só para o fomento mas também para a identificação e mapeamento da atuação cultural nestes locais, “uma vez que regiões do Brasil onde sabidamente há manifestações culturais riquíssimas não têm a expressão estatística correspondente, já que tais manifestações não ostentam resultados econômicos mensuráveis” (MACHADO, 2011, p.151). São consideradas também as premissas de Castells quando este afirma que:

o que deve ser guardado para o entendimento da relação entre a tecnologia e a sociedade é que o papel do Estado, seja interrompendo, seja promovendo, seja liderando a inovação tecnológica, é um fator decisivo no processo geral, à medida que expressa e organiza as forças sociais dominantes em um espaço e uma época determinados. (CASTELLS, 2016, p.70).

Estas duas informações criam um interessante espectro que deve ser investigado. O uso questionável das leis de incentivo que aparentam beneficiar mais o setor privado do que as manifestações artísticas, somado ao parco acesso que estas possuem em determinadas regiões criam uma visão distorcida e distante do real cenário cultural brasileiro. Não somente acesso ao universo digital, mas a políticas públicas federais, estaduais e municipais, seja por falta de conhecimento destas políticas ou de suas ausências.

Neste contexto que se propõe a pesquisar os seguintes aspectos relevantes sobre o tema, abordando questões com possibilidades de se desdobrarem em muitas outras, partindo da proposta fundamental: De que forma as políticas culturais age sobre a gestão e a produção da cultura em diversas organizações e como estas utilizam-se de políticas públicas para atuarem e manterem-se ativas em suas comunidades, garantindo acesso à cultura e fazendo valer os direitos dos cidadãos brasileiros. Buscou-se articular também com as questões das tecnologias digitais que cercam estas políticas públicas e o desenvolvimento, a partir da visão da subalternidade. O próximo capítulo tratará das pesquisas de campo e sobre como estas questões aparecem nas ações dos agentes culturais.

3 O cenário das políticas culturais no Sul das Gerais

Neste capítulo são analisados os dados coletados em campo, indicando todos os procedimentos executados e dando início à discussão dos elementos encontrados. Na primeira parte são analisadas as entrevistas com os gestores públicos dos municípios estudados, traçando paralelos com as teorias apresentadas no capítulo anterior. Na segunda parte são analisados os questionários aplicados com os agentes culturais de Itajubá, onde os dados são comparados com as interpretações provenientes da primeira parte e também segundo os teóricos da área.

3.1 O olhar da coisa pública

De maneira a se entender como é organizada a gestão pública da cultura nos municípios estudados, é imprescindível captar como as políticas públicas e as ações que esta possibilita são enxergadas pelo poder público, mais especificamente, pelos gestores das pastas de cultura de cada município.

Para tanto, ao longo de 2017 e 2018 foram realizadas uma série de entrevistas com os representantes de cada prefeitura responsáveis pela pasta da cultura. Como já descrito, em nenhuma delas há uma secretaria específica da cultura, com um secretário atuando estritamente na área. A pasta da cultura inscreve-se em secretarias que se responsabilizam também pela educação, pelo turismo, pelo esporte e lazer ou áreas relacionadas, sendo que cada município possui total independência em sua forma de se organizar estruturalmente.

As entrevistas foram realizadas na sede da pasta de cada município²³, com o principal responsável pela pasta da cultura. Em algumas delas estiveram presentes também outros funcionários que trabalham no setor, em outras houver comentários de representantes do poder público que não são da pasta da cultura, que auxiliaram nas respostas dadas pelos entrevistados.

Não são especificados aqui os participantes exatos de cada entrevista, de modo a manter o sigilo dos informantes, bem como quais municípios estes representam. Tal prática visa não interferir nas relações do poder público e nos desdobramentos de suas realizações enquanto representantes do povo.

O questionário utilizado nas entrevistas encontra-se disponível no apêndice A.

²³ Os entrevistadores foram membros do NEID, grupo de estudos coordenador pelo Prof. Dr. Carlos Alberto Máximo Pimenta, professor do PPG DTecS. Participaram das entrevistas o autor desta dissertação, Lucas Peixoto de Lima, e também outros pesquisadores do núcleo, a saber: Natácia Lamoglia, Sabrina Moraes, Júlia Peinado e também o Prof. Carlos Pimenta.

Uma vez feitas as entrevistas, estas foram transcritas na íntegra, com as falas de cada participante, destacando as perguntas e as respostas de cada uma delas. Não constam aqui observações do pesquisador, anotações ou conclusões pré-estabelecidas, de modo a não influenciar na análise das entrevistas. Organizados os documentos, partiu-se então para a análise.

A análise consiste em duas etapas distintas, porém complementares, que auxiliam na interpretação das informações obtidas. A primeira delas baseia-se na utilização de uma ferramenta de análise textual, que contribui na organização das falas, com o suporte de figuras e tabelas. A segunda etapa constitui-se de uma análise mais profunda das informações encontradas na primeira etapa, buscando nas falas dos representantes do poder público a realidade observada, tensionando-as junto à teoria.

As oito entrevistas com os representantes do poder público, a saber, dos municípios de Brazópolis, Cristina, Delfim Moreira, Itajubá, Maria da Fé, Marmelópolis, Paraisópolis e Piranguçu, foram organizadas e formatadas seguindo as exigências do manual do software IRaMuTeQ, criando-se assim o *corpus* textual. Os representantes são indicados com as letras de A a H, de modo a manter o sigilo sobre qual prefeitura estes respondem.

Esta formatação equivale a suprimir das entrevistas todas as perguntas, mantendo somente as falas dos entrevistados. Não é necessário aqui separar as falas dos diferentes participantes da entrevista, uma vez que a análise semântica se dará sobre a entrevista como um todo. Foram suprimidos também alguns caracteres especiais, que impediriam a análise pelo software, são eles as aspas duplas (“”), aspas simples (‘), hífen (-), porcentagem (%), cifrão (\$) e asterisco (*). Foi feita uma correção ortográfica rigorosa, traduzindo figuras de linguagem e reduções, a exemplo de “cê”, traduzido para “você”. Tomou-se o cuidado para que nenhuma tradução modificasse ou alterasse o sentido do texto.

No software foi realizada a análise de similitude. Tal análise é baseada na teoria dos grafos²⁴, que auxilia na interpretação das conexões que existem entre as palavras utilizadas pelos entrevistados. O grafo mostra a ligação existente nas palavras do *corpus* textual, quais são correlacionadas.

Foram excluídas desta análise palavras que não representassem informação útil, como artigos, preposições, conjunções, etc. Foram selecionadas as palavras que correspondessem aos temas centrais das entrevistas, os substantivos, adjetivos e verbos que se relacionassem direta ou indiretamente com os objetivos da pesquisa. Não se tentou aqui condicionar as

²⁴ Um grafo é “um conjunto de pontos e outro de linhas fazendo a conexão de pares destes pontos” (BARROSO, 2014, p.51).

análises do software de acordo com o resultado que se deseja obter, mas sim excluir elementos que não representassem sentido para a análise, como por exemplo, as palavras *e*, *gente*, *não*, *né* e *então*, as primeiras cinco com maior frequência nas entrevistas, respectivamente, conforme indicado na figura 5.

Figura 5 – Frequência das palavras mais utilizadas pelos entrevistados

The screenshot shows the IRaMuTeQ 0.7 alpha 2 software interface. The main window displays a table titled 'Entrevistas_stat_1' with the following data:

Forma	Freq.	Tipos
e	783	nom
gente	729	nom
não	586	adv
né	545	nr
então	371	adv
cultura	293	nom
muito	220	adv
assim	210	adv
lá	182	adv
porque	181	adv
também	176	adv
já	171	adv
mais	165	adv
ano	163	nom
cultural	147	adj
como	141	adv

Fonte: Elaborada pelo autor.

Feitos todos os ajustes necessários no *corpus* textual, obteve-se então o grafo representado na figura 6. As configurações para se obter o grafo foram as pré-estabelecidas do software, excetuando-se pelo *Score*, no qual foi utilizado o *Michael* e a *Apresentação*, no qual foi utilizado o *kamada kawai*. Tal escolha foi arbitrária, pois estas se relacionam principalmente ao aspecto visual do grafo e não ao sentido que este expressa.

A partir da figura 6, foram feitos os recortes que consistem nos *campos de sentido*, como indicado nos critérios de análise dos dados. Foram estes campos que conduziram a análise e a interpretação da pesquisa. As palavras que compõem os campos de sentido são os *fatos de significação*, ou seja, os elementos que constituem o campo. Estes fatos são identificados a partir dos ramos que conformam cada campo.

Foram feitos, portanto, os recortes dos seguintes campos de sentido: artista, município, secretaria, turismo, cidade, prefeitura, patrimônio, ICMS, conselho, sistema, edital e artesanato. Os campos de sentido estão destacados na figura 7. Somente três nós foram excluídos de qualquer campo de sentido, são eles (1) *entender*, que se conecta direto à *cultura*, no centro, (2) *cultural*, e (3) *município*, que estão entre os nós *ICMS* e *patrimônio*. Estas exclusões não interferem na análise destes campos, como será visto a seguir.

Estes campos de sentido foram assim definidos pois representam os principais assuntos destacados pelos entrevistados, organizados e reunidos de acordo com o grafo de similitude do software IRaMuTeQ e interpretados de acordo com as palavras conectadas e seu grau de conexão. Alguns nós de fronteira poderiam ser incluídos em diferentes campos, porém não iriam alterar em essência a sua interpretação, a exemplo do nó *pastel*, que poderia ser incluso tanto em *patrimônio* ou em *cidade*.

A escolha destes doze campos de sentido não foi arbitrária, pois levou-se em consideração os seguintes critérios: (1) a posição das palavras no grafo; (2) temas centrais do trabalho, passíveis de interpretações mais profundas, dadas pelo autor e; (3) grau de conexão entre os nós, sendo que as linhas mais grossas representam uma maior conexão com o nó adjacente. Embora alguns campos sejam semelhantes, como *cidade* e *município*, a distância em que eles se encontram no grafo representa uma diferença de sentido empregada pelos entrevistados, diferença esta abordada em cada subcapítulo subsequente.

Cada campo de sentido é discutido individualmente e organizado da seguinte maneira: uma figura representando em detalhes o campo de sentido e seus fatos de significação (nós), um quadro onde são referidos os nós presentes no campo e, por fim, a discussão acerca dos temas levantados bem como a sua interpretação em conjunto com o referencial teórico.

Figura 8 – Campo de sentido Artista



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 2 ilustra todos os ramos relativos a cada um destes nós.

Quadro 2 - Nós e ramos do campo de sentido Artista

Nó	Ramos
Teatro	Novo, gestão, passado
Dança	Professor, Contratar
Música	Resgate, evento, praça, valorizar, artista, querer, incentivar, local, parceria, cantar, coral, tocar, oportunidade, empreendedor, incentivo, arte, obra, expor

Fonte: Elaborado pelo autor.

Este campo de sentido denomina-se Artista pois, além de conter como nós principais as expressões culturais mais citadas nas entrevistas, como teatro, dança e música, possui uma palavra-chave que caracteriza os artistas da região, *empreendedor*. Esta se conecta diretamente à *oportunidade*, *incentivo* e *arte*.

Conceito muito atrelado à lógica neoliberal discutida aqui, o empreendedor é aquela pessoa que aposta na livre concorrência do mercado e cria o seu próprio produto ou serviço, a fim de se destacar entre os demais e assim obter o seu lucro, criando suas próprias oportunidades. O empreendedorismo, como é tido nos moldes atuais, com o suporte de incubadoras de empresas e criação de *startups*, possui suas raízes no neoliberalismo e traz deles as suas principais características, como a mínima intervenção estatal nos processos e práticas empresariais, o caráter meritocrático associado ao sucesso individual e a necessidade da derrota de uns, para a vitória de outros.

Nas falas dos entrevistados atrela-se a figura do empreendedor à do artista pois estes acreditam que o bom desempenho econômico do artista é resposta somente de seu singular esforço e capacidade, ignorando todo o contexto e conjunturas nas quais este se insere. É possível identificar esta abordagem nas falas dos gestores C e H:

C: [A] oportunidade é para todos, ela [a artesã] é empreendedora, está buscando o caminho dela.

H: Nós temos muitos artistas, muito bons, que talvez não sejam tão empreendedores como outros que a gente vê por aí, né, que não consigam ainda viver da arte. [...]. Para eles eu acho que falta um incentivo empreendedor, sabe? Um incentivo não só financeiro, mas aquele incentivo de você empreender a sua arte.

Esta é uma visão contraditória partindo do poder público, pois ao relegar o sucesso ao próprio artista, ou seja, a geração de renda, para que consigam “viver da arte”, os gestores tiram de suas secretarias a responsabilidade de serem interventores na realidade destes artistas. Incentivar o empreendedorismo entre os artistas é incentivar a concorrência, onde uns precisam falhar para que outros possam vencer, gerando assim uma sociedade marcadamente desigual, como dito por Anderson (1995, p.12). Mesmo que a artesã referida busque o seu próprio caminho, prover condições mínimas para que este caminho seja trilhado se faz necessário.

Outro fator para esta análise é a conexão direta que existe entre os nós *arte* e *empreendedor*. Partindo-se das três dimensões da cultura, a simbólica, a cidadã e a econômica, as pesquisas aqui utilizadas dissertam sobre os problemas acarretados em se fortalecer a econômica em detrimento das outras duas. Como aponta o relatório MacBride e os tensionamentos das tecnologias comunicacionais que aceleram o processo de

mercantilização de bens artísticos e culturais. Canclini (2015, p.89) denuncia sobre a tendência que a iniciativa privada, empreendedora, possui de concentrar seus esforços para as expressões artísticas voltadas para as elites, para aqueles que possuem poder aquisitivo para consumi-la, e para as massas, que possuam um apelo popular, consumido em larga escala. Segundo Benjamin, o avanço tecnológico coloca a expressão artística em segundo plano (2011, p.253), como um acessório, favorecendo outros aspectos das criações artísticas, como o econômico e a político (2011, p.253). Contudo, tais aspectos da cultura ainda são obscuros para os gestores, conforme dito por C, citando, inclusive, o Plano Nacional de Cultura:

C: Então, assim, a cultura ainda não é vista como uma possibilidade né, desse aspecto simbólico, de cidadania, de identidade, e muito menos no aspecto do econômico. Que o Plano Nacional de Cultura fala na cultura nessa dimensão econômica, né.

Outros dois fatos que surgem nesse campo de sentido é o *resgate* e *valorizar*. Em consonância com a diversidade cultural, os gestores têm consigo a importância que se tem de resgatar saberes e fazeres culturais, bem como valorizar os que possuem em sua região. Para o gestor B, o resgate tem sido através de uma feira literária realizada anualmente no município, promovida pela pasta da cultura:

B: A criança hoje não tem mais acesso a folhear um livro [...] né, de pegar uma obra, um Dom Quixote, ou algo [assim] né, então, isso aí tem sido resgatado, um trabalho muito importante.

Este mesmo gestor ainda vê na cultura a solução para o país, aliado à educação. A inclusão social passa, de fato, pela inclusão cultural. Como demonstrado, a inclusão social diminui as desigualdades, tornando, assim, a sociedade mais justa e igualitária.

B: Eu, como sou produtor cultural também, para mim, a cultura e a educação hoje são irmãs né, e essas ações de preservação, de resgate, de difusão da cultura, eu acho que é o caminho aí para talvez salvar o Brasil. Junto com a educação, claro, importantíssimo, cultura e educação, em toda a sua esfera né, seja do patrimônio, seja do saber fazer, seja de uma manifestação musical.

Contudo, há que se tensionar aqui as falas do gestor. Este preocupa-se com a preservação e o resgate de uma cultura literária, no entanto, ao demonstrar este cuidado, a primeira obra que lhe vem à cabeça é Dom Quixote de la Mancha, do autor Miguel de Cervantes, espanhol, publicado no século XVII, então Brasil colônia. É possível visualizar aqui o forte traço colonizador dos países do Norte, que não só impõe os seus modelos de desenvolvimento, mas também o consumo cultural dos países latino americanos. De certo há autores nacionais relevantes para que possam ser estudados durante estes eventos, contudo o imaginário que se tem acerca de grandes obras internacionais, relevantes, denuncia este

caráter de cultura de elite, não-brasileira, em depreciação de uma cultura nacional, uma identidade nacional, que não necessariamente possuam fama e o prestígio, mas dialogam com a realidade local.

Mesmo com essa dissonância entre a fala do gestor e a importância da cultura local, há esta preocupação com o resgate e a valorização dos artistas locais, cientes de que as expressões contidas naquele espaço são singulares e devem ser preservadas.

E: A parte cultural, que a gente valoriza a nossa cultura [...], coloca os nossos violeiros, coloca a catira, coloca as pessoas que estão começando a despertar a questão musical no município.

F: Hoje a meta nossa aqui na divisão de cultura [...] é descobrir artistas, é valorizar o artista local.

H: O que mudou para essa nova gestão, que inclusive foi a nossa mudança para secretaria, [...] foi essa movimentação mais mensal mesmo de exposições, de valorização do artista local.

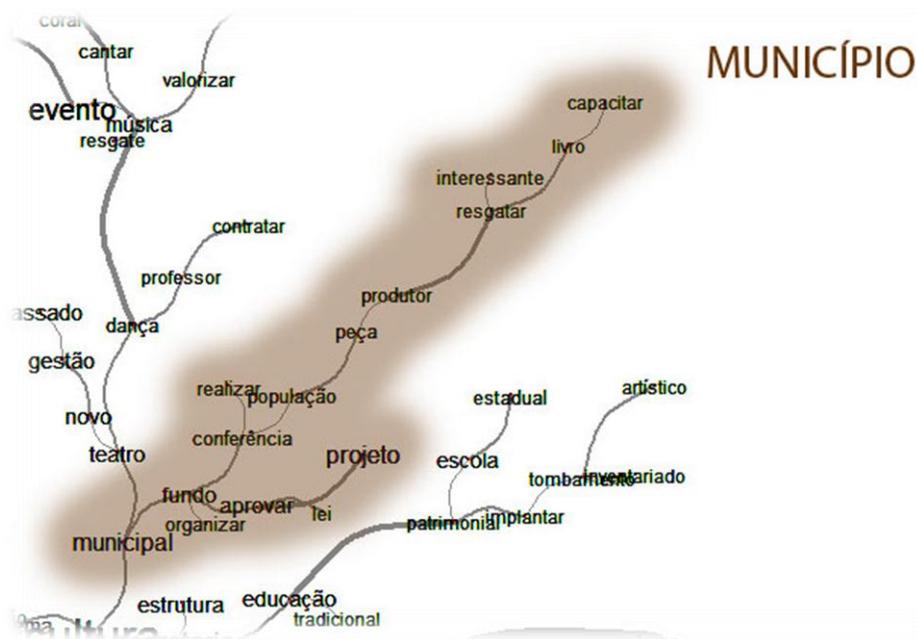
B: Há dez anos surgiu esse evento para valorizar esse cultivo e valorizar essas pessoas envolvidas com o café e a música né.

Portanto, é possível averiguar que, em alguns aspectos do Sistema Nacional de Cultura, os gestores estão em consonância com os anseios do programa, que convergem com as preocupações globais junto à UNESCO. Mais informações sobre isso são trabalhadas no item 3.1.10, Sistema. No entanto, em alguns outros aspectos, como é visto no item 3.1.8, ICMS, as ações das prefeituras desvirtuam as propostas dos programas estaduais e federais.

3.1.2 Município

O campo de sentido *município* é composto por dois nós principais, são eles *municipal* e *fundo*. A figura 9 ilustra o campo e todos os seus ramos e nós, a área em destaque configura o limite do campo.

Figura 9 – Campo de sentido Município



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 3 ilustra todos os ramos relativos a cada um destes nós.

Quadro 3 - Nós e ramos do campo de sentido Município

Nó	Ramos
Municipal	População, peça, produtor, resgatar, interessante, livro, capacitar
Fundo	Organizar, aprovar, lei, projeto, conferência, realizar

Fonte: Elaborado pelo autor.

Neste campo de sentido alguns fatos de significação são discutidos em outros subcapítulos, como o *resgate*. De maneira geral, é interessante perceber que é associado ao poder público, ou seja, ao município, o resgate das culturas. Cabe aos representantes possibilitar meios de se promover e proteger bens e memórias culturais de seus locais, seja de forma direta ou fomentando ações civis deste sentido.

O nó *fundo* representa o processo de adesão ao SNC. Entre os passos obrigatórios da adesão estão a realização de conferências municipais, aprovação da lei do plano municipal de cultura (PMC) e criação do fundo de cultura. É possível notar que os gestores estão cientes da importância de se formalizar o PMC e os benefícios que a adesão traz, não só para a sua gestão, mas também para a população como um todo.

C: Estruturação do órgão gestor da cultura é, ter conselho de política cultural, conselho de cultura. É realizar conferência de cultura, elaborar o plano de cultura, criar o fundo de cultura. São os componentes.

G: Sim, fui eu que fiz a adesão. Então, eu descobri, eu saí fuçando mesmo no site do Ministério da Cultura, procurando alguma novidade lá e eu vi, fui estudar o sistema, como que funcionava, fiz a adesão e fui seguindo os passos todos, a gente está fazendo o fundo de cultura agora, já iniciamos a pré-conferência, para fazer a conferência no final do ano agora.

Conforme exposto por Dowbor (1994, p.48) e Milani (2005, p.101), a política quando feita localmente, com a participação da sociedade através dos conselhos de cultura, é melhor efetivada, uma vez que irá atender de fato às reais necessidades daquela população. Embora todos os gestores deixem claro em suas falas que a adesão ao SNC é uma meta da pasta da cultura, na realidade os esforços empregados para que isso aconteça não são o suficiente.

A: Desde que comecei a trabalhar aqui estou em busca disso, fomos ver com as gestões passadas e não fizemos, não tem, não PMC, então é meta, é meta fazer.

B: O plano está muito desatualizado, tem um plano, mas está desatualizado, então a gente traça metas né, tem essas atividades que são pontuais, que a gente tem que fazer todo ano, que são esses inventários, inventário turístico, o inventário de patrimônio.

H: Hoje, na verdade, o Plano Municipal, nós estamos montamos para esse ano. Na verdade, uma coisa que atrasou muito devido ao Conselho ter passado por uma transição de presidente. Então, mas de qualquer forma esse Plano, ele é debatido com o Conselho, com várias cadeiras, de vários segmentos.

Ao consultar a plataforma Ver Sistema Nacional de Cultura²⁵, onde é possível acompanhar a adesão de cada prefeitura ao SNC, obtêm-se os dados sobre os municípios, apresentados no quadro 4. Verifica-se a situação de cada componente do sistema, se este já possui seus documentos validados (SIM) ou não (NÃO).

Quadro 4 - Componentes validados do Sistema

Município	Sistema de Cultura	Órgão Gestor	Conselho de Política Cultural	Fundo de Cultura	Plano de Cultura
Brasópolis	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Cristina	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Delfim Moreira	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Itajubá	SIM	NÃO	SIM	SIM	SIM
Maria da Fé	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Marmelópolis	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Paraisópolis	SIM	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO
Piranguçu	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO	NÃO

Fonte: Ver Sistema Nacional de Cultura. Disponível em <<http://ver.snc.cultura.gov.br/tabela-uf-municipio>>.

Acesso em 15 de dezembro de 2018

²⁵ Disponível em <<http://ver.snc.cultura.gov.br/tabela-uf-municipio>>. Acesso em 15 de dezembro de 2018.

turismo, esporte, lazer e meio ambiente. Dentro destas *estruturas* os *departamentos* se dividem de acordo com as pastas. Isso se dá principalmente pelo fato de se cortar custos, diminuí-se os custos da folha de pagamento ao reduzir o número de secretarias do município.

Esta característica nem sempre é bem recebida pelos diretores de cultura, que acreditam que as pastas são enfraquecidas com a união dentro de uma só secretaria, além do acúmulo de responsabilidades.

B: Eu não sou a favor de ter o meio ambiente aqui não, eu acho que hoje, o meio ambiente precisaria de uma atenção muito mais específica. Talvez uma pasta de agricultura e meio ambiente [...]. Muitas vezes isso acontece por redução de custo né, você pega uma secretaria que tem sete departamentos, tem um secretário lá só, então.

C: Tem que ter uma estrutura de secretaria, né. Quando eu falo isso tudo de secretaria é uma pessoa única tomando conta de tudo. Eu acho que isso é um absurdo a gente achar que vai dar conta de tudo, né.

É possível também interpretar esta situação como a desimportância que se dá à pasta da cultura em todos os municípios estudados. Da mesma maneira que, no início de 2019, o Ministério da Cultura fora reduzido a uma pasta especial, a não criação de secretarias da cultura reflete não só no baixo orçamento que estas vão possuir, mas também na influência que terão no poder público. A exigência do SNC para se criar uma secretaria de cultura reside justamente em se elevar o patamar da cultura, a sua importância junto às outras secretarias, para se seja possível estabelecer políticas efetivas e duradouras.

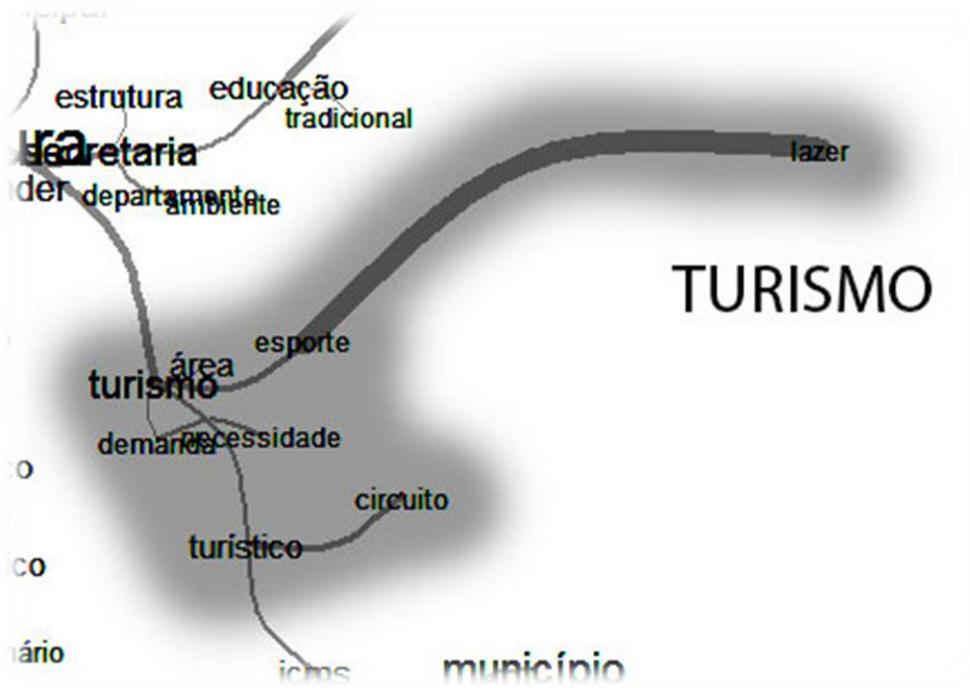
O segundo nó, *patrimonial*, refere-se ao processo de *tombamento* dos patrimônios históricos dos municípios, a fim de se aumentar os recursos da pasta da cultura via a lei do ICMS Patrimônio Cultural. Detalhes sobre este aspecto serão discutidos no item 3.1.7 Patrimônio, este basicamente consiste em realizar um *inventariado* dos bens tombados no município. Organiza-se, então, um dossiê sobre cada patrimônio para que se possa iniciar o seu processo de inscrição na lei.

Estes nós aparecem no campo de sentido *secretaria* pois todos os processos necessários para se realizar a arrecadação de verba via ICMS Patrimônio Cultural são de responsabilidade do departamento de cultura de cada município, em conjunto com o conselho do patrimônio.

3.1.4 Turismo

O campo de sentido *turismo* é composto por somente um nó principal, *turismo*. A figura 11 ilustra o campo e todos os seus ramos e nós, a área em destaque configura o limite do campo.

Figura 11 – Campo de sentido Turismo



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 6 ilustra todos os ramos relativos a cada um destes nós.

Quadro 6 – Nós e ramos do campo de sentido Turismo

Nó	Ramos
Turismo	Demanda, necessidade, área, esporte, lazer, turístico, circuito

Fonte: Elaborado pelo autor.

Há uma forte conexão entre a cultura e o turismo nestes municípios. É notável a percepção que os gestores possuem de que, quando esta não se mistura com atividades da cultura, estas se complementam. Atrela-se muito ao turismo a capacidade de servir de vitrine à cultura local, como um chamariz de um público que irá consumir a cultura da cidade.

C: Sim, olha para você ver, quando a gente investe na questão dessa festa, desse resgate, o que que a gente trás para a cidade? [...] Turistas. Tem uma interface né, cultura [e] turismo.

C: Como eu já falei para vocês, todo movimento cultural é um movimento turístico e todo movimento turístico é um movimento cultural.

Ecoturismo também é relacionado à cultura da cidade:

F: Todo esse trabalho aqui é voltado para o turismo da cidade, mas é cultura também.

B: É, Reserva Ecológica da Mata da Prefeitura, Parque Natural Municipal [...], Fazenda Boa Vista, que é um bairro rural. Capela Senhor Bom Jesus dos Milagres, bairro grande, um bairro rural, Viaduto do Anil, que é um viaduto inglês, onde passava a antiga linha férrea, fica na zona rural, é um lugar maravilhoso, a natureza esplêndida, então o bem cultural, ele está totalmente ligado ao turismo, e é o que vai trazer recurso para gente continuar movimentando o turismo e a cultura no município.

A religiosidade também é associada ao turismo e à cultura:

C: E quando nós falamos em turismo cultural, não é só visitar museus. Nós temos as artes sacras, nós temos as histórias religiosas também aqui do nosso município, nós temos as cachoeiras, nós temos pontes, né.

Existe também a presença do Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas, uma instância de governança do turismo regional que presta serviços de consultoria e, de certa forma, auxilia as prefeituras a desenvolverem seus planos municipais de cultura e agirem efetivamente no setor. Além disso, o Circuito atua sobre uma agenda comunitária, conciliando eventos e atividades culturais nas cidades de modo a formar um roteiro turístico que beneficie tanto as cidades quanto os turistas.

E: A intenção do Circuito é fazer um desenvolvimento integrado com todas as cidades. Fazer o turismo integrado de todas as cidades aqui que fazem parte do Circuito. Então, o que a gente faz é tentar fazer eventos juntos, para participar várias cidades.

B: Circuito Turístico é um parceiro fundamental para o inventário turístico, para capacitar, para habilitar o município ao ICMS Turístico.

Certamente as questões do turismo e da cultura demandam uma atenção especial, sendo possível se alongar sobre o tema e explorar todos os imbricamentos que estes possuem. No entanto, reserva-se ao propósito deste trabalho as questões voltadas para a cultura, em detrimento de seu aspecto turístico e como este é empregado pelos gestores do município. Isto posto, não se aprofundará aqui como a interface turismo e cultura atuam nas possibilidades de geração de renda e de uso de políticas públicas, apenas se toma ciência de que há um diálogo entre as duas pastas. Durante as entrevistas não ficou claro como se dá esta relação em sua totalidade, uma vez que os responsáveis pelo turismo não fizeram parte das entrevistas, mas é certo que há uma sinergia entre as ações das pastas.

Para elucidar algumas questões sobre este enlace, são emprestados de Pimenta (2017) algumas notas sobre os caminhos do turismo, da cultura e do desenvolvimento na região, uma vez que o pesquisador vem realizando trabalhos nesta área nos últimos anos. Nos diálogos que o pesquisador teve com agentes de cultura e turismo, de organizações culturais e movimentos sociais e a população,

É unanimidade, a cada manifestação do setor público ou da sociedade civil, a concepção de que o turismo é o negócio ou a alternativa sensata ao conjunto de transformações de cunho político-econômico trazidos pelas transformações do mundo do trabalho, impulsionadas pelas sociedades tecnológicas e informacionais. (PIMENTA, 2017, p.161)

O autor conclui em suas pesquisas que está na economia de base local, no desenvolvimento do poder local, a possibilidade de superação das desigualdades, na isonomia dos direitos e acessos às coisas da cidade, fomentado pelo poder público primando-se pelo bem-estar coletivo (PIMENTA, 2017, p.177).

3.1.5 Cidade

O campo de sentido *cidade* é composto por dois nós principais, são eles *festa* e *cidade*. A figura 12 ilustra o campo e todos os seus ramos e nós, a área em destaque configura o limite do campo.

Figura 12 – Campo de sentido Cidade



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 7 ilustra todos os ramos relativos a cada um destes nós.

Quadro 7 – Nós e ramos do campo de sentido Cidade

Nó	Ramos
Festa	Pastel, religioso, igreja, movimento, bairro, rural, comunidade
Cidade	Aniversário, orçamento, carnaval, antigo, história, preservar

Fonte: Elaborado pelo autor.

O nó *feira* é composto por elementos tradicionais da cultura interiorana do sul do estado de Minas Gerais. Dentre o calendário oficial de festas dos municípios, em todos eles as festas religiosas são as mais proeminentes. De população em sua maioria católica (IBGE, 2012), os dias de diversos santos são celebrados em suas paróquias, nos bairros rurais, nas igrejas matrizes e demais locais de adoração.

G: [...] A gente tem muita festa, tem dia que eu fico até perturbado de tanta festa que tem religiosa aqui, o calendário de festa religiosa é muito grande.

A: Não são muitas as festas culturais não, mas assim. O que acontece [...] são as festas religiosas, que fazem parte da tradição. Tem a festa do padroeiro São Caetano, a festa de Nossa Senhora de Aparecida, o mês de maio dedica muito à Maria.

E: Tem bastante. Todos os bairros têm festa religiosa. É, cada bairro tem a sua [...]. A Festa de Santo Expedito que é a mais famosa. E a Nossa Senhora de Lourdes, que é do bairro, né.

A primeira fala, do gestor G, revela que este está “perturbado” devido a diversas festas religiosas que a prefeitura precisa auxiliar na produção. Enquanto que o gestor A não considera as festas religiosas como sendo também uma festa cultural. Ora, em um país de maioria cristã e católica, a presença destes símbolos e tradições religiosas são um forte traço da cultura do país. Mesmo assim, parece não se atrelar essa faceta religiosa como sendo representante da cultura local, como um pesar devido ao alto número de eventos religiosos, cujos esforços poderiam ser empenhados em outras expressões culturais, como música ou dança.

Um dos gestores aponta um conflito que o poder público possui com a igreja, alegando que a proibição de vendas alcoólicas nas festas religiosas de seu município tem se tornado uma barreira para que estas festas aconteçam. Tais festas, através de suas quermesses e venda de produtos artesanais, representam uma possibilidade de geração de renda para muitos dos participantes, além de arrecadarem fundos para a manutenção de suas igrejas e promoção de ações sociais.

B: Esses festejos, de uns dez anos para cá, eles foram enfraquecendo por causa da própria igreja, porque tradicionalmente essas festas, tem movimento de barracas, tem vinho quente, tem quentão, tem cachaça, tem tudo, e a igreja passou a não aceitar mais as bebidas né, então muita festa tradicional de bairros, que são festas religiosas né, é, festa do padroeiro do bairro, então essas festas passaram a ficar escassas, não só aqui [...] como na região.

Esta característica *rural* é um importante elemento relacionado ao desenvolvimento. Uma região considerada atrasada em relação ao resto do mundo desenvolvido, pois conserva tradições antigas, de base econômica solidária. Como exposto por Arrighi (1997, p.208), não se deve confundir aqui o fato desta região não ser industrializada com o fato dela não estar desenvolvida. As lógicas organizacionais empregadas nas regiões rurais, de base comunitária, não obedecem às tendências hegemônicas dos países metrópoles. Estes pequenos municípios atendem a outros modelos de desenvolvimento, mais atrelados às urgências da vida no campo, para além da nova ordem econômica-empresarial (PIMENTA, 2014, p.55)

Por sua vez, o nó *cidade* inclui elementos relativos a eventos realizados pelo poder público, como o aniversário das cidades e o carnaval. Alguns gestores alegam que o orçamento destinado à pasta de cultura, além de ser reduzido, deve, obrigatoriamente, arcar com os custos destas festas oficiais do calendário.

H: A gente não tem verba para fazer grandes eventos, entendeu? E mesmo, por exemplo, a festa do dia das crianças que talvez ocorra no parque, é uma parceria, praticamente só da Educação, entendeu? Porquê da Secretaria de Cultura mesmo, a verba que a gente tinha foi quase tudo no aniversário [da cidade].

B: Depois do carnaval, a gente tem o aniversário da cidade, que é uma data que a gente comemora, histórica né, com o surgimento do primeiro povoado, a primeira missa realizada no município.

G: Aí no carnaval tem o aniversário da cidade, que é o nosso calendário, é super apertado, né? É carnaval, aniversário da cidade, é carnaval. É assim, a gente pega do final do ano, por exemplo, natal, réveillon, carnaval e aniversário da cidade, um seguido do outro, uma paulada só, então o orçamento nosso reduz em 20% só nessa pegada, então no resto do ano é um desafio manter isso, sabe? É um orçamento bem reduzido para uma cidade que tem tanta riqueza cultural assim, sabe?

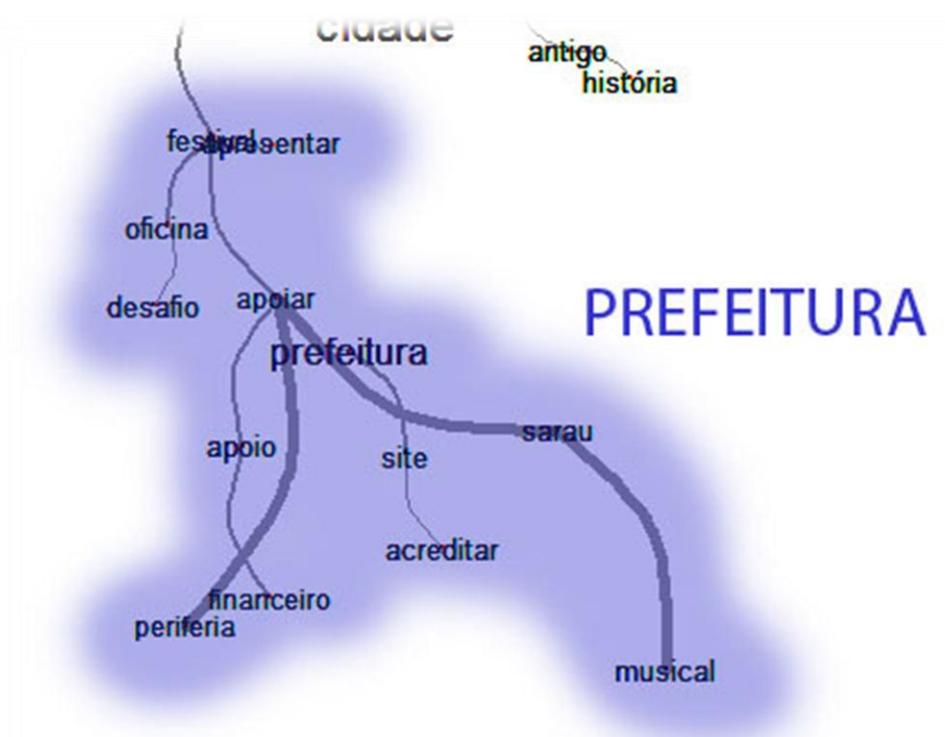
Estas festas possuem um fato muito importante para os gestores e os municípios, de manter a tradição da cidade. Bens culturais históricos, como o doce de marmelo de Marmelópolis e o pastel de milho de Itajubá, carregam em si não somente o produto, material, vendável. Estes artigos são símbolos dos municípios, importantes para a sua identidade, carregam a responsabilidade trazida no SNC de que deve se preservar e promover a diversidade cultural. Uma vez que tais artigos desapareçam da região, dificilmente serão encontrados em outras localidades, não com as mesmas características de fabricação, receita e afins.

Por tal motivo as palavras *preservar*, *história* e *antigo* conectam-se a este fato de significação. Os gestores compreendem a relevância de, apesar do curto orçamento da pasta da cultura, dar continuidade nestas festas tradicionais, a fim de não haver o apagamento desta identidade, de não haver o desperdício desta experiência em consequência da modernização.

3.1.6 Prefeitura

O campo de sentido *prefeitura* é composto por dois nós principais, são eles *prefeitura* e *festival*. A figura 13 ilustra o campo e todos os seus ramos e nós, a área em destaque configura o limite do campo.

Figura 13 – Campo de sentido Prefeitura



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 8 ilustra todos os ramos relativos a cada um destes nós.

Quadro 8 – Nós e ramos do campo de sentido Prefeitura

Nó	Ramos
Festival	Apresentar, oficina, desafio
Prefeitura	Apoiar, apoio, financeiro, periferia, site, acreditar, sarau, musical

Fonte: Elaborado pelo autor.

As festas são comuns nas cidades da região, abrangendo temas religiosos, aniversário da cidade ou algum símbolo cultural e histórico. Em menor número são organizados, pelas prefeituras, festivais sobre determinado assunto que seja referência no município, como o café, literatura, pastel de milho e etc. Dentro destes festivais não somente ocorrem diversas apresentações de artistas da região, mas também oficinas, em sua maioria de formação. Os gestores relatam as dificuldades encontradas na realização destes festivais, que costumam ter programação durante todo um fim de semana e atividades diversas em vários locais da cidade.

Quando não é de responsabilidade da prefeitura, esta costuma entrar com um apoio para que tais festivais aconteçam, partindo da iniciativa privada, cuja finalidade seja obter lucro ou não. Além disso, muitos grupos organizados da sociedade civil necessitam destes apoios para se manterem ativos em suas comunidades.

H: O Festival de Inverno é um festival apoiado pela prefeitura por meio da Secretaria de Cultura e Turismo. Então, é palco, espaços, concessão de espaço, tudo isso é da prefeitura, tenda, tem alguma parte da infraestrutura. Então não é cem por cento. Mas é apoio. E é um apoio consideravelmente bom né porque, mesmo que seja tenda e infraestrutura, é um dinheiro bem investido.

C: As festas religiosas são promovidas praticamente pelas igrejas com o apoio da prefeitura, as vezes na questão de um palco, de um serviço de segurança.

C: [Elas] se chamam Clube das Mães né. Elas se organizaram, resgataram CNPJ, estão fazendo um esforço tremendo para estar em funcionamento. A prefeitura eu acho que apoiou em alguns aspectos né, da concessão do local. Elas vencem um desafio diário, né.

Alguns destes grupos que carecem de apoio da prefeitura de seu município se encontram distantes do centro. Embora não possuam as características de uma periferia de metrópole, os gestores referem-se a estes bairros distantes como tal. Em dois municípios ocorrem saraus artísticos nestas periferias.

G: Nas periferias a gente faz esses encontros pontuais, os principais são os saraus, que é o que mais funciona, sabe, os encontros de recitar poesia mesmo, são os principais.

H: Tem alguns eventos que são apoiados pela prefeitura, tipo o Sarau Musical que acontece na periferia, que acontece na praça.

Seja apoiando ou realizando ações específicas voltadas para as localidades mais distantes do centro, estes saraus muitas vezes representam a única oferta de arte e expressões artísticas culturais para a parcela de população mais carente. O acesso à arte e cultura nas periferias é dificultado por uma série de motivos, no entanto, as comunidades tem encontrado meios de se organizar e absorver elementos da modernidade e realizarem suas atividades.

A preservação do patrimônio, tanto imaterial quanto material, se faz presente ao longo de todas as entrevistas com os gestores. Muitas obras antigas e históricas, como casarões, estações de trens e pontes, estão presentes nos municípios estudados e fazem parte de sua arquitetura urbana, incluindo também suas áreas rurais. Em alguns deles há memórias de saberes e fazeres tradicionais, como o pastel de milho e o doce de marmelo, tão importantes não só como símbolos, mas também pelos seus aspectos econômicos.

B: E bens móveis e integrados, tem os bens naturais, que fica mais para o final [da cidade]. Patrimônio material, fontes arquivísticas, sítios naturais, patrimônio material, estruturas arquitetônicas e urbanísticas e sítios naturais.

C: Desfile de cavaleiros, mais de 1200, tradicional na cidade. Folia de Reis, tombada como patrimônio da cidade, está no inventário, é uma forma de proteção.

E: Temos o Centro Cultural né, que é um patrimônio tombado. A igreja né, a Matriz, a Escola Municipal Arlindo Zaroni. São todos patrimônios que são tombados, municipal e outros estadual, né.

G: A Lira Cônego Benedito Profíssio, não é uma banda não, é a instituição cultural mais antiga do município, oitenta e seis anos. [...] A gente tem muitos bens inventariados na área rural, mas bastante mesmo, e temos [...] um bairro aqui que é o bairro dos Martins que tem família quilombola lá também.

Há até uma preocupação crescente com os patrimônios, em detrimento de uma compreensão alargada sobre o campo da cultura. Com as trocas de gestão, durante os últimos anos, essa realidade começou a mudar em alguns municípios. O fato da administração pública ser descontinuada a cada novo prefeito fragiliza os seus setores, com a cultura isso não é diferente.

Esta informação é corroborada por Rubim (2017, p.51), quando afirma que as descontinuidades administrativas são um fator de desorganização do campo da cultura, impedindo uma boa gestão, impactando diretamente na criação, produção e consumo das artes em todas as esferas da cultura na região.

No entanto, isto abre possibilidade para que novas direções sejam tomadas.

A: A cultura em si é voltada para os patrimônios tombados. A cultura, em primeiro lugar, é cuidar da preservação deles, da conscientização, de que isso é importante, não é coisa velha, ali está a nossa história. Somos ricos nisso aqui.

G: É a única coisa que caminha bem, questão de patrimônios culturais né. Mas não tinha política pública de cultura. Tinha só para patrimônio cultural. Não tinha política para desenvolvimento de atividade cultural. Essa era a única coisa que a gente não tinha aqui.

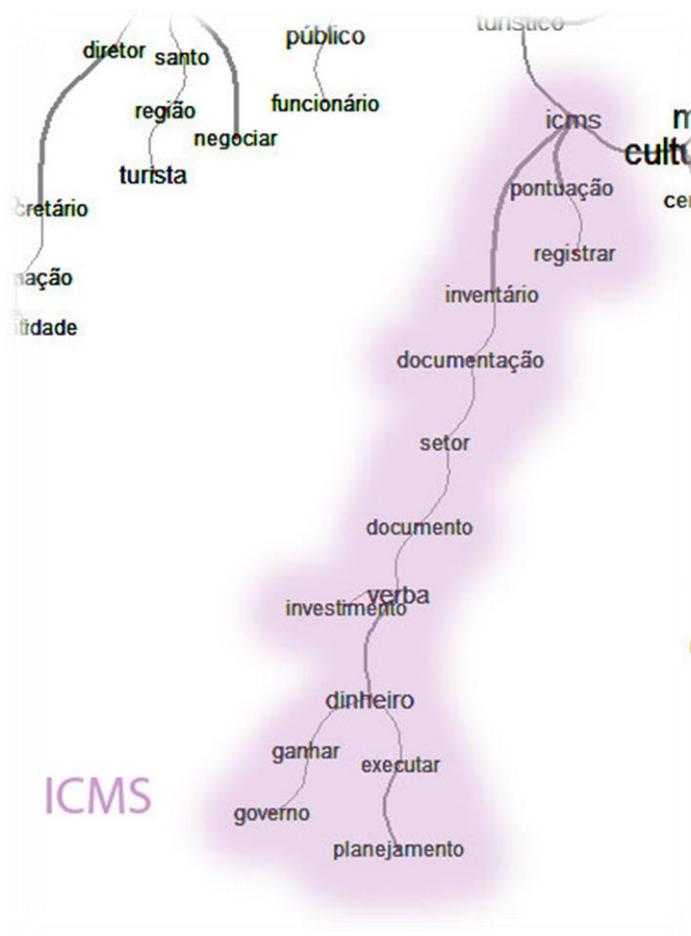
Outro fato que se percebe ao longo das entrevistas é o interesse fundamental de se manter o patrimônio histórico com a finalidade de se obter recurso via ICMS Patrimônio

Cultural. Há a preocupação com o aspecto simbólico dos patrimônios, mas estes aparecem como segundo plano. Este aspecto será analisado no próximo item.

3.1.8 ICMS

O campo de sentido *ICMS* é composto por somente um nó principal, *ICMS*. A figura 15 ilustra o campo e todos os seus ramos e nós, a área em destaque configura o limite do campo.

Figura 15 – Campo de sentido ICMS



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 10 ilustra todos os ramos relativos a cada um destes nós.

Quadro 10 – Nós e ramos do campo de sentido ICMS

Nó	Ramos
ICMS	Pontuação, registrar, inventário, documentação, setor, documento, verba, investimento, dinheiro, ganhar, governo, executar, planejamento

Fonte: Elaborado pelo autor.

Apesar das diferentes estruturas, orçamentos e complexidade de cada uma das organizações municipais, um fator fora comum a todas: a busca de patrimonialização dos bens materiais e imateriais dos municípios, com a finalidade de se aumentar o montante destinado à cultura com o ICMS Patrimônio Cultural, criado no estado através da Lei nº 12.040/95, conhecida como Lei “Robin Hood”.

A tabela 2 indica a quantidade de bens protegidos pela lei até o exercício de 2019. A única exceção está em Marmelópolis, que não faz uso da lei até o momento. Entre os patrimônios da região incluem: roda de capoeira, casarões, residências, parques, pontes, esculturas, igrejas, locomotivas, estações ferroviárias, escolas, monumentos, museus, entre outros.

Tabela 2 - Bens protegidos pela Lei “Robin Hood”.

Município	Quantidade de bens protegidos
Brasópolis	11
Cristina	11
Delfim Moreira	7
Itajubá	14
Maria da Fé	8
Marmelópolis	0
Paraisópolis	11
Piranguçu	1

Fonte: IEPHA²⁶.

Os representantes relatam que os orçamentos de suas pastas de cultura provêm quase que na totalidade da Lei “Robin Hood”, sendo de fundamental importância para a manutenção da pasta, como as folhas de pagamento e a realização de eventos e festas populares nos municípios.

E: Não tem tanto dinheiro assim. Então, hoje é exclusivamente é só o dinheiro do ICMS Cultural.

A: Esse documento foi feito no ano passado. Você faz o documento para a verba vir no ano seguinte. Então no ano de 2016 não foi feito esse documento, trabalhamos em 2017 sem nenhuma verba para a cultura, o que precisou foi com recursos próprios. Então esse documento vai garantir verbas para 2019.

²⁶ Disponível em <http://www.iepha.mg.gov.br/images/ICMS/LISTA_BENS_PROTEGIDOS_AT%C3%89_EXERCICIO_2019.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2019.

B: Uma verba específica através do ICMS. [Só] o ICMS. [Se planeja] junto com o Conselho né. ICMS Turístico, verba que vem para o turismo, teoricamente né, tem que ser discutido junto com o Conselho né, o planejamento para o ano seguinte é feito junto com o Conselho, passa pela Câmara Municipal.

O representante C demonstra não conhecer muito bem os processos de como a lei funciona, já havendo perda de arrecadação devido à falta de prestação de contas. Isso ocorre devido ao fato de que, em todas as cidades, a elaboração do dossiê é feita por empresas privadas, que são contratadas para guiar os passos da prefeitura na obtenção do fundo. Cabe ao poder público a contratação destas empresas e tomar as ações indicadas por elas.

C: Aí participamos de um outro projeto, o projeto da construção do espaço interativo ao lado da biblioteca pública, um projeto muito bacana, 2012 ele foi aprovado, com dinheiro na conta e até hoje não foi executado. [...] Eu acho, inclusive, que nós vamos estar em etapa de devolver esse dinheiro. Ele já está, já. Devolveram.

Partes do processo de tombamento dos patrimônios incluem fazer um inventário dos bens do município, organizando toda a documentação para que se possa enviar ao IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). Com isso há uma tabela de pontuação, com alguns parâmetros que somam ou subtraem do total de pontos que o município possui. Quanto maior a pontuação, mais verba é destinada ao município. A partir desta verba é que os gestores são capazes de fazer um planejamento sobre o ano.

Um outro ponto levantando pelos entrevistados é o destino que a verba do ICMS possui. Por obrigatoriedade, somente 50% do valor deve ser executado na pasta da cultura, sendo que os 50% restantes é de uso livre da prefeitura.

A: Então 50% da conta é para a cultura, os outros 50% faz o que precisa. Todo o gasto da cultura vai nesses 50%.

Mesmo com todas estas questões sobre a contratação de empresas privadas para a elaboração do dossiê, sobre metade da verba se destinar a outras pastas e sobre a real intenção posta na patrimonialização destes bens, esta realidade é clara para os gestores. Como afirmado por Canclini, estas ações “servem mais como conservadores de uma pequena porção do patrimônio, como recurso de promoção turística e publicidade de empresas privadas, do que como formadores de uma cultura visual coletiva” (2015, p.172).

C: Vamos dizer que isso tudo é por causa dessa política de proteção do patrimônio cultural do ICMS. Porque, convenhamos, se não fosse, será que teria tanto empenho dos municípios nisso?

Ainda sobre a ótica de Canclini, é necessária a coleção dos patrimônios públicos pois é nestes espaços, com estas ações, que se renova a solidariedade afetiva, os monumentos

tombados se justificam como lugares onde se resgata e reproduz o sentido que encontramos ao viver juntos (2015, p.191). As “coisas de Minas” (PIMENTA, 2017, p.153) são os elementos que compõem a região, o seu folclore, a sua religiosidade e a sua história, sendo a sua proteção de suma importância para a identidade local e, conseqüentemente, para a diversidade cultural brasileira.

Embora haja estas controvérsias, é fato que a preservação dos patrimônios históricos materiais e imateriais dos municípios têm sido tombados e preservados no estado de Minas Gerais, em virtude da Lei “Robin Hood”.

3.1.9 Conselho

O campo de sentido *conselho* é composto por somente um nó principal, *conselho*. A figura 16 ilustra o campo e todos os seus ramos e nós, a área em destaque configura o limite do campo.

Figura 16 – Campo de sentido Conselho



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 11 ilustra todos os ramos relativos a cada um destes nós.

Quadro 11 – Nós e ramos do campo de sentido Conselho

Nó	Ramos
Conselho	União, político, público, funcionário, presidente, comercial, negociar, santo, região, turista, diretor, secretário, prefeito, informação, importante, identidade

Fonte: Elaborado pelo autor.

Como parte da adesão ao SNC, os municípios devem ter estabelecido um conselho de cultura, composto por membros da câmara dos vereadores e da sociedade civil, de maneira paritária. Cabe a este conselho, de caráter deliberativo, auxiliar o poder público sobre as ações e caminhos que este deve tomar no setor, uma vez que os representantes da sociedade civil estão diretamente ligados à vivência cultural e, em sua maioria, representam as diversas expressões culturais do município.

O ramo *comercial* representa um aspecto mais prático destes conselhos, tratando sobre temas que envolvem os santos padroeiros das cidades, estes possuem uma presença muito forte na cultura sul mineira. O termo *turista* se faz presente, como já foi dito, devido a conexão que existe da cultura e do turismo na região, onde estas se misturam e se complementam.

É atribuído também ao conselho de cultura o termo *identidade*, uma vez que os representantes da classe artística fazem parte do conselho e atuam na preservação e promoção das identidades culturais presentes nos trabalhos dos artistas de cada município.

Existe uma exceção quanto a paridade da composição do conselho. O gestor G dialogou com os vereadores para que o conselho de cultural fosse composto 100% pela sociedade civil, e não houve resistência da câmara:

G: Não falaram nada. Porque eu *xavequei* eles na verdade né, eu fui lá fazer o papel de *xavecador*. Fui lá conversar com eles antes. Eu quero um conselho 100% de artista, não quero interesseiro no conselho de cultura, eu quero artista no conselho de cultura, quero protagonista. E eles toparam, o prefeito também topou, e ficou assim. 100% sociedade civil, não tem um outro, eu só venho assim como um representante do departamento, entendeu. São eles que opinam, eles que votam.

O gestor relata que o conselho se divide por segmento, existem representantes das artes visuais, do artesanato, da cultural popular, da música, da dança e das artes cênicas. Estas divisões encontram-se presentes também em outros municípios.

Em alguns municípios há diversos conselhos atuantes na cultura, como o conselho de políticas culturais e o conselho do patrimônio cultural. Em outros há somente um ou somente outro.

C: O conselho que a gente tem hoje é o conselho de patrimônio, que olha a questão de inventário, tombamento, das políticas de proteção de patrimônio. A gente precisa ter o conselho de políticas culturais, que é a questão mais abrangente.

Cabe ao Conselho do Patrimônio Cultural a responsabilidade de se empregar a verba adquirida pelo tombamento dos patrimônios, pela Lei “Robin Hood”. Estes são responsáveis tanto pelo processo de tombamento quanto pelo destino do orçamento.

D: A gente tem esse conselho, porque, né? Se o conselho não fizer um trabalho em cima, né, do que é exigido, aí o município não pontua. Não pontua, não tem verba, né. Então a gente tenta fazer todos os investimentos para ver se consegue. Quanto mais pontuação, mais verba para o município vem. Quando é bem inventariado, mais o município ganha. Quanto mais bens tombados, mais o município ganha.

E: Quem aprova tudo é o conselho. Então todo o custo, todo o dinheiro do ICMS, quem delibera ele é o conselho. Eu não posso chegar e gastar ele sem a permissão do conselho. O conselho que determina o que, aonde que pode ser ou não. “Ah eu quero reformar tal casa”. Não, o Conselho fala: “não, a prioridade agora é a casa X, não é a casa Y”. Entendeu? Então, aí o Conselho que determina esse impasse, né, o que se vai para um, se vai para outro, onde que é alocado. Às vezes eles aprovam, às vezes não. É de acordo com a necessidade.

H: É né, justamente, as cadeiras [do conselho de cultura], [...] cada uma tem seu segmento e aí elas escutam as necessidades da sociedade e a gente escreve um Plano Municipal de Cultura. Baseada na demanda da população.

Novamente é possível resgatar aqui as teorias de poder local elaboradas por Dowbor (1994, p.48) e Milani (2005, p.101), onde a organização da comunidade possui maior relevância para o seu funcionamento do que agentes que estão distantes desta. Neste caso, políticas públicas da cultura da federação de pouco interferem na atuação dos agentes culturais, mas a representação e participação no conselho de cultura e na câmara dos vereadores, com poder decisório, é capaz de trazer resultados mais satisfatórios e efetivos.

3.1.10 Sistema

O campo de sentido *sistema* é composto por três nós principais, são eles *adesão*, *recurso* e *implantação*. A figura 17 ilustra o campo e todos os seus ramos e nós, a área em destaque configura o limite do campo.

Conforme verificado no quadro 4, o município de Itajubá é o mais adiantado em relação ao seu cadastro no SNC, com quase todos os passos concluídos. Isso já possibilitou, como relatado pelo seu gestor, parte do financiamento de um teatro para a cidade, já construído e em atividade. As demais prefeituras demonstram pouco esforço para a elaboração do Plano Municipal de Cultura, embora todos expressem interesse e reconheçam a importância de se fazer parte do SNC.

O representante do município G relatou que foi importante o processo de inserção no SNC, pois a compreensão do sistema e as leituras exigidas lhe garantiram um entendimento mais profundo sobre o campo da cultura, refletindo positivamente em seu trabalho.

G: Tinha algumas noções, mas o que a gente viu é uma coisa mais profunda né, foi muito bom. Ajudou muito sim, com certeza.

A adesão do município ao SNC vem atrelada a vários fatores. Alguns gestores acreditam que a participação no SNC possa trazer mais exposição ao município, conferindo-lhe vantagens frente ao MinC, como editais exclusivos para municípios cuja adesão foi concluída.

A: O objetivo [da adesão], foi uma orientação que recebi [...], quando você faz parte do Sistema Nacional de Cultura, nessa imensidão do Brasil, o MinC está lá né, olhando pelo Brasil, assim que eu enxergo, então quando você está dentro, cadastrado no MinC, você está mais a mão deles ali, para qualquer coisa que você precisar, eu penso.

Outros gestores já possuem uma visão mais prática. Quando questionado sobre o interesse na participação do SNC, a resposta do gestor G foi “Recurso, recurso”. Mesmo as vantagens da adesão sendo claras, não só no campo político e econômico, mas também no social, devido a valoração das expressões artísticas, há uma certa dificuldade em concluir todas as etapas da adesão, uma vez que exigem um esforço por parte da pasta da cultura em convocar as conferências e organizar os conselhos. Muitos relatam as barreiras encontradas:

C: Então, eu ia chegar e falar assim para eles: “nós temos que implantar o Sistema de Cultura”. Assim, bom, o prefeito novo: “não dá”.

G: Assim, o pessoal não sabia que existia o Sistema Nacional de Cultura ainda, o ICMS Cultural era a única coisa que caminhava bem. É a única coisa que caminha bem, questão de patrimônios culturais né. Mas não tinha política pública de cultura. Tinha só para patrimônio cultural. Não tinha política para desenvolvimento de atividade cultural. Essa era a única coisa que a gente não tinha aqui.

A adesão completa ao SNC é colocada pelos gestores como a principal *meta* nos próximos anos, de modo a angariar mais recursos para o funcionamento da pasta e na regulação de equipamentos culturais dos municípios, como bibliotecas e museus. Mais uma

vez, a descontinuidade das administrações públicas podem ser um dos fatores que complicam a conclusão da adesão ao SNC. Problema este que deve ser solucionado justamente com a elaboração do PMC, garantindo uma maior organização quanto as responsabilidades e ações da pasta da cultura, não restrita ao período de 4 anos, mas de maneira perene.

Embora a adesão ao SNC tenha sido negligenciada por parte das administrações públicas, dada as *dificuldades* encontradas em realizar as conferências, elaborar e aprovar as leis e formar os conselhos, em alguns municípios as ações culturais têm sido desenvolvidas e aprimoradas ao longo dos anos. O fato de conhecerem o sistema e alargarem suas visões sobre o que é a cultura e o que ela representa, já transforma o olhar do gestor público, reverberando em suas iniciativas e rumos a serem seguidos na pasta.

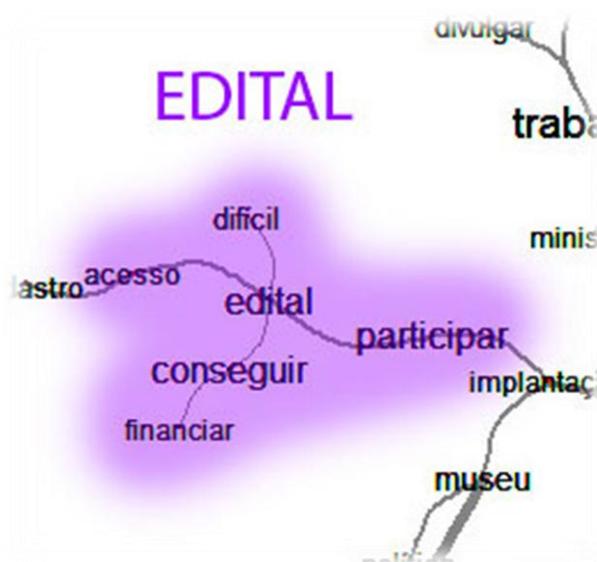
As atribuições dadas aos gestores culturais revelam que há o interesse de fomentar o desenvolvimento socioeconômico dos municípios a partir da cultura, com destaque para a realização de eventos que movimentam o calendário festivo, a identificação e o tombamentos de patrimônios (SOUZA, 2018, p.129). Contudo, a pesquisadora Souza conclui que a adesão ao sistema e os planos municipais de cultura ainda estão frágeis, do ponto de vista de suas efetivações (2018, p.129).

O termo *desenvolvimento* e *fé* associados ao campo de sentido implantação não possibilitou uma interpretação deste ramo. Analisando as entrevistas, somente em um momento a palavra desenvolvimento foi utilizada por um gestor associando-a à cultura artesã. O termo *fé* vem somente acompanhado de Maria da Fé, não representando a definição mesma da palavra.

3.1.11 Edital

O campo de sentido *edital* é composto por somente um nó principal, *edital*. A figura 18 ilustra o campo e todos os seus ramos e nós, a área em destaque configura o limite do campo.

Figura 18 – Campo de sentido Edital



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 13 ilustra todos os ramos relativos a cada um destes nós.

Quadro 13 – Nós e ramos do campo de sentido Edital

Nó	Ramos
Edital	Participar, conseguir, financiar, difícil, acesso

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para o representante A, o acesso a editais de fomento não tem se mostrado efetivo, uma vez que o contingente da prefeitura é reduzido, não tem quem o redija de forma eficaz.

A: A dificuldade de mão de obra da prefeitura que se dedique a isso, porque é uma questão de fôlego, estamos com o índice da folha ali, sempre ali, medindo todo mês uma conta estatística para não extrapolar para não vir improbidade em cima do prefeito.

Além disso, ter o projeto aprovado, seguindo os critérios dos editais, mostrou-se um problema. Tal fato mostra a barreira da linguagem, da interface de comunicação estabelecida pelo SNC, ainda não absorvida por agentes locais. Como relatado por G, mesmo com a captação de recursos já acordada com uma instituição privada, o projeto do representante não foi aprovado.

B: Esse ano a gente participou de seis editais e não fomos contemplados. A gente participou de um edital promovido pelo Circuito Turístico, com fundo do circuito, a gente foi contemplado, duas cidades foram contempladas, mas editais da PADEMIG, edital da CEMIG, a concorrência é muito grande também né, e muitos projetos bons, muitos projetos bons.

G: A gente já tinha negociado com a DELPHI, a DELPHI já tinha topado, ela ia topar, fazer o procedimento todo, mas a gente não foi aprovado, não.

C: Eu tenho duas experiências, da reforma da estação, gente, eu mandei desde o primeiro edital o projeto para participar na rede de infraestrutura. Foram três anos e não aprovava.

Um segundo motivo apontado foi a dificuldade em ter o projeto financiado, devido à falta de um “parceiro de dentro”, ou seja, alguma influência política que facilite o financiamento do projeto enviado. O mesmo problema foi relatado pelo representante G. Representantes apontam sobre a características de “política de balcão” discutida pelos teóricos. Essa parceria relatada reside em estabelecer uma rede de contatos para que o projeto enviado não seja “engavetado”. Nestes dois casos, foram feitos comentários sobre ter um conhecimento prévio de quem avalia os projetos, algum contato dentro da instituição em que se está pleiteando um projeto para concorrer ao edital:

A: Porque ganhamos o de Furnas? Foi uma influência política, um deputado que conhece a diretoria aqui. Agora estamos tentando outro deputado, é isso, a realidade é essa, não se iludam que você põe o edital, você faz tudo, um trabalho imenso, gigantesco, que você vai ver se você não usar a influência política, não vem, a realidade é essa.

G: Tem que ter um parceiro lá dentro do governo para você conseguir ganhar, né? A gente conseguiu ganhar esse patrocínio da CEMIG, que a gente conseguiu, era um edital, a gente conseguiu ganhar, só que a gente tinha um parceiro lá dentro, então, é difícil ganhar esses editais, né? Se não tiver um parceiro lá dentro.

Há também algumas restrições de participação em editais, disponíveis somente para municípios que façam parte de um algum circuito turístico, como apontado no capítulo 3.1.4 Turismo. Caso o município não faça parte do circuito, este não poderá concorrer ao edital, o que é visto com certa dúvida pelos gestores.

B: Vale muito a pena, isso, eu não questiono isso. O problema é a incoerência de certas ações. Você pega um edital público, onde um município que não é circuitado tem direito a uma verba que o Estado, o próprio Estado, exige que você seja circuitado para ter, então são muitas falhas né, mas tem editais, tem chamamentos públicos, tem é, às vezes, a Secretaria de Estado dá algum apoio, às vezes não financeiro, mas estrutura. Um evento, por exemplo, pode ajudar com uma tenda né, banheiro químico, ações que ajudam bastante também às vezes.

A falta de conhecimento na elaboração dos projetos também é vista como um entrave para se obter recurso via editais. Seja pelo fato de não encontrar editais que se encaixem no perfil das atividades do município ou na falta de conhecimento técnico e prático sobre os trabalhos realizados, sobre como isso deve ser descrito no texto.

E: Já, a gente já tentou participar sim! Mas geralmente é bem difícil você conseguir algum edital que contemple a gente aqui.

C: Mas eu ainda acho que a dificuldade nossa não é ter acesso aos editais. É, por exemplo, “ah tem um edital do audiovisual, ah meu deus, mas como que elabora um edital de audiovisual? Que aspecto? O que exatamente? Como é que eu posso elaborar?”. É do projeto em si, é a dificuldade maior.

Não foi mencionado, durante as entrevistas, a participação das prefeituras em editais estaduais e federais voltados para a classe artística, como o Lei Rouanet ou a Lei Estadual da Cultura.

Por fim, como relatado por Barros (2011) e Rubim *et al.*, (2009), a aplicabilidade e funcionalidade de editais de fomento não é tão efetiva quanto se esperava, atuando mais como um mecanismo de exclusão do que de inclusão. Este tema será retomado no item 3.2.2, sobre a participação de agentes culturais em editais de fomento.

3.1.12 Artesanato

O campo de sentido *artesanato* é composto por dois nós principais, são eles *artesão* e *vender*. A figura 19 ilustra o campo e todos os seus ramos e nós, a área em destaque configura o limite do campo.

Figura 19 – Campo de sentido Artesanato



Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 14 ilustra todos os ramos relativos a cada um destes nós.

Quadro 14 – Nós e ramos do campo de sentido Artesanato

Nó	Ramos
Artesão	Cadastro, cooperativa, associação, precisar, economia, ponto, casa, artesanato, trabalhar
Vender	Rio, Mantiqueira, produção, conhecimento, artesanal, internet, grupo, produzir, material

Fonte: Elaborado pelo autor.

Este é um dos importantes aspectos presente nas atividades culturais dos municípios estudados. A prática artesã existe em todos os municípios, assumindo formas diversas em cada um deles. O artesanato aparece na fabricação de doces, pinturas, utensílios decorativos, brinquedos, bolsas, crochê, costura etc. Para um dos gestores, o artesanato é o principal elemento cultural do município.

Organizados de forma associativística ou trabalhando sozinho, os artesãos da região sul mineira dificilmente encontram em seu ofício o sustento, sendo esta uma atividade sumariamente secundária, não só para complemento de renda, mas também como atividade de convívio social, lazer, ocupação e *hobby* (SOUZA, 2018, p.104). Argumenta-se que é preciso atrair mais turistas para que a atividade artesanal se desenvolva e se torne de fato uma fonte de renda:

A: Eu acredito, para depender exclusivamente dele, não, porque a gente precisaria ter um fluxo turístico aqui tipo Gonçalves, tipo polo turístico.

Há, inclusive, artesanato de alto valor comercial, e outros que são vendidos exclusivamente pela internet:

C: Alguns artesanatos peculiares, como é o caso do arco e flecha, tudo artesanal, ele só vende pela internet.

E: Fora a fibra de bananeira, a gente tem os artesãos que trabalham com madeira. Fazem escultura em madeira, o Leonardo Bueno, o próprio Domingos Tótoro também. Eles fazem escultura em madeira. O deles já sai da parte do artesanato e já vira uma coisa, um design, uma coisa mais industrial, uma coisa voltada pra público diferenciado também, porque são peças de alto valor.

Em relação a cadastramento de artistas e artesãos locais, duas prefeituras o realizam de forma constante. Uma, de maneira presencial, em um ponto turístico da cidade. A segunda, através de seu *site* institucional. Ambos representantes relataram que a procura é muito baixa, seja por desinteresse, falta de incentivo ou de divulgação.

H: Sim, começamos com cadastramento de artistas e artesãos. A gente já fez, já conseguimos. Justamente pensando neste anfiteatro. Esse cadastramento a gente preparou uma ficha, divulgamos nas redes sociais e colocamos o lugar onde eles deveriam comparecer. [...] Não foi o tanto que a gente gostaria, esse pessoal é muito tímido, tem medo, tem a autoestima baixa.

A: Tem um cadastro lá. Mas a gente tem pouco [...]. Não sei se é falta de incentivo, [...] ou divulgação. É tudo... tudo depende.

É possível tensionar aqui em relação ao acesso que os artistas e artesãos possuem a estas ferramentas digitais. Resgatando Lemos (2018, p.24), no qual é afirmado que os novos meios de comunicação mediados por computadores tem características coletivas, generalizadas e comunitárias, o mesmo não se percebe no *locus* deste trabalho.

Embora as razões pelas quais os cadastros não são efetuados sejam obscuras, não compreendidas pelo poder público, a teoria tampouco contribui para elaborar uma resposta. Na esteira dos teóricos que possuem uma visão positivista da tecnologia e suas benesses, há uma outra parcela que acredita que o alcance destas novas interfaces tecnológicas não seja de fato tão alargada, agindo mais como uma barreira ainda a ser superada coletivamente (GONZÁLEZ, 2012, p.238).

Há um movimento em todos os municípios para que se criar associações e cooperativas autossuficientes de artesãos, com espaços cedidos pela prefeitura. No entanto, o poder público tem encontrado dificuldade em articular os artesãos para que estes atuem em conjunto. Relata-se que os gestores não têm condições de cuidarem de todas as burocracias que permeiam os grupos artesãos, mas que estão disponíveis para auxiliar no que for necessário.

D: Também é outro caso, porque aqui tinha a Associação [...] de Artesanato, né. Então no ano passado, no final do ano, eles encerraram a atividade. Então a prefeitura pegar o artesanato é meio complicado, a gente pegar e pôr a pessoa para trabalhar, né. Então a gente não quis pegar. Tem o convite, a gente reúne o pessoal que faz, né, convida o pessoal e a gente leva, dá toda a ajuda possível, né, que a gente possa ajudar. Mas ela está inativa.

C: A realidade é aquele comodismo. Montei uma associação, eu tenho 40 [artesãos], mas qual a finalidade da associação? Por que você montou a associação? Espera aí, mas o governo abriu edital para um convênio que vai, né, credenciar, que vai dar verbas para a sua associação. Aí ele fala assim “Como que se faz isso? Por que isso? Como que é isso? Como que é isso?”. Então, a falta de informação, eu acho que, a partir do momento que se tem um plano gestor, eu acho que há princípio de você chegar e o esclarecimento, tanto de uma associação, quanto duma ONG. Para você ter o que? Para eles andarem com as pernas também. Porque eu não posso fazer. Como gestor eu não posso fazer um projeto para associação, mas eu posso dar amparo para essa associação para que faça o seu projeto. Mas a associação também não vai atrás, entendeu?

Dada esta problemática em se organizar como uma estrutura formal e reconhecida pelo poder público, a economia informal é uma constante entre os artesãos que, como visto em Castells (2016, p.17), é uma característica fundamental do mercado de trabalho no mundo que busca outros meios de desenvolvimento.

3.2 Os agentes culturais de Itajubá

Feita a discussão sobre os representantes do poder público nas oito cidades pertencentes à microrregião de Itajubá/MG, investiga-se agora como se organizam os agentes culturais de Itajubá, a principal cidade da região. Ações, projetos e programas, não só do município, mas também do Estado e da Federação, podem repercutir na vida e trabalho destes agentes, na forma como estes se organizam e realizam suas atividades artístico-culturais.

Este recorte da cidade de Itajubá se dá fundamentalmente por três motivos. Primeiro, é o município com o maior número de habitantes da microrregião, sendo um centro comercial e de serviços para as cidades vizinhas. Condição esta que se espalha também para as ofertas e oportunidades de arte e cultura. Segundo, conforme visto na apresentação do tema, o autor deste trabalho atuou durante anos na área de arte e cultura do município, organizando festivais, eventos diversos e participando ativamente da cena cultural, o que possibilitou uma maior facilidade na aproximação dos agentes. Terceiro, Itajubá é a única cidade da microrregião que concluiu, até o momento, a maior parte das etapas de adesão ao Sistema Nacional de Cultura, ocasionando assim uma melhor apreensão e comprometimento com o cenário artístico e cultural.

Com base neste cenário, foi-se a campo investigar junto aos agentes culturais como são percebidas e utilizadas as políticas públicas da cultura, a participação em editais, a formação em produção cultural e sobre a utilização de ferramentas digitais no auxílio de seus trabalhos.

Foram aplicados 80 questionários aos agentes culturais residentes de Itajubá e que atuam na cidade. Estes compõem em sua grande maioria artistas e alguns produtores culturais, que realizam eventos, possuem escolas de alguma expressão artística ou coordenam espaços de cultura.

Os questionários foram aplicados ao longo do segundo semestre de 2018, por uma equipe composta pelo autor deste trabalho e três estudantes de graduação da UNIFEI, selecionados a partir de um edital da Pró-Reitoria de Extensão da UNIFEI. Foi elaborado um projeto de extensão cuja finalidade foi mapear o cenário artístico de Itajubá e ministrar cursos

de formação nas áreas de gestão e produção cultural para o público-alvo da pesquisa, os agentes culturais.

O projeto dividiu-se em duas etapas, na primeira etapa foram feitas buscas de artistas em bases de dados secundárias, como registros de museus, de institutos de arte e de órgãos da prefeitura. Desta maneira, fez-se uma base de dados com cerca de 320 artistas, das mais diversas expressões culturais. Deu-se partida então a segunda etapa do projeto, a aplicação dos questionários.

A aplicação dos questionários iniciou-se a partir dos artistas mais presente nas diferentes bases. Identificado o alvo da pesquisa, entrava-se em contato para se marcar um momento para se aplicar o questionário, que se deu a partir de um diálogo sobre as questões, possibilitando anotações variadas sobre os temas presentes. Ao final de cada conversa, o entrevistado indicava três outras pessoas para se aplicar o questionário, formando assim uma pesquisa ao estilo “bola de neve”, processo no qual os novos entrevistados fossem indicados pelos seus pares.

O questionário utilizado nas entrevistas encontra-se disponível no apêndice C.

Uma vez aplicados os questionários, os dados foram reunidos, organizados e tabelados, a fim de possibilitarem a interpretação das informações e seu embasamento junto ao referencial teórico. São apresentados aqui gráficos que ilustram alguns dados práticos, para então a discussão ser feita levando-se também em consideração as discussões referentes ao olhar dos representantes do poder público, do capítulo anterior.

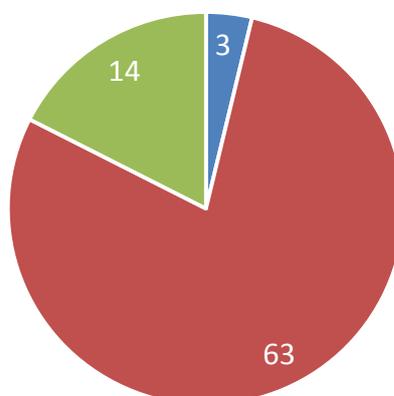
As análises subdividem-se em três temas fundamentais. O primeiro, sobre a produção cultural, investiga a formação e o campo de atuação dos agentes culturais. O segundo investiga a participação dos agentes em editais de cunho cultural. Por fim, o terceiro apreende a percepção dos agentes das ferramentas digitais e das políticas públicas das quais estes se utilizam em suas práticas artístico-culturais.

3.2.1 Formação, atuação e geração de renda

O primeiro bloco de perguntas do questionário envolve perguntas relacionadas à formação dos agentes culturais de Itajubá. Como exposto por Rubim (2010, p.47), a formação profissional em produção cultural ou dos artistas em suas áreas de atuação é escassa no Brasil, trabalho este realizado, em sua grande maioria, por entusiastas, amadores ou com formação restrita. A figura 20 a seguir indica tal situação identificada, no qual 63 entrevistados (79%), não possui qualquer formação em produção cultural ou área semelhante.

Figura 20 - Formação em Produção Cultural

Formação em Produção Cultural



■ Sim ■ Não ■ Minicursos

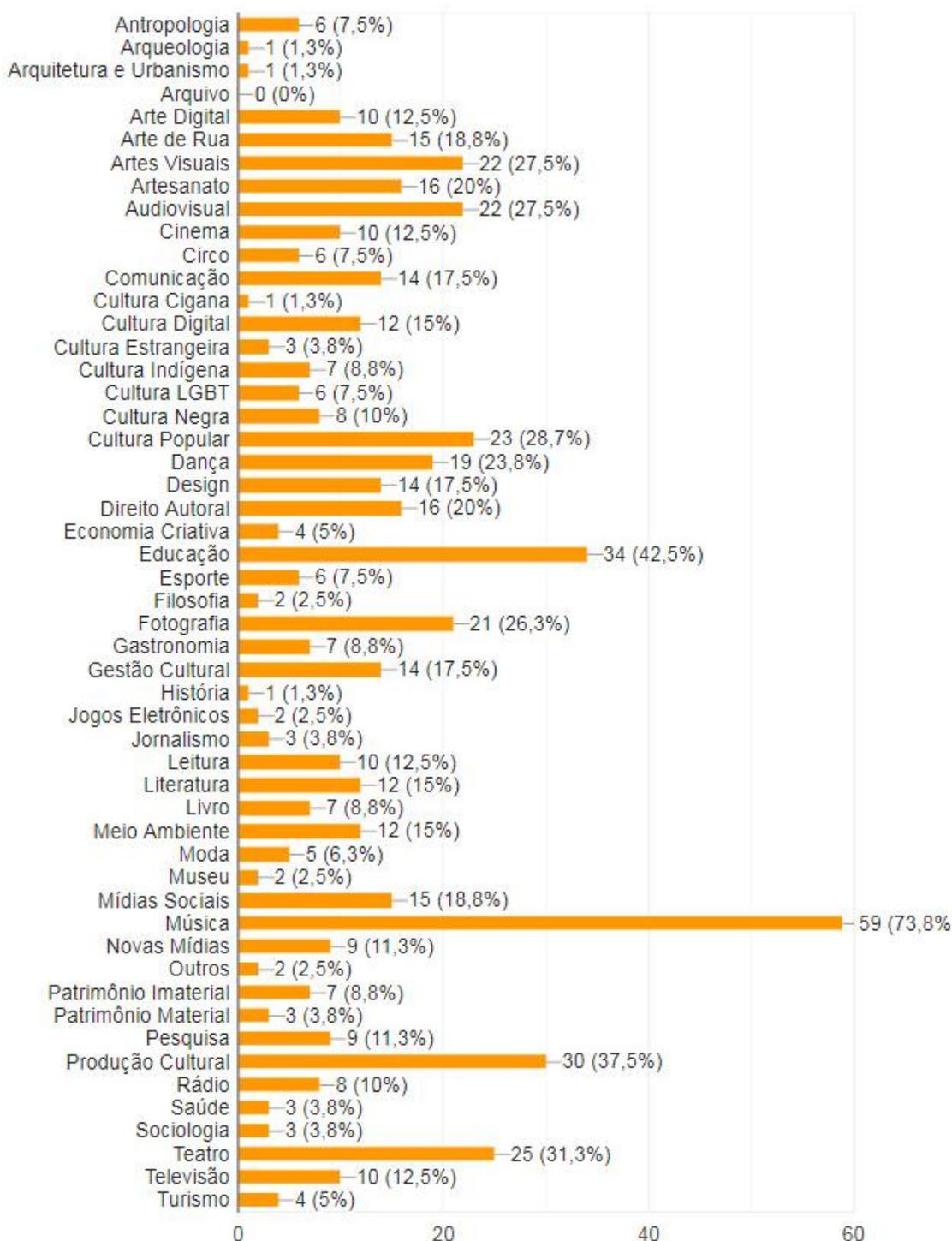
Fonte: Elaborada pelo autor

Sendo conhecida como a capital mineira do canto coral, com reconhecimento inclusive pela comunidade internacional²⁷, e berço de grandes músicos e poetas letristas, como Dércio Marques e Gildes Bezerra, a presença da música na cidade é muito forte, como revela a figura 21.

Aqueles que atuam como músicos compreendem 73,8% dos entrevistados. A segunda opção mais escolhida foi educação, com 42,5%. E em terceiro encontra-se a produção cultural, com 37,5%. Portanto, entre os entrevistados, 73,8% atuam diretamente com a música, 42,5% com educação, sendo que a grande maioria aqui são professores de música em escolas particulares do município, e 37,5% atuam como agentes culturais da produção de eventos e afins. As opções aqui disponíveis correspondem aos mesmos itens utilizados pelo SNIIC e posteriormente pelo Mapa da Cultura. Optou-se por manter estas mesmas categorias a fim de possibilitar traçar paralelos com dados oficiais do governo federal. Era possível selecionar mais uma de opção.

²⁷ Disponível em <http://icb.ifcm.net/en_US/choral-singing-brazil/>. Acesso em 03 de janeiro de 2019.

Figura 21 - Área de atuação na Cultura
Área de Atuação na Cultura



Fonte: Elaborada pelo autor

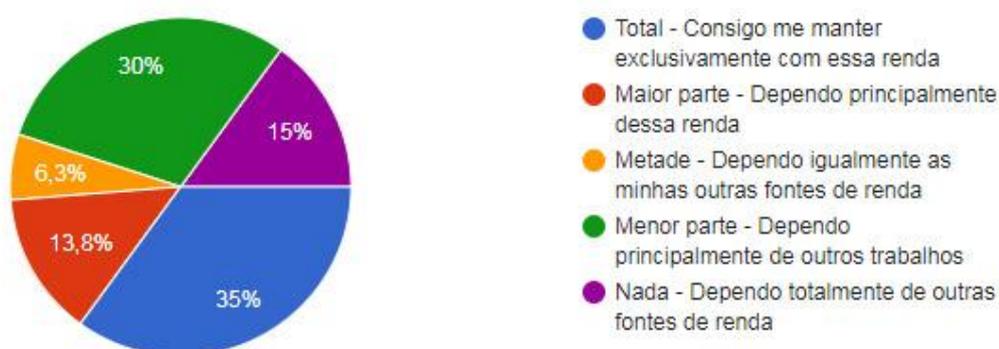
Outro fator de relevância para este trabalho é a possibilidade de geração de renda a partir dos saberes e fazeres artísticos-culturais pelos habitantes da cidade. A condição de país subalterno, sem infraestrutura totalmente desenvolvida e cujo trabalho se dá, em sua grande

parte, pela informalidade, reflete na obtenção de renda também da classe artística. Não são numerosas as oportunidades de se obter um trabalho com carteira assinada atuando com a arte, obrigando os artistas a buscarem outros meios para proverem o seu sustento.

A figura 22, de maneira inesperada, revela que praticamente metade dos artistas entrevistados (48,8%) tiram de sua arte o seu sustento, não dependendo de outras fontes de renda. Contudo, a outra metade ainda precisa se dividir entre o trabalho formal, para garantir a renda, e o trabalho artístico, que complementa a renda. Uma porcentagem (15%) não garante nenhuma parcela de sua renda através do trabalho artístico.

Figura 22 - Geração de renda a partir da atuação com agente cultural

Qual parcela da sua renda provém de sua atuação como agente cultural



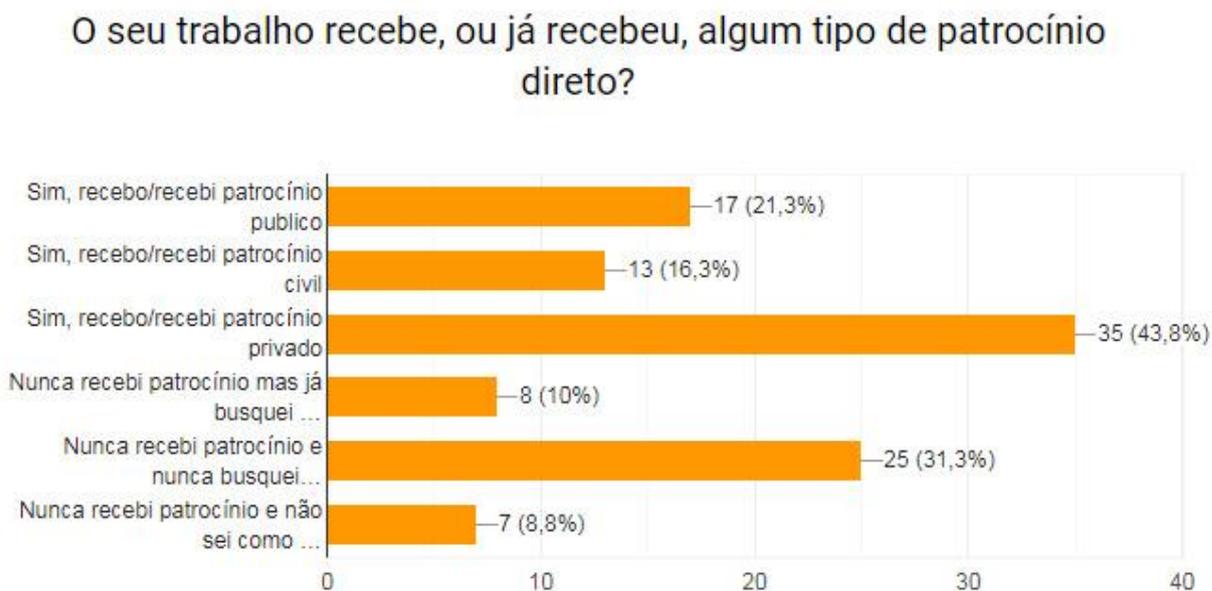
Fonte: Elaborada pelo autor.

Quanto aos produtores culturais, ou seja, aqueles que realizam evento esporádicos ou periodicamente, afirmam que o patrocínio é importante para o negócio, possibilitando uma ajuda de custo para os artistas que são contratados para os eventos, como pagamento do transporte, alimentação, hospedagem ou cachê. Entre os entrevistados, 35 responderam que já receberam ou recebem patrocínio privado (figura 23), correspondendo 43,8%. Como relatado por alguns entrevistados, em Itajubá é comum o patrocínio pontual do comércio da cidade, que contribui com pequenas quantias, geralmente entre R\$ 50,00 e R\$ 200,00, para que o logo de sua empresa apareça nos cartazes de divulgação do evento e em interlocuções durante o evento.

Uma pequena quantidade de respondentes, 7 pessoas, afirmaram não saber como buscar por patrocínio ou outras fontes de recursos. Estes representam a parcela da classe

artística que necessitam de uma atenção especial das políticas públicas da cultura, seja através de palestras e cursos sobre o funcionamento de editais, do financiamento e fomento das artes, de programas de incentivo do Estado etc., ou por ações diretas, com patrocínio direto dos artistas locais, garantindo assim a diversidade cultural da região.

Figura 23 - Patrocínio para os agentes



Fonte: Elaborada pelo autor.

O questionário não entrou na questão sobre os valores e formatos destes patrocínios advindos do poder público, nem sobre a sua frequência. O que se pode considerar destas informações é a real efetividade das políticas públicas de financiamento e fomento dos artistas da cidade, uma vez que a maior parcela recebeu patrocínio do poder privado. Mais uma vez entra-se aqui no quesito de proteção e promoção da diversidade cultural, na qual a conclusão da adesão ao SNC possui como pilar fundamental. Para levar esta política a cabo, a gestão pública deve se comprometer em garantir que a classe artística da cidade tenha condições de obter renda a partir de suas atividades artístico-culturais, garantindo assim a preservação da identidade local.

3.2.2 A participação em editais de fomento

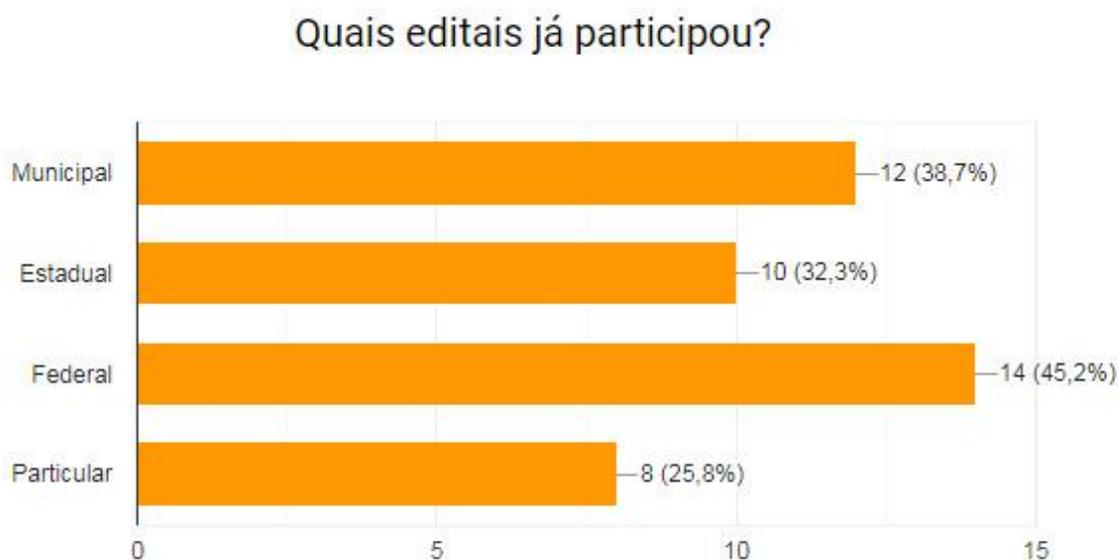
Os editais de fomento, sejam eles provenientes do poder público ou do privado, são uma das principais políticas de financiamento da cultura no Brasil. Eles possibilitam, de maneira democrática e igualitária, que as mais diversas expressões culturais obtenham o seu

espaço. O valor movimento pela principal lei de fomento no Brasil, a Lei Rouanet, é tão expressivo quanto o próprio orçamento do Ministério da Cultura.

No entanto, quando se faz um recorte do interior do Estado os resultados são um pouco diferentes. A maioria dos entrevistados nunca participou de nenhum edital de financiamento (61%), seja ele público ou privado. Dentre os que não participaram, o principal motivo reside na falta de conhecimento sobre editais (36,2%), seguido por falta de adequação do edital ao trabalho realizado pelo agente (25,5%) e, por fim, relataram não saber como se escreve um projeto cultural (19,1%).

Em relação ao alcance dos editais, a maioria dos participantes afirmou que tomou conhecimento do edital através de amigos (68,8%), sejam eles editais municipais, estaduais, federais ou privados, com uma pequena variância em sua distribuição, conforme a figura 24. Os meios de comunicação de massa ainda não atingiram àqueles mais distantes dos grandes centros, sendo que a divulgação boca a boca ainda se faz mais presente e relevante nestes cenários.

Figura 24 - Quais editais os entrevistados já participaram



Fonte: Elaborada pelo autor.

Entre aqueles que já participaram de algum edital de fomento, quase a metade afirmou que não foram contemplados pelo edital (figura 25). Tal fato pode refletir a característica de “política de balcão” dos editais de fomento. As principais dificuldades encontradas, sejam por aqueles contemplados ou não, reside na elaboração do projeto, obtenção do patrocínio (captação de recursos) e a prestação de contas.

Novamente aqui se faz presente a importância de cursos de formação na área de produção e gestão cultural, principalmente nos temas relacionados a elaboração de projetos culturais e como este se organiza em sua completude. O papel do Estado, ao conformar uma política de edital em detrimento do patrocínio direto, possui a função de garantir, de maneira homogênea, o alcance de seus editais a todas as camadas da população (RUBIM, 2009). Isso inclui o conhecimento necessário para se redigir a proposta cultural que atenda ao edital, o manuseio da interface digital para se inscrever a proposta e também como, onde e de que maneira é possível captar recursos e prestar contas.

Figura 25 - Projetos contemplados em editais



Fonte: Elaborada pelo autor.

Mais da metade dos entrevistados afirmaram que a participação em editais trouxe benefícios posteriores em sua atuação como agente cultural (figura 26), uma vez que este exige conhecimento mais técnico e abrangente da área, como funcionamento de políticas culturais e aspectos de controle e gestão. Este aspecto está em conformidade com as respostas dos gestores públicos dos municípios, cujo conhecimento sobre o SNC alargaram suas visões sobre o campo da cultura, refletindo de maneira positiva em suas atuações.

Figura 26 - Benefícios na participação em editais

A participação em editais trouxe benefícios posteriores em sua atuação como agente/artista?



Fonte: Elaborada pelo autor.

Como relatado também pelos gestores públicos, o processo de escrita dos projetos a fim de participar dos editais não é fácil. Além dos já citados, são vários os problemas a serem enfrentados. A escrita e a participação em editais não é remunerada e não traz garantias de que ele será aprovado, sendo arriscado para os agentes culturais deixarem de realizar o seu trabalho para apostar em uma possibilidade sem certezas. É possível ainda trazer aqui a visão que os gestores tem sobre os artistas, de que estes precisam ser empreendedores de sua arte. O método de participação nos editais converge para esta ideia, pois, a não ser que o artista contrate uma empresa terceirizada para redigir o projeto, é ele próprio que deve escrever o projeto, captar o recurso, executar a atividade e realizar a prestação de contas. Todos esses passos são penosos e exigem tempo e esforço, sendo difícil para o agente cultural ser responsável por tudo isso e ainda realizar sua atividade artística-cultural.

3.2.3 Ferramentais digitais e interface das políticas culturais

No mundo conectado e globalizado, com os meios de comunicação presentes em praticamente todos os lugares, ao alcance de nossas mãos, a tecnologia digital é um dos pilares fundamentais que sustentam a rede mundial de computadores. Das mais corriqueiras funcionalidades do cotidiano a grandes centros computacionais científicos, a utilização da ferramenta computador, em suas diversas formas, se faz presente na atual sociedade. Entre os agentes culturais algumas ferramentas recebem um destaque especial.

Quando perguntados sobre quais ferramentas digitais são utilizadas em seu trabalho, a mais utilizada, 97,5% das respostas, inclui as redes sociais digitais para divulgação de suas

atividades. Em segundo lugar aparecem aplicativos de comunicação instantânea (86,3%), seguidos por softwares comuns de escritório, como editores de texto e de planilhas (56,3%).

Esta informação vem de encontro com a teoria de Canclini, uma vez que é possível se observar que a atividade artística não vem sendo constrangida pela presença da tecnologia, que a comunicação mediada pelo computador não substitui as tradições nem a massifica homogeneamente, mas sim transforma os meios pelos quais se renova o saber e a sensibilidade destas expressões (CANCLINI, 2015, p.262-263).

Sobre as vantagens que as ferramentas digitais possuem, a maioria dos entrevistados (78,8%) afirmam que estas ajudam muito em seu trabalho, uma pequena parcela (12,5%) diz que ajudam em determinados momentos, somente (figura 27). A grande minoria (8,7%) afirma que faz pouco uso de ferramentas digitais ou que preferem se organizar de uma maneira mais tradicional, com papel e caneta.

Figura 27 - Uso de ferramentas digitais



Fonte: Elaborada pelo autor.

No item 3.2.2 pôde-se perceber que a maioria dos entrevistados não participa de editais de fomento, este fato pode auxiliar na interpretação da próxima pergunta feita, sobre o contato com plataformas digitais do Ministério da Cultura, como o Salic.web, o Siconv e o SNIIC. Uma minoria (12,7%) respondeu que já teve contato com estas plataformas, sendo que a grande maioria sequer ouviu falar destes sistemas de informação.

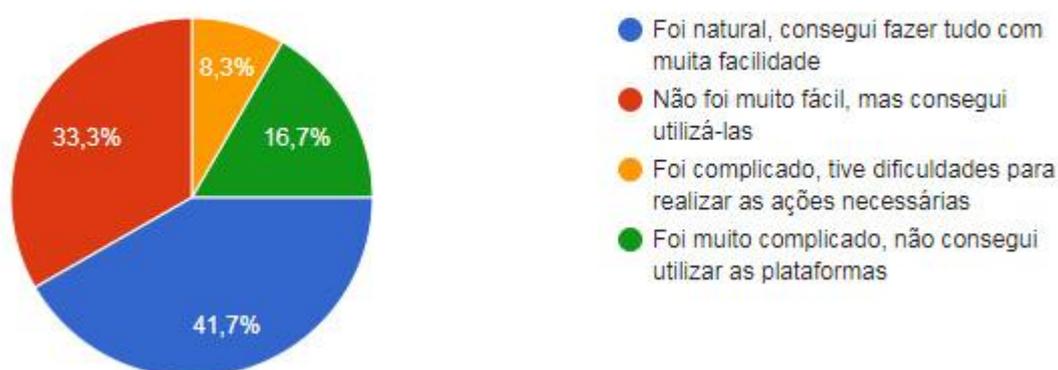
Esta informação é agravante no que toca as pretensões do SNC em relação ao SNIIC e ao Mapa da Cultura. A falta de dados dentro destes sistemas dificulta a elaboração de políticas culturais que respondam aos anseios da classe artística, uma vez que o perfil dos artistas não

pode ser analisado em larga escala. De acordo com o Rosemeri, entender de maneira mais sistemática o campo da cultura é bastante difícil sem estes sistemas (Observatório Itaú Cultural, 2008, p.45).

Dentre os respondentes que já utilizaram algumas destas plataformas, as respostas se dividem entre uma fácil utilização do sistema (41,7%), não havendo dificuldades com a sua interface, e entre não muito fácil (33,3%), enfrentando dificuldades, porém obtendo sucesso ao preencher os devidos formulários e cadastros (figura 28). Como retratado por González, não basta ter acesso a estas ferramentas digitais, é preciso, acima de tudo, “gerar e organizar uma profunda transformação social em relação a eles” (2012, p.36).

Figura 28 - Utilização das interfaces

Se sim, como foi a utilização destas interfaces?



Fonte: Elaborada pelo autor.

Se apoderar destas interfaces digitais possibilita não só participar de maneira mais efetiva do cenário cultural que vem sendo construído com o SNC, mas também oferece uma oportunidade de reversão do quadro de exclusão em que se encontram os não iniciados em computadores e para os territórios não atualizados com a comunicação (CASTELLS, 2016, p.80).

A relação dos agentes culturais com editais de fomento não é dada como certa, são inúmeras as complexidades que envolvem o processo de oferta do edital, o seu alcance e interfaces de participação. Desta maneira, a atuação dos agentes culturais não é consignada a este tipo de ação do poder público, sendo que os agentes buscam por meios alternativos para realizarem o seu trabalho, muitas vezes dentro do campo da informalidade.

Em seguida são feitas as considerações finais, porém não conclusivas, acerca dos temas aqui tratados e resultados encontrados com a pesquisa.

Considerações finais

Discutir os tensionamento promovidos entre a prática dos agentes culturais no campo das políticas públicas da cultura, com a ênfase no uso das tecnologias digitais para constituição de processos de geração de renda, não é um exercício simples, muito menos fácil.

Este trabalho se propôs a entrar neste campo de tensão, sem perder de horizonte os significados e os sentidos presentes no conjunto de saberes e fazeres artístico-culturais presentes neste movimento de arte, norma e idealizações de práticas culturais na microrregião de Itajubá. Dentro deste contexto, interpretar a forma como as políticas públicas culturais alteram e modificam a gestão e a produção da cultura, impõem percursos com capacidade de capturar as intencionalidades do PMC e os anseios dos agentes culturais, o que por si só não é tarefa trivial.

Como desdobramento desta pretensão, buscou-se, também, compreender a relação dos agentes culturais com as políticas públicas da cultura para, *a posteriori*, identificar de que forma os agentes culturais utilizam dos editais de fomento e das tecnologias na gestão e na produção cultural, no sentido de potencializar suas práticas de desenvolvimento local que superem a lógica produtiva dominante.

No corpo do trabalho buscou-se, ainda, de forma teórica, propor uma relação possível entre desenvolvimento, tecnologia e cultura, caracterizada em matrizes de desenvolvimento que viabilizem processos de geração de renda distantes da ideia de mercado convencional, de trabalho formal. Daí a importância de políticas públicas culturais que entendam estas outras dinâmicas que compreendam a atuação de agentes culturais.

Em resposta aos objetivos propostos, pergunta e problematização formuladas, este trabalho aponta que os municípios da microrregião, embora tenham aderido ao SNC, a conclusão desta adesão não é facilitada devido a diversos fatores, como as discontinuidades administrativas, a falta de mão de obra e as demais urgências da pasta. Pela própria importância da cultura dentro da lógica do desenvolvimento pensado pelo homem público, estruturar propostas de políticas públicas da cultura de caráter democrático, emancipatório e que promova autonomia dos agentes culturais é tarefa para além de uma gestão de quatro anos.

Foi possível, de maneira geral, identificar alguns usos de tecnologias por parte dos artistas e agentes Itajubenses, bem como a participação em editais de financiamento, de todos os agentes, sejam civis ou do poder público, com editais específicos para as prefeituras. O uso de leis de incentivo fiscal, tanto federais quanto estaduais, como a Lei Rouanet e Lei Estadual

de Incentivo à Cultura, não foi detectada. Se faz necessário uma pesquisa mais profunda, com um recorte mais específico sobre este tema.

Tratando da análise dos dados, a ferramenta IRaMuTeQ possibilitou organizar os dados coletados e categorizá-los em campos de sentido, ou seja, conjuntos de palavras sobre um dado assunto, a partir do extrato das falas dos entrevistados, dispostos como grafos. À interpretação coube elaborar um diálogo entre as informações extraídas do software e o campo teórico levantado.

O cenário político da cultura nacional encontra-se desestabilizado e desorganizado estruturalmente. Sem uma centralidade do Ministério da Cultura os estados e municípios alicerçam-se no SNC e desenvolvem suas próprias políticas e executam ações culturais e artísticas de maneira quase independente, o que pode ser observado também dentro das universidades públicas. Corre-se o risco, inclusive, de artistas e grupos renderem-se ao mercado globalizado e perderem suas expressões únicas e particulares de uma cultura tão diversa como a do Brasil.

A instância de poder público municipais das cidades visitadas são as principais utilizadoras das leis federais e estaduais voltadas para a cultura. O ICMS Patrimônio Cultural, lei estadual de Minas Gerais, tem sido uma importante fonte de arrecadação para a pasta da cultura dos municípios, que buscam consultorias externas de profissionais para realizarem o tombamento de seus patrimônios e obterem o benefício. Ficou evidente, nas entrevistas, que o próprio poder público não tem condições de elaborar os dossiês dos patrimônios, sejam os motivos por falta de tempo, de mão de obra qualificada ou conhecimento prático e técnico de como fazê-lo. Com isso, todas as prefeituras recorrem a empresas privadas especializadas, contratadas para redigir os documentos, tirar as fotos e realizar os trâmites burocráticos para a obtenção do ICMS Patrimônio Cultural.

Há uma forte tendência em se preservar os patrimônios históricos e culturais da região em favor da arrecadação via a lei do ICMS, sendo que a importância de se manter o patrimônio e o seu valor simbólico ficam em segunda instância. De fato, a criação desta lei e os benefícios que esta traz dão luz à relevância de proteger e preservar os patrimônios, aspectos dos quais eram negligenciados em administrações passadas.

O papel desempenhado pelo Circuito Turístico Caminhos do Sul de Minas tem sua atuação voltada para o turismo, com foco no desenvolvimento econômico dos municípios, tal ação intenta explorar os bens simbólicos, materiais e naturais existentes na região. Há ainda que se verificar a influência, ou a correspondência dos anseios, da sociedade civil em relação às atividades do Circuito, em trabalhos futuros.

A participação em editais de fomento, sejam estaduais, federais ou privados, é desacreditado pelo poder público. A dificuldade na elaboração do projeto não é a única barreira, a aprovação e o financiamento mostram-se impossíveis de se obter sem a presença de atores influentes dentro das instituições que abrem os editais. Tal fato reforça o levantamento teórico do caráter “política de balcão” dos editais de fomento.

A questão do uso da tecnologia não se mostrou um impedimento nas instituições do poder público, não de forma clara e direta. Todas as prefeituras dispõem de computadores e acesso à internet, bem como pessoas capacitadas para sua eficaz utilização. Contudo, o recorte utilizado não permite chegar a uma conclusão definitiva se a tecnologia de fato cria pontes ou barreiras entre os meios aqui estudados.

Os conselhos de políticas culturais não se mostraram de suma importância na maioria dos municípios, cuja presença não se faz em todos os municípios e, naqueles em que estão formalizados, a atuação não se mostrou proeminente segundo os gestores. Contudo, os conselhos de patrimônio cultural conduzem grande parte das ações em relação ao ICMS Patrimônio Cultural, sendo os conselhos os responsáveis pelos processos de tombamento e também o destino do orçamento proveniente da lei.

Em relação aos agentes culturais do município de Itajubá, estes revelaram que é possível se obter geração de renda exclusivamente a partir de seus saberes e fazeres artísticos. Quase a metade dos entrevistados obtêm a maior parte de sua renda, se não total, de seu trabalho com a arte, sendo grande parcela destes, na música.

Entre os produtores culturais, realizadores de eventos, feiras, saraus e afins, estes obtêm os recursos financeiros de suas atividades através de patrocínio direto com o comércio local, sendo que as prefeituras auxiliam com serviços e estruturas, quando presentes. Verificou-se também que estes possuem, em sua maioria, um perfil de entusiasta, não possuindo educação formal em produção ou gestão cultural.

O uso de políticas públicas da cultura entre os agentes culturais mostrou-se baixa, sendo uma pequena porção dos entrevistados que conhecem e utilizam, ou já utilizaram, alguma lei de fomento ou financiamento, seja ela municipal, estadual ou federal. Dentre os que participaram, estes revelaram que a interface tecnológica não foi um impedimento para a participação, sendo a elaboração do projeto e a captação de recursos um dos principais problemas apontados.

No que se refere ao uso da tecnologia pode-se dizer, enquanto ferramenta ou instrumental de facilitação de recursos para o desenvolvimento de atividades culturais, que aos agentes culturais estudados diante das dificuldades estruturais atreladas ao sistema de

políticas públicas culturais não se tem o devido acesso por meio das bases tecnológicas existentes. O que deveria ser um facilitador acabou sendo, como demonstrado, um complicador. Por outro lado, nos termos dos resultados da pesquisa proposta não foi possível chegar para conclusões mais assertivas acerca do uso da tecnologia.

Com isso, foi possível se observar um interessante espectro do cenário das políticas culturais e da atuação dos agentes culturais na porção Sul de Minas Gerais, em específico na microrregião de Itajubá. As políticas públicas da cultura possuem influência maior entre os gestores da cultura, a fim de prover financiamento para a pasta, sendo que os agentes culturais, em sua maioria, conseguem obter uma boa porcentagem de sua renda através de suas atividades artístico-culturais. O uso de editais é visto como desacreditado ou penoso tanto pelo poder público quanto pelos artistas e as tecnologias digitais mostraram-se mais como uma ferramenta vantajosa do que uma barreira.

Há ainda muito o que se investigar acerca dos temas aqui tratados, abrindo possibilidades para futuros trabalhos sobre a região. Entre eles é possível citar: as interfaces existentes entre o turismo e a cultura, como esta é materializada nas ações conjuntas entre as pastas; a percepção dos agentes culturais sobre as políticas culturais realizadas pelo poder público da microrregião; as relações dispostas entre os diversos gestores da cultura dos municípios e como, ou se, estes agem em conjunto; entre outros.

Estima-se que os resultados aqui obtidos possam contribuir com o fortalecimento das ações culturais na região, de maneira a fortalecer as atividades dos agentes culturais, uma vez que estes possam compreender melhor a atuação das prefeituras e o papel dos conselhos e, assim, trilharem por caminhos mais assertivos e convergentes com os interesses dos gestores públicos. Aliando-se as intencionalidades do poder público, as expressões culturais dos agentes e as benesses da economia da cultura, sem perder de vista a diversidade cultural e a identidade local, será possível atuar em sinergia para superar as dificuldades, em andamento e por vir, do cenário nacional da cultura.

Referências bibliográficas

- ALBORNOZ, Luis A. *Diversidade cultural e o campo do audiovisual: novos desafios na era digital*. In: KAUARK, Giuliana; BARROS, José M.; MIGUEZ, Paulo (org.) **Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes**. Salvador: EDUFBA, 2015.
- ALMEIDA, Marco A. B.; GUTIERREZ, Gustavo L. **Análise do desenvolvimento das práticas urbanas de lazer relacionadas a produção cultural no período nacional-desenvolvimentista à globalização**. Rev. bras. Educ. Fís. Esporte, São Paulo, v.25, n.1, p.137-52, jan./mar. 2011.
- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.
- ANDRADE, Alexandre C.; FERREIRA, Enéas R.. *Produção familiar, conservação ambiental e turismo no espaço rural da microrregião de Itajubá, Minas Gerais*. In. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 8, n. 16, p. 315-341, ago., 2013.
- ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ. Ed. Vozes, 1997.
- AULER, D.; DELIZOICOV, D. **Ciência-Tecnologia-Sociedade: Relações estabelecidas por professores de ciências**. Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias, Barcelona, v. 5, n. 2, p. 337-355, 2006.
- _____. *Ciência, Tecnologia e Formação Social do Espaço: questões sobre a não-neutralidade*. In: **ALEXANDRIA**. Revista de Educação em Ciência e Tecnologia, v.4, n.2, p.247-273, novembro 2011.
- BARROS, José M. *A sociedade civil e a educação na proteção e promoção da diversidade cultural*. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (org.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação**. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.
- BARROSO, Magali M. A. *Aplicação de grafos em um problema de rede*. In: **Abakós**. Belo Horizonte, v. 2, n. 2, p. 48-78, 2014.
- BENAKOUCHE, Tamara. **Tecnologia é sociedade: contra a noção de impacto tecnológico**. Cadernos de Pesquisa, nº 17, setembro de 1999.
- BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica*. In: Vários autores. **Teoria da cultura de massa / introdução, comentários e seleção de Luiz Costa Lima**. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- BOLAÑO, César R. S. (org.). **Cultura e desenvolvimento: reflexões à luz de Furtado**. Salvador; Brasília : EDUFBA, 2015.
- BORGES, Caroline M. **Análise do processo de criação e estruturação do Sistema Municipal de Cultura e a sua influência na economia criativa: um estudo de caso no município de Itajubá-MG**. Dissertação. UNIFEI. 2016.
- BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo. Edições Sesc São Paulo, 2016.
- BOTELHO, Isaura; PIESCO, Juliana. *Novas tecnologias e as mudanças que elas provocam no mundo social: o impacto das TIC nas práticas culturais dos indivíduos*. In: Vários colaboradores. **Cultura e tecnologias no Brasil: um estudo sobre as práticas culturais da**

população e o uso das tecnologias de informação e comunicação. Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR – NIC.br. – São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2017.

BRANDÃO, Carlos A. *(sub) desenvolvimento, diversidade cultural, criatividade e o desenvolvimento local/regional no Brasil*. In: BOLAÑO, César R. S. (org.). **Cultura e desenvolvimento**: reflexões à luz de Furtado. Salvador; Brasília : EDUFBA, 2015.

BRASIL. **As metas do Plano Nacional de Cultural**. São Paulo: Instituto Via Pública; Brasília: MinC, 2012.

_____. **Constituição**. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei nº 8.313**, de 23 de dezembro de 1991.

_____. Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do SNC**. Brasília: MinC. 2011.

CANCLINI, Néstor G. **Culturas Híbridas**: Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade. – 4. ed. 7. reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

CANEDO, Daniele P. **Cultura, democracia e participação social**: um estudo da II Conferência Estadual de Cultura da Bahia. Dissertação. UFBA. 2008.

CANELA, Guilherme; SIQUEIRA, Alexandra B. *Regulação para o pluralismo e a diversidade na mídia*. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (org.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas**: participação, comércio e comunicação. São Paulo: Itáu Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.

CARLETTO, Márcia R. **Avaliação de impacto tecnológico**: reflexões, fundamentos e práticas. 1ª ed. Curitiba: Ed. URFPR, 2011.

CARVALHO, Edgar A. **Cultura e complexidade**: um trajeto antropológico. Universidade Federal de Alagoas. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 17ª edição, revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2016.

CIDADES E GOVERNOS LOCAIS UNIDOS. Comissão de Cultura. Agenda 21 da cultura. Ajuntament de Barcelona. Institut de Cultura, 2008. Disponível em: < http://www.agenda21culture.net/sites/default/files/files/documents/multi/ag21c_pt.pdf >. Acesso em: 31 out. 2017.

Confederação Nacional de Municípios – CNM. **Cultura**: A organização do Sistema Municipal. Brasília: CNM. 2012.

COSTA, Eliane S. **Com quantos gigabytes se faz uma jangada, um barco que veleje**: o Ministério da Cultura, na gestão Gilberto Gil, diante do cenário das redes e tecnologias digitais. Dissertação. FGV. 2011.

DAGNINO, Renato. *Ajudando a desencadear transformações sociais: o que é isso que hoje chamamos de ciência & tecnologia?* In: NASCIMENTO; Décio E.; LUZ, Nanci S.; QUELUZ, Marilda L. P. (orgs.). **Tecnologia e sociedade**: transformações sociais. Editora UTFPR, 2011.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Brasil: Projeto Periferia, 2003. Disponível em < <https://www.marxists.org/portugues/debord/1967/11/sociedade.pdf> >. Acesso em 17 de setembro de 2018.

DOWBOR, Ladislau. **O que é poder local?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

DUPIN, Giselle. *Dez anos da Convenção da Diversidade Cultural: contribuições para um balanço*. In: KAUARK, Giuliana, BARROS, José M, MIGUEZ, Paulo (org.) **Diversidade Cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes**. Salvador: EDUFBA, 2015.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

_____. **Cultura e desenvolvimento em época de crise**. 2.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **O mito do desenvolvimento econômico**. Ed. Paz e Terra. 3ª Ed. 1974.

GOHR, Claudia F; SANTOS, Luciano C.; SCHWINGEL, Angela W. **Gestão de projetos de eventos culturais: um estudo em uma universidade pública federal**. Dourados: Universidade Federal da Grande Dourados. 2011.

GONZÁLEZ, Jorge A. **Entre cultura(s) y cibercultur@(s): incursões e outras rotas não lineares**. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo, 2012.

GUIMARÃES, Armelino. **Vultos inesquecíveis do Itajubá de ontem**. Primeira Série. 1999.

HOSELITZ, Bert. *The progress of underdeveloped areas*. Chicago: University Chicago Press, 1952.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Relação de Bens protegidos pelos Municípios (apresentados ao ICMS-Patrimônio Cultural), pela União e pelo Estado – até o ano de 2017 / exercício 2018**. Diretoria de Promoção – Gerência de Cooperação Municipal. Iepha/MG. Secretaria de Cultura. Belo Horizonte/MG. 2017.

IBGE. Censo demográfico 2010. 2012.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. 2.ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

LEMOS, André. **Isso (não) é muito Black Mirror: passado, presente e futuro das tecnologias de comunicação e informação**. Salvador: EDUFBA, 2018.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LOPES, Maria I. V. **Pesquisa em Comunicação**. 7. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2003.

MACHADO, Jurema. *A diversidade cultural e o enfrentamento da desigualdade*. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (orgs.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação**. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.

MAGNANI, Maria C. B. **Política de informação: o programa Cultura Viva no Ministério da Cultura**. UFMG. Dissertação. 2011.

MATTELART, Armand. **Mundialização, cultura e diversidade**. Revista FAMECOS. Porto Alegre. nº 31, 2006.

MERTON, R. K. *Os imperativos institucionais da ciência*. In: DEUS, Jorge D. (org.). **A Crítica da Ciência: Sociologia e Ideologia da Ciência**. Rio de Janeiro. Editora Zahar. 1979.

MIGUEZ, Paulo. *Algumas notas sobre comércio internacional de bens e serviços culturais*. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (org.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação**. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.

- MILANI, Carlos. *Teorias do Capital Social e Desenvolvimento Local: lições a partir da experiência de Pintadas*. In: **Capital Social, Participação Política e Desenvolvimento Local**: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Salvador, BA, Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.
- MORAES, Reginaldo C. **Estado, desenvolvimento e globalização**. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.
- MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 5.ed. – Porto Alegre : Sulina, 2015.
- MOWERY, David C.; ROSENBERG, Nathan. **Trajatórias da Inovação**: a mudança tecnológica nos Estados Unidos da América no século XX. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- SOUZA, Natacia L. **Desenvolvimento e Cultura**: implicações das políticas culturais públicas na dimensão socioprodutiva da microrregião de Itajubá (MG). UNIFEI. 2018.
- NERI, Marcelo C. **Mapa da Inclusão Digital**. Rio de Janeiro: FGV, CPS, 2012.
- NOGUEIRA, João R. F. **Mediações entre cultura, informação e política**: reflexões sobre o *Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadania – Cultura Viva*. Dissertação. USP. 2014.
- OLIVEIRA JUNIOR, José. *Fomento e financiamento*: compartilhar responsabilidades para cidades melhores. In: BARROS, José M.; OLIVEIRA JUNIOR, José. (orgs.). **Pensar e agir com a cultura**: desafios da gestão cultural. Belo Horizonte: Observatório da Diversidade Cultural. 2011.
- PAGLIOTO, Bárbara F. **A singular mediação entre cultura e economia**: economia criativa como estratégia de desenvolvimento. Dissertação. UFMG. 2015.
- PASCHOALICK, Jonas P. **O sistema nacional de cultura**: aspectos contraditórios entre institucionalização e participação no setor cultural de Ribeirão Preto. Dissertação. UNESP. 2017.
- PEDROSO, Julio C. **Desenvolvimento e tecnologia nos movimentos sociais**: um estudo sobre a cultura digital e os pontos de cultura. Dissertação. UNESP. 2013
- PIMENTA, Carlos A. M. *et al.* **Cultura, Políticas e Desenvolvimento**: as correlações entre o local, o Plano Municipal de Cultura de Itajubá, MG, e geração de renda. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, SP, UNITAU, 2018.
- PIMENTA, Carlos A. M. *As “Coisas de Minas”*: questões sobre Desenvolvimento e Turismo. In: PIMENTA, Carlos A. M.; PEREIRA, Samanta B. (org.). **Turismo e desenvolvimento**: outros caminhos. 1.ed. – Porto Alegre : CirKula, 2017.
- _____. **Tendências do desenvolvimento**: Elementos para reflexão das dimensões sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, SP, UNITAU, 2014.
- PITOMBO, Mariella. *Choque de civilizações?*. In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (org.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas**: participação, comércio e comunicação. São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.
- REIS, Paula F. **Estados e Políticas Culturais**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2011.
- Revista Observatório Itaú Cultural**. São Paulo: Itaú Cultural. 2008.

- ROSA, Alexandre R; ALCADIPANI, Rafael. **A terceira margem do rio dos estudos críticos sobre administração e organizações no Brasil: (re)pensando a crítica a partir do pós-colonialismo.** RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 14, N. 6, Edição Especial. São Paulo, SP. Nov./Dez. 2013.
- ROSENBERG, Nathan. **Por dentro da caixa-preta: tecnologia e economia.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2006.
- RUBIM, Antônio A. C. **Políticas Públicas de Cultura no Brasil e na Bahia.** Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2007.
- _____. **Singularidades da formação em organização da cultura no Brasil.** Organicom. Revista Brasileira de Comunicação Organizacional e Relações Públicas. Ano 7. n.13. 2010.
- _____. **Agentes culturais: delimitações e contextos de atuação.** Salvador: RUBIM-UFBA, 2017.
- RUBIM, Antônio A. C.; BARBALHO, Alexandre; COSTA Leonardo. **Mapeamento da formação e qualificação em organização cultural no Brasil.** Salvador: Universidade Federal da Bahia. 2009.
- RUBIM, Antonio A. C.; VANCONCELOS, Fernanda P. (orgs). **Financiamento e fomento à cultura no Brasil: estados e Distrito Federal.** Salvador: EDUFBA, 2017.
- SANTOS, Boaventura de S. **Um discurso sobre as ciências.** 5. Ed. São Paulo: Cortez. 2008.
- SANTOS, Edméa; AMARAL, Mirian; SANTOS, Rosemary; ROSSINI, Tatiana. *Conversas e narrativas: os rastros dos praticantes na cibercultura e na cidade.* In: LUCENA, Simone. (org.). **Cultura digital, jogos eletrônicos e educação.** Salvador: EDUFBA, 2014.
- SARAIVA, Luiz A. S. **Mercantilização da cultura e dinâmica simbólica local: a indústria cultural em Itabira, Minas Gerais.** Tese. UFMG. 2009.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de Movimentos Sociais.** Edições Loyola, São Paulo, Brasil. 1993.
- SCHUMPETER, Joseph. **Capitalismo, socialismo, democracia.** São Paulo: Zahar, 1984.
- SCHWARTZ, Gilson. *Diversidade cultural versus determinismo tecnológico no Brasil.* In: BARROS, José M.; KAUARK, Giuliana (orgs.). **Diversidade cultural e desigualdade de trocas: participação, comércio e comunicação.** São Paulo: Itaú Cultural; Observatório da Diversidade Cultural, Editora PUCMinas, 2011.
- SENA, Eduardo A. **Políticas culturais, tecnologias de informação e democracia cultural: o programa VAI e a constituição da Agência Popular Solano Trindade.** Dissertação. USP. 2013.
- SILVA, Anahi R. **SNIIC: a plataforma digital de cultura brasileira sob a perspectiva das convergências entre o Design e a Ciência da Informação.** Dissertação. UNESP. 2016.
- SILVA, Geraldo C. **Quando o tempo ruge e a sapucaí é longe: desenvolvimento e cultura “em enredo” no samba carioca.** Dissertação. UNIFEI. 2017.
- SILVA, Lucas T. **Uma análise comparativa dos conceitos de subalternidade e racialidade.** Temáticas, Campinas, 23, (45/46): 127-154, fev./dez. 2015
- STOKES, Donald E. **O quadrante de Pasteur: a ciência básica e a inovação tecnológica.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2005.
- UNESCO. *A Chronology of UNESCO: 1945-1987.* LAD.85/WS/4 Rev. Paris, Dezembro 1987.

_____. **Convenção sobre a proteção e promoção da Diversidade das Expressões Culturais.** 2005.

_____. *Cultural policy: a preliminary study.* UNESCO: Paris, 1969.

_____. **Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural.** 2002.

_____. *Many Voices One World. Towards a new more just and more efficient world information and communication order.* Kogan Page, London/Unipub, New York/Unesco, Paris. 1980.

VILUTI, Luana. *Pontos de cultura e planos municipais: perspectivas da cooperação federativa.* In: CALABRE, Lia (org). **Políticas culturais: olhares e contextos.** Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; São Paulo: Itaú Cultural, 2015.

ZIVIANI, Paula. **A consolidação dos indicadores culturais no Brasil:** uma abordagem informacional. Dissertação. UFMG. 2008.

Apêndice A - Formulário de Pesquisa de Campo



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E
SOCIEDADE
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE DESENVOLVIMENTO

ROTEIRO PARA A ENTREVISTA COM ÓRGÃOS GESTORES NAS PREFEITURAS

Nome do entrevistado:

Cargo:

Data:

Horário:

- 1) Quando assumiu o cargo?
- 2) Como estava a área da cultura quando assumiu? Quais as suas percepções?
- 3) Quais as prioridades da Secretaria/ Diretoria/ Divisão no que se refere ao campo da cultura no município? (O que mais tem sido discutido e feito?)
- 4) Qual a estrutura da Secretaria/ Diretoria/ Divisão de cultura? Há conselho voltado, especificamente, para assuntos relacionados à cultura?
- 5) Como você vê a cultura no município? Quais as suas percepções?
- 6) Quais as dificuldades enfrentadas e oportunidades no que se refere à cultura no município?
- 7) O que tem de diferente no município em termos de cultura? Existe alguma comida específica ou algo que seja feito apenas por pessoas daqui?
- 8) Existe algum tipo de movimento ou grupo cultural, como Folia de Reis?
- 9) Existem artesãos no município? Como a prefeitura vê o trabalho artesão? Como a prefeitura vê essas associações de artesanato?
- 10) Existem parcerias da Secretaria/ Diretoria/ Divisão com essas associações ou artesãos?
- 11) O município assinou o acordo com o Sistema Nacional de Cultura? Existe um Plano Municipal de Cultura? Onde podemos encontrá-lo?

12) O trabalho artesão como geração de renda é um dos pontos levantados no Plano Nacional de Cultura ao tratar da Economia da Cultura. Esse ponto está presente no Plano Municipal de Cultura? Se sim, fale um pouco sobre.

13) Quais as oportunidades e dificuldades enfrentadas no que se refere à Economia da Cultura no município?

14) No que se refere ao Plano Municipal de Cultura, o que tem sido discutido em termos de políticas culturais?

15) A Secretaria/ Diretoria/ Divisão participa do Caminho do Sul de Minas? De que forma o Caminho do Sul de Minas auxilia a Secretaria/ Diretoria/ Divisão?

16) E termos financeiros, como a Secretaria/ Diretoria/ Divisão consegue realizar atividades e práticas culturais no município? Como os recursos financeiros são captados, visto que o orçamento da cultura é restrito.

17) A Secretaria/ Diretoria/ Divisão já participou de editais de fomento do governo federal e estadual ou tem interesse em participar? Caso já tenha participado, como foi? Qual era o objetivo da participação?

18) Qual a maior dificuldade enfrentada ao participar de editais de fomento?

Apêndice B - Termo de Compromisso Pós-Informado

TERMO DE COMPROMISSO PÓS-INFORMADO

Prezado(a) Senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada: "Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais", financiado pela FAPEMIG. A referida pesquisa, de autoria do Prof. Dr. *Carlos Alberto Máximo Pimenta*, coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento (NEID) e docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), da UNIFEI Itajubá, tem como pretensão levantar informações sobre as práticas de saber-fazer populares no sul de Minas Gerais.

Ressalta-se que sua participação é voluntária e consiste em tomar parte de uma entrevista a ser realizada em local, data e horário previamente acordados. Serão garantidos o seu anonimato e o sigilo de informações. Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos.

Pesquisador

Como pessoa a ser entrevistada, afirmo que fui devidamente orientado(a) sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre o caráter da utilização das informações por mim fornecidas. Assim sendo, autorizo a realização da entrevista, bem como sua utilização na pesquisa.

Entrevistado(a)

, de de 2018.

Contato: (XX) XXXXX-XXXX – Lucas Peixoto

E-mail: lucaspeixoto.cco@gmail.com

TERMO DE COMPROMISSO PÓS-INFORMADO

Prezado(a) Senhor(a),

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada: "Observatório de Desenvolvimento e Cultura no Sul de Minas Gerais", financiado pela FAPEMIG. A referida pesquisa, de autoria do Prof. Dr. *Carlos Alberto Máximo Pimenta*, coordenador do Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Desenvolvimento (NEID) e docente do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento, Tecnologias e Sociedade (PPG DTecS), da UNIFEI Itajubá, tem como pretensão levantar informações sobre as práticas de saber-fazer populares no sul de Minas Gerais.

Ressalta-se que sua participação é voluntária e consiste em tomar parte de uma entrevista a ser realizada em local, data e horário previamente acordados. Serão garantidos o seu anonimato e o sigilo de informações. Os resultados serão utilizados exclusivamente para fins científicos.

Pesquisador

Como pessoa a ser entrevistada, afirmo que fui devidamente orientado(a) sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre o caráter da utilização das informações por mim fornecidas. Assim sendo, autorizo a realização da entrevista, bem como sua utilização na pesquisa.

Entrevistado(a)

, de de 2018.

Apêndice C – Questionário aos Agentes Culturais



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO, TECNOLOGIAS E
SOCIEDADE

Mapa da Cultura de Itajubá

1. Nome completo: _____

2. Idade: _____ **3. Telefone:** _____

4. E-mail: _____

5. Bairro: _____

6. Formação Escolar

- | | |
|--|--|
| <input type="checkbox"/> Sem formação | <input type="checkbox"/> Ensino fundamental completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino fundamental incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino médio completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino médio incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino técnico completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino técnico incompleto | <input type="checkbox"/> Ensino superior completo |
| <input type="checkbox"/> Ensino superior incompleto | |

7. Área de Formação: _____

Sobre Produção Cultural

8. Possui formação em Produção Cultural?

- Sim
 Não
 Em andamento
 Outro: _____

9. Área de Atuação na Cultura

- | | | |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> Antropologia | <input type="checkbox"/> Cultura Popular | <input type="checkbox"/> Moda |
| <input type="checkbox"/> Arqueologia | <input type="checkbox"/> Dança | <input type="checkbox"/> Museu |
| <input type="checkbox"/> Arquitetura e Urbanismo | <input type="checkbox"/> Design | <input type="checkbox"/> Mídias Sociais |
| <input type="checkbox"/> Arquivo | <input type="checkbox"/> Direito Autoral | <input type="checkbox"/> Música |
| <input type="checkbox"/> Arte Digital | <input type="checkbox"/> Economia Criativa | <input type="checkbox"/> Novas Mídias |
| <input type="checkbox"/> Arte de Rua | <input type="checkbox"/> Educação | <input type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Artes Visuais | <input type="checkbox"/> Esporte | <input type="checkbox"/> Patrimônio Imaterial |
| <input type="checkbox"/> Artesanato | <input type="checkbox"/> Filosofia | <input type="checkbox"/> Patrimônio Material |
| <input type="checkbox"/> Audiovisual | <input type="checkbox"/> Fotografia | <input type="checkbox"/> Pesquisa |
| <input type="checkbox"/> Cinema | <input type="checkbox"/> Gastronomia | <input type="checkbox"/> Produção Cultural |
| <input type="checkbox"/> Circo | <input type="checkbox"/> Gestão Cultural | <input type="checkbox"/> Rádio |
| <input type="checkbox"/> Comunicação | <input type="checkbox"/> História | <input type="checkbox"/> Saúde |
| <input type="checkbox"/> Cultura Cigana | <input type="checkbox"/> Jogos Eletrônicos | <input type="checkbox"/> Sociologia |
| <input type="checkbox"/> Cultura Digital | <input type="checkbox"/> Jornalismo | <input type="checkbox"/> Teatro |
| <input type="checkbox"/> Cultura Estrangeira | <input type="checkbox"/> Leitura | <input type="checkbox"/> Televisão |
| <input type="checkbox"/> Cultura Indígena | <input type="checkbox"/> Literatura | <input type="checkbox"/> Turismo |
| <input type="checkbox"/> Cultura LGBT | <input type="checkbox"/> Livro | |
| <input type="checkbox"/> Cultura Negra | <input type="checkbox"/> Meio Ambiente | |

10. Como se dá a sua atuação como agente cultural?

- Empresa privada Instituição pública
 Sozinho Coletivo
 Outro: _____

11. Qual parcela da sua renda provém de sua atuação como agente cultural

- Total - Consigo me manter exclusivamente com essa renda
 Maior parte - Dependendo principalmente dessa renda, mas suplemento essa renda com outros trabalhos

- Meio a meio – Metade vem de outras fontes e metade da atuação como agente
- Menor parte - Dependendo principalmente de outros trabalhos, mas suplemento a renda como agente cultural
- Nada - Dependendo totalmente de outras fontes de renda

12. Você apoia ou já apoiou financeiramente artistas através da sua atuação?

Pagar transporte, alimentação, hospedagem ou ajuda de custo, quando necessário.

- Sim
- Não
- Não se aplica (não organizo eventos)

13. O seu trabalho recebe, ou já recebeu, algum tipo de patrocínio direto?

- Sim, recebo/recebi patrocínio público
- Sim, recebo/recebi patrocínio civil
- Sim, recebo/recebi patrocínio privado
- Nunca recebi patrocínio mas já busquei por receber
- Nunca recebi patrocínio e nunca busquei por receber
- Nunca recebi patrocínio e não sei como fazer para receber

14. Se sim, é/foi um patrocínio pontual ou continuado?

- Pontual, recebo para cada evento
- Continuado, recebo mensalmente
- Outro: _____

Sobre Editais de Fomento

15. Você já participou de editais de fomento, como a Lei Rouanet?

- Sim
- Não

16. Quais são os motivos de nunca ter participado

- Nunca encontrei um edital que minha proposta se encaixasse
- Não tenho nenhum conhecimento sobre editais
- Sei da existência de editais, mas não sei como escrever projetos
- Sei da existência de editais, mas não tenho conhecimento sobre captação de recursos
- Não necessito de editais pra suprir minhas demandas de verba
- Outro: _____

17. O seu projeto foi contemplado?

- Sim A maioria sim, outros não
- Não A maioria não, outros sim

18. Quais editais já participou?

- Municipal
- Estadual
- Federal
- Particular (empresa)

Outro: _____

19. Como descobriu o edital?

- Indicação de amigos Buscas pela internet
- Divulgação em redes sociais digitais Informativos/periódicos/jornais/revistas
- Outro: _____

20. Quais as principais dificuldades encontradas?

- Elaboração do projeto
- Prestação de contas
- Obtenção do patrocínio
- Envio do projeto (correios)
- Envio do projeto (plataforma digital)
- Outro: _____

21. A participação em editais trouxe benefícios posteriores em sua atuação como agente/artista?

- Sim, aprendi muita coisa e aplico os conhecimentos em meu trabalho
- Sim, uma coisa ou outra foi importante para mim
- Não, foi pouco relevante
- Não, não consegui aproveitar nenhum dos conhecimentos adquiridos

Sobre ferramentas digitais e políticas públicas**22. Quais ferramentas digitais você utiliza no seu trabalho como agente cultural**

- Redes sociais digitais para divulgação
- Softwares de planejamento e gestão
- Aplicativos para comunicação (whats app, e-mail etc)
- Softwares comuns de escritório (word, excel etc)
- Outro _____

23. Indicar o nome das ferramentas específicas para gestão/produção cultural utilizadas
_____**24. O que você acha sobre o uso de ferramentas digitais?**

- Vejo muita vantagem na utilização de ferramentas digitais, me ajudam muito
- Acho vantajoso utilizar ferramentas digitais em alguns momentos
- Uso para algumas coisas, mas alguns aspectos prefiro fazer manualmente (papel e caneta)
- Utilizo muito pouco
- Não utilizo pois não gosto, não vejo vantagem

25. Você teve contato com plataformas digitais da cultura, como o Salic.web, Siconv ou Sniic?

- Sim
- Não

26. Se sim, como foi a utilização destas interfaces?

- Foi natural, consegui fazer tudo com muita facilidade
- Não foi muito fácil, mas consegui utilizá-las
- Foi complicado, tive dificuldades para realizar as ações necessárias
- Foi muito complicado, não consegui utilizar as plataformas

27. Indique três pessoas que você conhece da área artística ou da cultura para que possamos entrevistar
